

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**MEMORIAL PROJETO RONDON: UM ESPAÇO DE
PESQUISA, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA
HISTÓRIA DO PROJETO RONDON NA UFSM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daiane Tonato Spiazzi

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**MEMORIAL PROJETO RONDON: UM ESPAÇO DE
PESQUISA, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA
HISTÓRIA DO PROJETO RONDON NA UFSM**

por

Daiane Tonato Spiazzi

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação
Profissionalizante em Patrimônio Cultural – História e Memória, da
Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do
grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil 2011

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio
Cultural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado

**MEMORIAL PROJETO RONDON: UM ESPAÇO DE PESQUISA,
PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO PROJETO
RONDON NA UFSM**

elaborado por

Daiane Tonato Spiazzi

Como requisito parcial para obtenção d grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA

Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
(Orientador)

Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello
(1º Membro Titular)

Maria Medianeira Padoin
(2º Membro Titular)

Glaucia Konrad
(Membro Suplente)

Santa Maria, 08 de Julho de 2011

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais que me possibilitaram ter uma vida acadêmica intensa, onde pude aproveitar todas as oportunidades que a academia poderia me oferecer. Agradeço a eles também por estarem sempre ao meu lado, me apoiado, me ajudando, me consolando, me dando força para seguir em frente e nunca desistir e nos momentos felizes comemorando e demonstrando todo seu orgulho. Obrigada Pai, obrigada Mãe.

Agradeço também ao Mário, meu marido, que sempre me amou, me respeitou e me compreendeu nos momentos de angústia, de nervosismo, e principalmente naqueles em que eu não podia lhe dar atenção. Mário, muito obrigado por seu carinho, por sua amizade, por sua compreensão e por seu amor.

Faço um agradecimento especial ao Professor Bira, que acreditou e apostou no meu trabalho, tendo possibilitado a realização do mesmo, nas incansáveis tarde que passamos juntos falando sobre o Rondon. Agradeço também pela oportunidade que me deu de conhecer esse Projeto que tanto nos fascina e nos encanta. Muito Obrigada Bira, sem a sua ajuda e sua paixão pelo Rondon esse trabalho não seria possível.

Sou imensamente grata a toda a Equipe da Pró-Reitoria de Extensão, por toda sua dedicação, compreensão e auxílio que me garantiram realizar um trabalho correto e ético. Faço um agradecimento especial ao Marcelo pela ajuda e carinho com o qual sempre me recebeu, a Vanete e a Andréa pela força e pela ajuda e ao professor João Rodolpho, pela compreensão e por ter possibilitado e acreditado nesse projeto.

Quero agradecer também às Professoras Medianeira Padoin e Eugenia Mariano da Rocha Barrichelo, por todas as orientações e indicações, que contribuíram para a realização desse trabalho. E também ao Professor Quevedo pela Orientação e principalmente pela compreensão das minhas limitações.

Agradeço por fim a todos aqueles que de alguma maneira fizeram parte da minha vida nesses dois anos de Mestrado, contribuindo de alguma forma para tornar essa jornada mais alegre e proveitosa. Estendo um especial agradecimento aos meus colegas que hoje se tornam mestre assim como eu.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

MEMORIAL PROJETO RONDON: UM ESPAÇO DE PESQUISA, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO PROJETO RONDON NA UFSM

AUTORA: DAIANE TONATO SPIAZZI

ORIENTADOR: JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de junho de 2011.

Considerando que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) completou 50 anos de sua criação e 42 anos de participação no Projeto Rondon, julgou-se pertinente criar um Memorial do Projeto Rondon, sendo este um espaço Museológico, voltado para pesquisa, preservação e valorização da História do Projeto Rondon na UFSM. O Memorial Projeto Rondon foi criado através de um projeto vinculado a Pró-Reitoria de Extensão, seguindo as normas do Estatuto de Museus, conforme a Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009 e os ideais da Nova Museologia. O Memorial tem por fim adquirir, pesquisar, ensinar, catalogar, guardar e expor, sistematicamente, documentos, materiais iconográficos e áudios-visuais e objetos concernentes às Operações do Projeto Rondon no território Nacional, bem como das atividades de extensão desenvolvidas pela UFSM no Projeto Rondon desde 1968. E através deste trabalho busca-se valorizar a História da Universidade, que ao longo de sua história esteve voltada para o ensino, pesquisa e extensão, primando pelo desenvolvimento regional e atendimento da comunidade. Com isso, e com a ousadia de seus acadêmicos, professores e dirigentes, tendo como personagem principal o Professor Dr. José Mariano da Rocha Filho, que idealizou, planejou e criou a primeira Universidade Federal fora de uma capital, a UFSM se tornou centro de referencia em todo Brasil. O Dr. Mariano, através de seu trabalho e de ações vanguardistas, inspirado em Universidades dos Estados Unidos, fez da UFSM uma “Multiversidade”, ou seja, uma Universidade de *Campi* Múltiplos, estendendo seu domínio e influencia por quase metade do território rio-grandense, e também, para além dele, instalando um Campus Avançado a mais de 5 mil quilômetros de sua sede principal. A instalação em 1969, do Campus Avançado de Boa Vista /Roraima, ocorreu graças ao Projeto Rondon, que manteve em sua primeira fase, de 1968 a 1989, o projeto dos *Campi* Avançados, além das Operações Nacionais, Regionais, Especiais e de Interiorização. Tendo como objetivo a integração social, através de operações nos períodos de férias escolares, que permite aos acadêmicos das universidades brasileiras colocarem na prática seus conhecimentos e ao mesmo tempo conhecer realidades adversas a sua, e através do seu trabalho contribuir para o desenvolvimento de comunidades carentes em todo o país. O Projeto Rondon, que fora extinto com a abertura política retoma suas atividades, sendo coordenado pelo Ministério da Defesa, com apoio do Ministério da Educação, no ano de 2005, tendo o apoio do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A UFSM já se fazia presente na primeira Operação Nacional, realizada em janeiro de 2005 em Tabatinga – AM, tendo como Coordenador do Projeto Rondon na UFSM, o Professor Ubiratan Tupinambá da Costa, que ao longo de seis anos, de 1977 a 1982, fora Diretor do Campus Avançado de Boa Vista/ Roraima. Este, assim como todos que participaram das Operações do Projeto Rondon, possuem uma riquíssima memória e extensos arquivos sobre o Projeto, no entanto encontram-se inacessíveis ou esquecidos. E é por isso que julgou-se necessário criar um Memorial para salvaguardar esses registros tão preciosos para a História do Projeto Rondon e da UFSM.

Palavras-chave: Universidade Federal de Santa Maria. Projeto Rondon. Memorial.

ABSTRACT

Master Degree Final Work
Post-Graduation Program in Cultural Patrimony
Federal University of Santa Maria

RONDON PROJEC MEMORIAL: AN SPACE OF RESEARCH, PRESERVATION AND VALORIZATION OF THE HISTORY OF THE RONDON PROJECT IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

AUTHOR: DAIANE TONATO SPIAZZI

PROFESSOR: JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Date and Local of the Presentation: Santa Maria, 30 June, 2011.

In the same year the Federal University of Santa Maria (UFSM) completes 50 years of creation and 42 years of participation in the Rondon Project, it was considered relevant to create a Rondon Project Memorial, being this a Museum space, focused in research, preservation and valorization of the History of the Rondon Project in UFSM. The Rondon Project Memorial was created through one Project linked to the Extension Department, following the rules of the Museum Statute, according the Law 11.904, from January, 14th, 2009. The Memorial has the goal to acquire, research, teach, catalogue, put in place and show, systemically, documents, icon materials, videos and objects concerning to the Rondon Project trajectory in the National territory, as well the activities of extension developed by the UFSM, in the Rondon Project since 1968. And through this work, the goal is to valorize the History of the University, that during its long trajectory was focused on teaching, researching and extension, priming for the regional developing and community attendance. With this, and with the boldness of its academics, professors and directors, having for main character the Professor Doctor José Mariano da Rocha Filho, who dreamed, planned and created the first Federal University outside one capital, the UFSM has become a reference center in all Brazil. Doctor Mariano, through his work and vanguard actions, inspired in United States universities, made UFSM a multiuniversity, as so, a multiple campi University, extending its dominium and influence to almost 45% of the Rio Grande do Sul territory and, also, beyond it, installing an Advanced Campus at more than 5 thousand kilometers from its main house. The installation in 1969, of the Advanced Campus in Boa Vista, Roraima, Brazil, happened thanks to the Rondon Project, which maintained, in its first phase, from 1968 to 1989, the Project of Advanced Campus, besides National, Regional, Special and Interiorization Operations. Having the goal of social interaction, through operations in the school vacations period, which permitted to the academic from Brazilian universities practice their knowledge and, at the same time, to know different realities, and through their work contribute to the development of needy communities around the country. The Rondon Project, that was extinct with the political opening, returned their activities, being coordinated by the Defense Ministry, with the support of the Education Ministry, in the year 2005, having also the support of the President Luiz Inácio Lula da Silva. The UFSM already made part in the first National Operation, carried out in January, 2005, in Tabatinga, AM, having like Coordinator of the Project in UFSM, the Professor Ubiratan Tupinambá da Costa, who, during six years, from 1977 to 1982, has been Director of the Advanced Campus in Boa Vista, Roraima, Brazil. Him, like the other who made part of the Rondon Project Operations has a rich memory and large archives about the Project, meanwhile, they are inaccessible or forgotten. And it is because of that, it was considered necessary to create a Memorial to save this registers so precious for the Rondon Project History and the UFSM.

Key-words: Federal University of Santa Maria, Rondon Project, Memorial.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – José Mariano da Rocha Filho ao lado do Deputado Tarso Dutra | 19 |
| FIGURA 2 – Inauguração da placa com o nome: “Cidade Universitária Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho..... | 24 |
| FIGURA 3 – Mapa da Área Geo-Educacional da UFSM..... | 26 |
| FIGURA 4 – Colégio Agrícola de Frederico Westphalen | 30 |
| FIGURA 5 – Mapa localizando os <i>Campi</i> na Área Geo-Educacional da UFSM em 197332 | |
| FIGURA 6 – Assinatura do Convênio com as Extensões Universitárias da UFSM..... | 33 |
| FIGURA 7 – Reunião na Coordenação Geral das Extensões | 35 |
| FIGURA 8 – O Sabor da Grandeza | 43 |
| FIGURA 9 - Mapa da Relação dos Campi Avançados com as Respektivas Instituições de Ensino Superior..... | 54 |
| FIGURA 10 - Cronograma Geral do Projeto Rondon | 59 |
| FIGURA 11 – Equipe da UFSM no Universidade Solidária..... | 61 |
| FIGURA 12 – Equipe da UFSM no Unisol na cidade de Laranjeiras/SE | 61 |
| FIGURA 13 – Boletim Informativo do Universidade Solidária..... | 62 |
| FIGURA 14 – Solenidade Oficial de Lançamento da Operação Nacional da Amazônia do Projeto Rondon | 63 |
| FIGURA 15 – Primeira Reunião da Nova Fase do Projeto Rondon realizada em Tabatinga. | 65 |
| FIGURA 16 – Aviões da Força Aérea Brasileira | 65 |
| FIGURA 17 – Embarcação da Marinha do Brasil | 66 |
| FIGURA 18 – Caminhões do Exército Brasileiro para transporte dos Rondonistas | 66 |
| FIGURA 19 – Militar indicado para ser Anjo da Equipe da UFSM no Projeto Rondon..... | 67 |
| FIGURA 20 – Hasteamento da Bandeira do Projeto Rondon | 71 |
| FIGURA 21 – Preparação das Equipes da Região Central do Rio Grande do Sul..... | 71 |
| FIGURA 22 – Desfile das Equipes no Sete de Setembro | 73 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 23 – Assinatura do termo de compromisso para a criação do campus avançado em Boa Vista/RR, em 1969..... | 75 |
| FIGURA 24 – Primeira Equipe enviada ao Campus Avançado de Boa Vista/RR | 76 |
| FIGURA 25 – Instalações do Campus Avançado de Roraima..... | 79 |
| FIGURA 26 – Fachada da Sede Urbana do Campus Avançado de Boa Vista..... | 80 |
| FIGURA 27 – Meio de Comunicação entre o Campus Avançado de Roraima e a UFSCAR..... | 82 |
| FIGURA 28 – Cerimônia de Formatura realizada no Campus Avançado de Roraima.... | 85 |
| FIGURA 29 – Cerimônia de abertura do 3ª Fórum Nacional de Museus, realizado em Florianópolis, 2008..... | 107 |
| FIGURA 30 – Sede Provisória do Memorial Projeto Rondon | 111 |
| FIGURA 31 – Marcas utilizadas pelo Projeto Rondon | 121 |
| FIGURA 32 – Marca do Memorial Projeto Rondon | 122 |
| FIGURA 33 – Casa do Guará, futura sede do Memorial Projeto Rondon | 124 |
| FIGURA 34 – Página Oficial do Memorial Projeto Rondon | 129 |
| FIGURA 35 – Exposição Itinerante no SEURS 2009..... | 130 |
| FIGURA 36 – Palestra em Palmeira das Missões | 131 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- (ASPES) - Associação Santa-Mariense Pró Ensino Superior
- (CAPES) – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- (CESNORS) – Centro Superior de Ensino Note - RS
- (CF/88) - Constituição Federal de 1988
- (CNPq) - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- (COFEM) - Conselho Federal de Museologia
- (DEMU) – Departamento de Museus e Centros Culturais
- (DNOCS) - Departamento Nacional de Obras contra a Seca
- (DOPS) - Departamento de Ordem Política e Social
- (ECEME) - Escola de Comando e Estado Maior do Exército
- (FAB) – Força Aérea Brasileira
- (Foto) - Fotografia
- (FUNAI) - Fundação Nacional do Índio
- (FUNASA) - Fundação Nacional de Saúde
- (FNC) - Fundo Nacional de Cultura
- (GT/PR) – Grupo de Trabalho Projeto Rondon
- (IBAMA) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- (IBRA) - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- (IBRAM) - Instituto Brasileiro de Museus
- (ICOM) - Conselho Internacional de Museus
- (INCRA) - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- (INDA) - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- (IPHAN) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- (IRGA) - Instituto Riograndense de Arroz
- (JAI) - Jornada Acadêmica Integrada
- (MEC) - Ministério da Educação e Cultura
- (MinC) – Ministério da Cultura
- (Minom) - Movimento Internacional da Nova Museologia
- (Minter) - Ministério do Interior
- (NEP) - Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória
- (PPA) - Plano Plurianual

- (PEC) - Proposta de Emenda à Constituição
- (PR) – Projeto Rondon
- (PR/3) – Terceira Operação do Projeto Rondon
- (PRE) – Pró-Reitoria de Extensão
- (PROINFRA) - Pró-Reitoria de Planejamento
- (Pronac) - Programa Nacional de Apoio à Cultura
- (PUC) - Pontifícia Universidade Católica
- (SBM) - Sistema Brasileiro e Museus
- (SEURS) – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
- (SPI) - Serviço de Proteção ao Índio
- (SUDESUL) - Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul
- (TV) - Televisão
- (UEG) - Universidade do Estado da Guanabara
- (UERJ) - Universidade Estada do Rio de Janeiro
- (UFF) - Universidade Federal Fluminense
- (UFSM) – Universidade Federal de Santa Maria
- (UNESCO) - Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Lei nº 3.834-C de 14 de dezembro de 1960

ANEXO 2 – Relação dos Municípios componentes da Zona Geo-Educacional da UFSM

ANEXO 3 – Memorando nº057/2010

ANEXO 4 – Trâmite e o Registro de Projeto Institucionais

ANEXO 5 – Documento de Registro do Projeto do Memorial Projeto Rondon

ANEXO 6 – Memorandos nº064/2010, nº065/2010, nº 066/2010

ANEXO 7 – Memorando nº068/2010

ANEXO 8 – Projeto de criação da Marca do Memorial Projeto Rondon

ANEXO 9 – Planta Baixa parcial da Sede do Memorial Projeto Rondon

ANEXO 10 – Planta Baixa final da Sede do Memorial Projeto Rondon

ANEXO 11 – Orçamento estimado para as reformas na sede do Memorial Projeto Rondon

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| RESUMO..... | 4 |
| ABSTRACT | 5 |
| LISTA DE FIGURAS..... | 6 |
| LISTA DE SIGLAS..... | 8 |
| LISTA DE ANEXOS..... | 10 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO 1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: PIONEIRISMO EM AÇÕES EXTENSIONISTAS..... | 17 |
| 1.1. A Criação da Primeira Universidade do Interior – A Universidade Federal de Santa Maria | 17 |
| 1.2. A Extensão na Universidade Federal de Santa Maria | 28 |
| CAPÍTULO 2. PROJETO RONDON, UMA AÇÃO IMPORTANTE NA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | 37 |
| 2.1. O Projeto Rondon..... | 38 |
| 2.1.1. Operações do Projeto Rondon | 55 |
| 2.1.2. A Extinção do Projeto Rondon | 58 |
| 2.1.3. O Retorno do Projeto Rondon | 60 |
| 2.2. O Projeto Rondon na Universidade Federal de Santa Maria | 69 |
| 2.2.1. O Campus Avançado de Boa Vista/Roraima | 73 |
| CAPÍTULO 3. MEMORIAL PROJETO RONDON | 88 |
| 3.1. Memorial Projeto Rondon: Um Espaço Museológico..... | 91 |
| 3.1.1. A Nova Museologia..... | 92 |
| 3.1.2. Política Nacional de Museus | 98 |
| CAPÍTULO 4. A CRIAÇÃO DO MEMORIAL PROJETO RONDON NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | 110 |
| 4.1. Por que criar um Memorial do Projeto Rondon na UFSM? | 113 |
| 4.2. Metodologia adotada para a criação do Memorial Projeto Rondon | 114 |
| CONCLUSÃO..... | 132 |
| REFERÊNCIAS | 134 |
| ANEXOS | 142 |

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação é o resultado do Projeto de Mestrado, elaborado no Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Tem como objetivo resgatar, valorizar e preservar a participação dos rondonistas e da Universidade Federal de Santa Maria no Projeto Rondon desde sua criação no ano de 1967 até os dias atuais, através da proposta de criação de um Memorial. Este terá funções museológicas, de acordo com os princípios da Nova Museologia e da Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009, que criou o Estatuto dos Museus, e que regulamenta a criação, estruturação e funcionamento dos Museus no território nacional.

A criação de um Memorial que valorize a História e a Memória do Projeto Rondon na UFSM tem como referencial norteador o fato de a UFSM no ano de 2010 ter completado 50 anos de sua criação, graças ao trabalho e dinamismo do Professor Dr. José Mariano da Rocha Filho. Ano este, em que a UFSM também completou 42 anos de envolvimento com o Projeto Rondon, tendo sido, graças às ações extensionistas do Prof. Dr. Mariano da Rocha, a primeira Universidade a implantar um Campus Avançado fora de sua área Geo-educacional. A ousadia do Reitor Mariano da Rocha levou a UFSM ao domínio de até 45% do território rio-grandense e a criar uma base de extensão a mais de 5 mil quilômetros de sua sede principal, no então Território de Roraima, de acordo com o mapa da página 12¹.

Desta forma, no ano do seu cinquentenário, não poderia faltar o resgate e a valorização da história da UFSM no Projeto Rondon, já que além de ter sido pioneira e ativa durante 21 anos da primeira fase do Rondon, a UFSM tem participado desde o retorno do Projeto em 2005, semestralmente de suas Operações. Onde em função de seu trabalho e pela exemplar Coordenação do Professor Ubiratan Tupinambá da Costa, que foi Diretor do Campus Avançado de Roraima/Boa Vista por seis anos, a UFSM vem ganhando prestígio e tornando-se referência em todo Brasil.

Outro fator que contribuiu para a escolha e iniciativa da criação de um Memorial do Projeto Rondon na UFSM partiu da experiência da autora na Operação Centro Norte do Projeto Rondon, no ano de 2009, ocorrido em Faro no Pará. E das conversas entre a autora e o Coordenador do Projeto Rondon na UFSM, o Professor Ubiratan, que mantém vivas em sua

¹ MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993. p. 68.

memória, as histórias empolgantes e curiosas sobre a sua participação no Projeto Rondon, e relembra, a todo instante, a importância que este Projeto tinha para o Reitor Mariano da Rocha. O Professor Ubiratan tem também guardado, em seu arquivo pessoal, um rico acervo fotográfico, retratando as ações dos acadêmicos e dos professores nas atividades desenvolvidas no Campus Avançado de Boa Vista, e nas Operações Nacionais e Regionais do Projeto Rondon. E assim, como o Professor Ubiratan, muitos outros professores, funcionários e acadêmicos da UFSM, e outros que já não estão mais na Instituição, manifestaram a vontade de compartilhar e expor suas memórias e seus acervos pessoais.

Entretanto, apesar do grande contingente de acadêmicos e professores da UFSM que participaram das Operações do Projeto Rondon, muito pouco se sabe sobre ele, e menos ainda se preserva dos registros e memórias dos rondonistas. Isso se deve ao fato de não haver, na UFSM, um programa ou um projeto institucional que incentive o compartilhamento das experiências vividas, tanto por parte dos rondonistas, quanto por parte de alunos intercâmbistas. Suas experiências, os conhecimentos adquiridos nas viagens e projetos desenvolvidos, acabam se perdendo com o tempo, e sendo socializado apenas num pequeno grupo, entre colegas de curso.

Por isso, julga-se necessário preservar e valorizar essas histórias, tão ricas em conhecimentos, que além das experiências acadêmicas e profissionais, também revelam curiosidades e informações sobre o Brasil, em suas mais variadas formas, costumes, climas, enfim, em tudo aquilo que constitui esse país multirracial, multicultural e de diversidades ambientais. Sendo assim, pensou-se num meio que incentivasse o compartilhamento e a socialização desses conhecimentos, dessas experiências e dessas histórias de vida. O meio encontrado, para a preservação e valorização das histórias dos rondonistas, nas Operações do Projeto Rondon, foi através da criação de um projeto institucional, mantido e coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão, que servisse como referência e como um espaço de exposição, aprendizado, convívio e interação entre os rondonistas e a comunidade acadêmica.

Desta forma, para que fosse possível criar o Memorial Projeto Rondon institucionalmente, e ainda suprir as exigências do Mestrado, o trabalho foi realizado em duas etapas, que se divide na criação e estruturação do “Memorial Projeto Rondon”, como produto prático do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, e na elaboração e apresentação da Dissertação de Mestrado, como produto teórico exigido pelo Mestrado. Onde se pretende além de produzir um documento acadêmico, com embasamento teórico que legitime este produto, também se pretende partilhar as experiências adquiridas na primeira

etapa. Desta forma, cabe aqui, discorrer sobre a metodologia utilizada para a elaboração dessa dissertação.

Esta Dissertação foi elaborada em quatro Capítulos, onde foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas, onde se utilizou a metodologia da História Oral, e ainda o relato das experiências empíricas da criação do Memorial Projeto Rondon. A divisão dos Capítulos teve como objetivo a melhor compreensão do processo de Criação do Memorial, sendo necessário uma abordagem histórica da História da UFSM e do seu envolvimento com o Projeto Rondon, bem como da sua vocação para a educação extensionista, que justificam e legitimam este Projeto. Julgou-se necessário também realizar uma descrição histórica do Projeto Rondon, para melhor compreensão do Projeto do qual o Memorial faz referência e para esclarecer as relações da UFSM com esse.

Como referencial teórico norteador desse trabalho, utilizou-se os fundamentos da História Cultural, no que se refere ao campo da pesquisa “História do Tempo Presente”, apontado por Sandra Pesavento (2008), como sendo um campo que implica tomar a história quando os acontecimentos ainda estão a se desenvolver, tratando-se de uma história que ainda não acabou. Segundo a autora, o historiador é contemporâneo ao seu objeto de estudo e testemunha ocular de um processo que ainda se desdobra, portanto não conhecendo seu término.

Esta teoria, de acordo com o explicitado nesse trabalho, vem ao encontro desta proposta, pois, além das experiências empíricas no Projeto Rondon, vivenciadas pela mestranda e suas fontes, esse continua em atividade. E, a proposta do Memorial Projeto Rondon é ter uma ação permanente e constantemente renovada. Sendo que sua história será permanentemente criada e recriada, considerando suas ligações com o passado e com o presente.

Complementando essa idéia, Motta (2006) diz que os estudos do presente, do político, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso de fontes orais. Diante disso, optou-se como uma das fontes de pesquisa para essa Dissertação, relatos orais, onde foi utilizada a metodologia da História Oral.

Sendo assim, na realização das entrevistas, não foi utilizado um roteiro pré-estabelecido, apenas foram utilizadas informações pertinentes a respeito do entrevistado e de suas ações no Projeto Rondon. Os entrevistados foram estimulados a falar, sem muitas interferências por parte da pesquisadora, a não ser o necessário para ativação da memória. Pois, segundo Motta (2006) não cabe ao historiador definir as idéias ou acontecimentos relatados por suas fontes, já que estes fazem parte da forma como o entrevistado pensa sua

vida e os fatos relacionados a ela, cabe ao historiador apenas orientar e estimular sua memória para àquilo que se está pesquisando.

Para a realização das entrevistas foram selecionados inicialmente quatro fontes, das quais fizeram parte de importantes momentos do Projeto Rondon, e que juntos compreendem boa parte da história da primeira e da segunda fase do Projeto, em sua múltiplas formas de atuação. São eles: O Tenente Coronel Alexandre Máximo Amendola (Primeiro Coordenador do Projeto Rondon na UFSM), Professor Gilson Hiram Machado Soares (Ex-Coordenador do Projeto Rondon na UFSM), Professor Paulo Benites (foi Coordenador das Atividades de Extensão da UFSM e do Campus Avançado de Roraima), Professor Ubiratan Tupinambá da Costa (Ex-Diretor do Campus Avançado de Roraima e atual Coordenador do Projeto Rondon na UFSM).

Entretanto, não foi possível entrevistar o Coronel Amendola, pois o mesmo se encontra com sérios problemas de saúde. Ficando a sua entrevista programada para outro momento, já que seus relatos são fundamentais para o Memorial. Sendo assim, utilizou-se apenas relatos publicados nas fontes bibliográficas utilizadas nesse trabalho.

As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, de acordo com a autorização das fontes. Optou-se por manter o documento original, não sendo transcritas. Todavia, para serem utilizadas nesse trabalho, foram transcritos apenas alguns trechos que se julgou pertinente para reforçar seus relatos.

Diante da dificuldade de entrevistar outras fontes que fizeram parte das primeiras atividades do Projeto Rondon, seja por problemas de saúde, morte ou ainda por residirem em outras cidades, optou-se pela utilização da obra “História Oral do Projeto Rondon”, organizado por Motta, que traz em quatro tomos os relatos orais dos principais agentes do Projeto Rondon, numa série de perguntas e respostas, realizadas nos anos de 2006 e 2007. Sendo assim, e tendo em vista que essa obra é uma das principais fontes sobre a história do Projeto Rondon e ainda retrata as vivências dos rondonistas, parte do Capítulo dois, foi composto apenas por essa obra.

Desta forma, para melhor compreensão desse trabalho será apresentado de forma sintética cada capítulo.

No Capítulo 1 – “A Universidade Federal de Santa Maria: Pioneirismo em Ações Extensionistas” é relatado a história da UFSM e de seu envolvimento, desde sua criação, em projetos de extensão, tendo como princípio o desenvolvimento de sua área Geo-educacional. Salienta-se também as ações desenvolvidas pelo Professor Dr. José Mariano da Rocha Filho, para tornar a UFSM um pólo educacional e cultural.

Para a composição desse Capítulo foram utilizados os textos escritos pelo Professor Dr. Mariano da Rocha Filho, publicados no livro “A Terra, o Homem e a Educação”. Foi utilizada também a Tese de Doutorado da Professora Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, bem como outros autores que trabalham a História de Santa Maria.

No Capítulo 2 – “Projeto Rondon, uma Ação Importante na História da Universidade Federal de Santa Maria”, é trabalhado a História do Projeto Rondon, bem como o envolvimento da UFSM no mesmo.

Para isso, como explicitado acima, foram utilizados os relatos dos primeiros coordenadores do Projeto Rondon, publicados na Coletânea “História Oral do Projeto Rondon”, desenvolvida pelo Exército, e organizada por Motta. Para relatar a participação da UFSM no Projeto Rondon, bem como suas ações no Campus Avançado de Boa Vista/Roraima, foram pesquisados relatórios de trabalho do Campus Avançado, documentos do Arquivo da UFSM, e fontes bibliográficas. Utilizou-se também, o relato das fontes orais, imprescindíveis, nesse capítulo.

O Capítulo 3 – “Memorial Projeto Rondon”, configura-se na justificativa e nos princípios norteadores que regem o Memorial Projeto Rondon. Para esse fim, foi utilizado o referencial teórico referente à preservação da memória, museu e Nova Museologia. Ainda foi realizado uma contextualização do surgimento da Nova Museologia, para dar embasamento a criação da Política Nacional de Museus, que atualmente regulamenta a criação e o funcionamento dos museus no Brasil. Referente à isso, também foi realizado um estudo, já que o Memorial Projeto Rondon, pretende nortear-se pelo Estatuto dos Museus, instituído através da Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009.

Já o Capítulo 4 – “A Criação do Memorial Projeto Rondon na Universidade Federal de Santa Maria”, tem relação direta com a primeira etapa desse trabalho, pois, é o relatório das atividades desenvolvidas para a criação do Memorial Projeto Rondon, bem como a exposição dos programas e projetos previstos para serem desenvolvidos pelo Memorial.

Neste Capítulo utilizaram-se autores que trabalham sobre o funcionamento dos museus. E como referencial guia, o Estatuto dos Museus e o Plano Museológico, estabelecido por esse, que estabelecem as normativas para a criação e o funcionamento dos museus brasileiros.

CAPÍTULO 1 – A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: PIONEIRISMO EM AÇÕES EXTENSIONISTAS

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que no ano de 2010 completou 50 anos de sua criação tem na origem de sua História o desbravamento e o trabalho de um homem, que sem dúvidas era um visionário e fez de Santa Maria um Pólo Educacional referenciado em todo o País. Este homem de tamanha importância para a Universidade Federal de Santa Maria e para a Cidade é o Professor Dr. José Mariano da Rocha Filho. Ele foi o idealizador, criador e primeiro Reitor desta instituição que seria a primeira Universidade Federal a ser instalada fora de uma capital, portanto no interior do Estado.

Desta forma, para se compreender a História da UFSM, é necessário realizar um estudo a cerca das realizações desse ilustre Professor, no que tange a criação da Universidade, e na forma como este conduziu a Educação Superior. Sempre a frente de sua época, com idéias e projetos de vanguarda, possibilitou a UFSM se expandir pelo Estado e para fora dele, chegando a mais de 5 mil quilômetros de sua sede principal.

1.1. A Criação da Primeira Universidade do Interior – A Universidade Federal de Santa Maria

O Brasil diferentemente dos outros países da América Latina, iniciou a estruturação de seu ensino superior tardiamente, devido a sua submissão a Metrópole portuguesa, que não reconhecia a formação superior em sua Colônia. Isso mudaria com a vinda da Família Real para o Brasil. Sendo assim, foi só a partir de 1808, que iniciou o movimento pela instalação dos primeiros núcleos de ensino universitário em solo brasileiro. Entretanto, esse movimento se manteve lento até a Proclamação da República em 1889. Nesse período “o Brasil possuía apenas cinco faculdades: duas de Direito (em São Paulo e Recife), duas de Medicina (Salvador e Rio de Janeiro) e uma Politécnica (Rio de Janeiro)” (BARICHELLO, 2000, p.50). Já apontando para a tendência da concentração do ensino superior nas capitais e na faixa litorânea, onde havia maior concentração de pessoas e recursos financeiros.

Toda via, só em 1920, foi criada a primeira Universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, que se configurou na integração de cursos superiores já instalados na cidade.

Exemplo que seria seguido em outras cidades e que foi referência para a criação da Lei Francisco Campos, em 1931, que “estendeu a todo o Brasil o processo de criação de universidades (Estatuto das Universidades), por intermédio do aproveitamento da estrutura organizacional de faculdades previamente existentes em determinada localidade” (BARICHELLO, 2000, p.51). Esse modelo de organização didático-administrativo do ensino superior, promovido pela união de cursos isolados, segundo Barichello, admitia duas formas de organização: “a universidade e o instituto isolado. Ambas poderiam ser oficiais ou “livres”, estando a primeira categoria relacionada àquelas mantidas pelo governo federal ou estadual e a segunda àquelas mantidas por fundações ou associações particulares” (2000, p.51).

Contudo, foi apenas após a década de 1950, especialmente nos anos de 1960 e 1970, que a educação universitária sofreu uma expansão significativa no Brasil. De acordo com Barichello (2000), essa expansão foi “resultado do chamado ‘movimento de interiorização’ ou ‘democratização’ da universidade, que permitiu o acesso a mesma por parte de camadas da população nunca antes atingidas” (p. 51). E foi através desse movimento que Universidade Federal de Santa Maria foi criada, “liderando o movimento de interiorização do ensino superior gratuito no país” (Op. cit).

A Universidade Federal de Santa Maria teve origem na Escola Livre de Farmácia, criada em 30 de setembro de 1931. No mesmo ano havia sido criada a Sociedade de Medicina de Santa Maria, tendo como primeiro presidente Francisco Mariano da Rocha. Segundo Barichello, “a Faculdade de Farmácia foi criada dentro do regime de Escola Livre”, onde “atos de doação, ofertas, empréstimos e outras formas de apoio da comunidade eram fundamentais à sua sobrevivência”. Em relação a sua forma de organização e funcionamento “a Escola de Farmácia possuía autonomia administrativa e financeira, sendo dirigida pelos próprios professores, através de uma congregação” (2000, p.165). Porém, estes não recebiam salários, seus serviços a Instituição era voluntária.

Em 1937, após sua formatura em Medicina, pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, José Mariano da Rocha Filho, foi convidado por seu tio, Francisco Mariano da Rocha, que era o então fundador e diretor da Faculdade de Farmácia de Santa Maria, a lecionar Microbiologia. Já no ano de 1945, foi eleito Diretor da Faculdade de Farmácia. Em função das dificuldades financeiras que a Faculdade apresentava, “promoveu uma campanha em favor de sua anexação à Universidade de Porto Alegre” já que o período era considerado por ele propício devido “à redemocratização do país com a promulgação das novas Constituições Federal e Estadual” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.15).

Assim, em 1947, o professor Mariano da Rocha conseguiu junto aos Deputados Francisco Brochado da Rocha, José Diogo Brochado da Rocha e Tarso Dutra, da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia “que fosse incluída na Constituição do Rio Grande do Sul, a anexação das Faculdades do Interior (Direito e Odontologia de Pelotas e Farmácia de Santa Maria) à Universidade de Porto Alegre que, então passaria a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.15), como consta no Artigo 36, parágrafo único, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 8 de julho de 1947.

Artigo 36: “A Universidade de Porto Alegre passará a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul, a fim de poder congregar institutos de ensino situados fora da Capital do Estado”.

Parágrafo Único: Ficam incorporadas na Universidade do Rio Grande do Sul, desde que satisfeitas as exigências da legislação em vigor, as Faculdades de Direito e Odontologia da Cidade de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. (In: MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 15)

FIGURA 1 – José Mariano da Rocha Filho ao lado do Deputado Tarso Dutra.



O Reitor José Mariano da Rocha Filho ao lado do Deputado Tarso Dutra, que teve muita importância na criação e instalação da UFSM.

Fonte: Departamento de Arquivo Geral da UFSM.

Mesmo tendo sido criada a Universidade do Rio Grande do Sul, a anexação das faculdades do interior ainda enfrentava resistência. Assim, através de mobilizações realizadas junto à população e as “forças vivas” de Santa Maria, como dos contabilistas liderados por

Luiz Gonzaga Isaia², da Congregação dos Irmãos Maristas³, das irmãs Franciscanas⁴ e ainda, devido a contatos e a influência que mantinha na Capital e junto a políticos e membros importantes da Sociedade, Mariano da Rocha Filho fundou em 9 de maio de 1948, a Associação Santa-Mariense Pró Ensino Superior (ASPES). Tendo por objetivo maior criar bases para interiorizar o ensino superior e agregar forças para se “fazer cumprir o dispositivo constitucional que anexava as faculdades do interior à Universidade de Porto Alegre” (BARICHELLO, 2000, p.169).

Mas, apesar de encontrar resistência por parte de docentes e da administração da Universidade de Porto Alegre, que em janeiro de 1948, em visita a Faculdade de Farmácia de Santa Maria emitiu um parecer desfavorável à incorporação, em 4 de dezembro do mesmo ano a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de Lei, sancionado pelo Governador Walter Jobim, anexando as Faculdades do Interior à Universidade de Porto Alegre (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, P.17).

Com essa medida foi dado um passo importante em direção a interiorização do Ensino Superior Federal. De acordo com isto, em 1949, o Prof. Mariano pronunciou-se:

Num país de tão grande extensão como o nosso, a descentralização do ensino superior constitui um imperativo inadiável. O conceito medieval de Universidade com seus institutos aglomerados em uma única cidade é sem dúvida obsoleto [...]. Não será, pois, do interesse do governo planejar, nestes pontos, futuras universidades? [...] Um grande e decisivo passo foi, sem dúvida, dado para o progresso cultural do Rio Grande pela incorporação na Universidade de Faculdades do interior. [...] Mas não esqueçamos, foi apenas um passo, muito teremos ainda que andar para dar ao nosso Estado o pleno desenvolvimento de sua estrutura educacional de grau superior. Devemos assim assentar bases para o futuro, construindo o alicerce sobre o qual surgirão os Institutos indispensáveis à formação da futura Universidade de Santa Maria. (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.17)⁵

² O professor Luiz Gonzaga Isaia foi o principal idealizador e primeiro Diretor da *Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Santa Maria*, criada em 29 de dezembro de 1954 e oficializada pelo Decreto 36680. Tinha como entidade mantenedora a Congregação dos Irmãos Maristas. (BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998. p.24-25).

³ A Congregação dos Irmãos Maristas era a entidade mantenedora: da *Faculdade de Direito*, criada em dezembro 1959, tendo como colaboradores o Irmão Vitrício e o Professor Luiz Gonzaga Isaia. Seu primeiro Diretor foi o Irmão Gelásio. (MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento**. Santa Maria: Pallotti, 1993. p. 19).

⁴ A Sociedade Caritativa e Literária São Francisco, das Irmãs Franciscanas, foi a entidade mantenedora da *Faculdade de Filosofia e Letras Imaculada Conceição*, criada pelo Decreto nº37103 de 31 de março de 1955. Sua primeira Diretora foi a Irmã Consuelo. E da *Escola de Enfermagem N. S. Medianeira*, criada em 16 de maio de 1955 pelo Decreto nº15. 431. Sua primeira Diretora foi a Irmã Zulema Saldanha. (BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998. p.25).

⁵ “Discurso do Professor Mariano Filho: Um imperativo inadiável a descentralização do ensino. A Razão, Santa Maria, 1º de maio de 1949.” (In: MARIANO DA ROCHA FILHO, José. *A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento*. Santa Maria: Pallotti, 1993.).

O discurso do Prof. Dr. Mariano da Rocha revela seus ideais por uma Universidade descentralizada, por um ensino mais democrático e acessível aos estudantes do interior. Esse propósito fora colocado em prática ao longo de sua obra educacional, sendo a semente para o que mais tarde se tornaria a “Multiversidade” (Universidade de *Campus* Múltiplos).

Logo após, em julho de 1950, através da Lei 1.166, “a Lei estadual foi homologada em nível federal, incorporando definitivamente as faculdades do interior à Universidade do Rio Grande do Sul”. E em 4 de dezembro do mesmo ano, por meio da Lei 1.254, a Universidade do Rio Grande do Sul, que até então era estadual foi federalizada. Desta forma, “os cursos do interior do estado passaram a fazer parte do sistema federal de educação” (BARICHELLO, 2000, p.170).

Assim, o professor Mariano da Rocha, na direção da ASPES e das Faculdades de Farmácia e Medicina⁶ foi implantando outras Faculdades⁷ em Santa Maria, e “trabalhou ininterruptamente pela instalação de cursos superiores, não só em Santa Maria como em todo o interior do Rio Grande do Sul e do Brasil, servindo de modelo para diversas associações fomentadoras da implantação de faculdades no interior” (BARICHELLO, 2000, p.170). Seguiu esse trabalho até conseguir ter bases sólidas para a criação em 1960, da Universidade Federal de Santa Maria, através da lei nº 3.834-C de 14 de dezembro de 1960 (Anexo 1). A lei prevê:

Art. 15. - Fica igualmente criada a Universidade de Santa Maria, situada em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e que será integrada no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 16. - A Universidade de Santa Maria será constituída dos seguintes estabelecimentos federais de ensino superior, com sede na referida cidade:

- a) Faculdade de Medicina;
- b) Faculdade de Farmácia;
- c) Faculdade de Odontologia;
- d) Instituto Eletrotécnico, do Centro Politécnico.

Art. 17. - A Universidade de Santa Maria será integrada, ainda, dos seguintes estabelecimentos particulares de ensino superior ou de alto padrão, na situação de agregados:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Imaculada Conceição;'
- c) Faculdade de Ciências Políticas Econômicas;
- d) Escola de Enfermagem N. S. Medianeira.⁸

⁶ Quando fez parte do conselho Universitário da UFRGS, o Professor Dr. José Mariano da Rocha Filho obteve a autorização para o funcionamento do curso de Medicina, anexo à Faculdade de Farmácia em 1954. (MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento**. Santa Maria: Pallotti, 1993. p. 19).

⁷ As Faculdades referenciadas aqui são as acima citadas, nas notas de rodapé 2, 3 e 4.

⁸ Encontrada em <http://w3.ufsm.br/proplan/images/stories/file/LEI%20N%203.834%20C,%20cria%20a%20UFG%20e%20UFSM.pdf>.

Para a criação da Universidade de Santa Maria, em 1960, os cursos que haviam sido criados com o apoio da ASPES (Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas, Direito e Enfermagem, entre outros) e entregues aos cuidados de instituições religiosas “participaram da sua estruturação como faculdades agregadas, permitindo, dessa forma, alcançar o número e natureza de cursos necessários a sua instalação, de acordo com o previsto no Estatuto das Universidades Brasileiras” (BARICHELLO, 2000, p.172).

Inicialmente, a Universidade Federal de Santa Maria, “funcionou com 12 faculdades, num prédio de sete andares, na esquina das Ruas Floriano Peixoto e Dr. Astrogildo César de Azevedo. O pleno funcionamento da UFSM ocorreu em 1961. Nesse mesmo ano foi inaugurado o *Campus* da UFSM [...]” (BEBER, 1998, p. 27). Em 1961, a UFSM obteve “a aprovação do decreto nº 49.439/61 pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que criou o quadro de pessoal da Universidade de Santa Maria” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.21).

O então Reitor da UFSM, Prof. Dr. Mariano da Rocha Filho contando com as experiências adquiridas em estágios em Universidades dos EUA e da Europa, traz para Santa Maria a idéia de uma “Nova Universidade” de uma “Universidade para o desenvolvimento”, que partia “do princípio de que a terra deve orientar a educação do homem”. Dessa forma “por proposição do Reitor Mariano, foi aprovada no Conselho Federal de Educação a possibilidade da criação de cursos fora da sede da Universidade, criando a Universidade de *Campis* Múltiplos ou Multiversidades” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.21).

Mariano da Rocha Filho pretendia construir uma Universidade aos moldes das instituições educacionais que havia conhecido nos grandes centros dos EUA e da Europa, por onde realizou suas pesquisas no ano de 1953. No entanto essa deveria atender à realidade brasileira, proporcionando aos jovens uma formação adequada.

No momento do planejamento da Universidade Federal de Santa Maria, segundo Barichello, foram apresentadas novas propostas para a universidade brasileira, onde se levaria em conta “o sentido de democratizar o ensino superior, através da interiorização da universidade” e ainda através da “nova estrutura que já vinha sendo experimentada nas faculdades já existentes em Santa Maria” (2000, p.58). Contava também no Plano de Criação da Universidade de Santa Maria, publicado no Livro “USM, A Nova Universidade”, de José Mariano Filho, a seguinte meta do autor:

Nosso movimento deve indicar os meios de levar a universidade ao alcance do povo (...) deve levar os acadêmicos a prestar assistência aos pobres, aos necessitados, seja ela jurídica, médica, odontológica, farmacêutica, através dos hospitais de clínicas, dos ambulatórios, das creches (...) deve visar desenvolver o gosto pelo planejamento, pelo levantamento de nosso solo, indicando qual o seu melhor uso,

deve basear-se no levantamento consciencioso de nossas riquezas e no planejamento eficaz de sua utilização em benefício da coletividade. (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1962, apud. BARICHELLO, 2000, p.59).

E ainda segundo Barichello, três características distinguiam a proposta da UFSM das demais concepções de Universidades brasileiras existentes na época:

A primeira foi a preocupação em relação ao acesso ao ensino superior por parte de todas as camadas sociais e, especialmente, da população do interior [...]. o segundo diferencial era a concepção do *Campus* universitário como espaço comunitário, como uma oportunidade de “vivenciar o espírito universitário”. Em terceiro lugar, a educação deveria ser ministrada em ampla sintonia com o ambiente da região, fazendo uma aliança entre a terra, o homem e a educação, embora não devesse ser descuidada a ciência de base e o ensino das humanidades. (BARICHELLO, 2000, p.60)

Para que seus objetivos fossem possíveis, seria necessário realizar um plano de ação, levando em consideração a falta de recursos da época. Assim, entendeu-se que o objetivo da Universidade só poderia ser alcançado através da construção de um *Campus* Universitário, onde houvesse uma interação entre alunos e professores. Pois, segundo Barichello, a idealização de uma cidade universitária “se enquadrava como uma proposta de modernidade, ou da sociedade disciplinar proposta por Foucault, onde o espaço serve para moldar o indivíduo”, mas também atualiza a vivência da comunidade universitária, “na qual a conformação do espaço de convívio tinha uma importância fundamental para a consecução de um projeto comum: integrar a terra, o homem e a educação” (BARICHELLO, 2000, p.144).

Esses planos se concretizaram com a construção da Cidade Universitária. Em 1973, ano em que o Reitor Mariano da Rocha que afastou do cargo, em um ato solene, a Cidade Universitária recebeu seu nome, passando a ser chamada de “Cidade Universitária Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.23), conforme (FIGURA 2).

FIGURA 2 – Inauguração da placa com o nome: “Cidade Universitária Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho”.



Homenagem feita ao professor José Mariano da Rocha Filho em 1973, quando do Campus da UFSM recebeu seu nome. Na ocasião o professor Mariano da Rocha prestigia a inauguração da Placa em sua homenagem.

Fonte: MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento.** Santa Maria: Pallotti, 1993. p. 102.

Levando em consideração os moldes Norte-Americanos, para as Cidades Universitárias, conhecidas por *Campus*, o plano de estruturação aprovado pelo Conselho Universitário da época e adotado pela UFSM, teve como base as seguintes unidades: Faculdades, Instituto, Departamento, Cátedras isoladas. Sendo que esta estrutura só torna-se possível com a concentração de todas as unidades em uma Cidade Universitária. O Reitor ainda planejou para o *Campus* da Universidade Federal de Santa Maria um ambiente que agregasse além do ensino, também cultura, laser, etc., como se pode perceber em suas palavras:

A Cidade Universitária, além das Faculdades e Institutos, será constituída de órgãos culturais, que funcionarão como centros de extensão para a região, tais como: Museu Educativo; Planetário e Observatório; Biblioteca; Salão de Atos (auditório, teatro); Rádio e Televisão educativa; Centro Recreativo e Cultural; Escola Agrotécnica; Colégio Pré-Universitário; Centro Esportivo Universitário; Colégio Agrícola e Colégio Industrial. Como Órgãos Auxiliares, contará a Cidade Universitária ainda com os seguintes: Habitações para professores, alunos e funcionários, Assistência

Social, Médica e Dentária; Centro Comercial e Bancário; Casa Internacional para estudantes de outras nacionalidades; Serviços Públicos indispensáveis à Cidade Universitária; Casa das Nações; Concha Acústica. (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.32)

Além dessa estrutura a UFSM ainda contaria com uma Granja Universitária que serviria de contribuição a construção e manutenção da Cidade Universitária, operada por alunos da própria instituição. Entretanto, de acordo com Barichello, “a construção dos espaços de convivência extra-aula permaneceu inacabada ou, mesmo quando pronta, foi desvirtuada”, tais como “o cinema, o teatro, a concha acústica, a Casa das Nações e outras edificações que previam o encontro e a mistura das diferentes áreas, dentro do espaço físico do *Campus*”. E ainda no segundo caso, está a União Universitária, “um dos prédios de convivência finalizados que comporta um amplo restaurante embaixo e cujo segundo andar deveria estar destinado a uma área de convivência para festas, jogos, reuniões e encontros dos estudantes, mas que foi transformado em moradia estudantil” (2000,p.143).

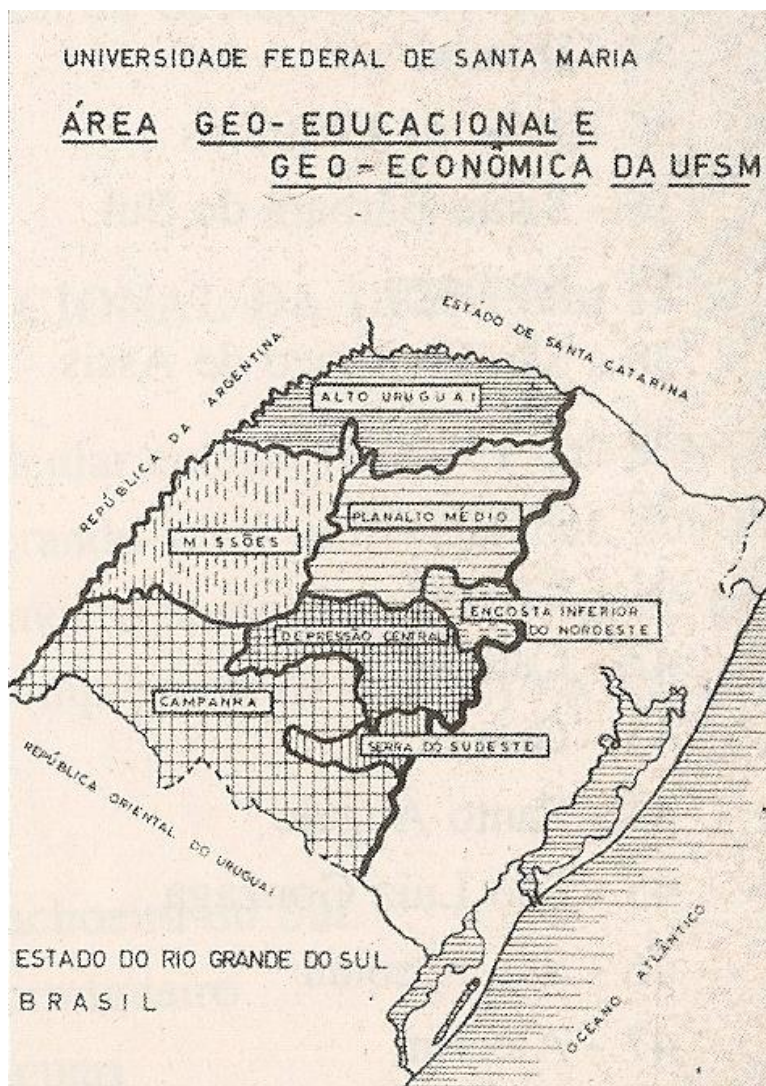
Segundo o Prof. Mariano da Rocha, a “Nova Universidade” que estava sendo proposta por ele, deveria manter e “renovar os conhecimentos através da pesquisa e da erudição e proporcionar uma real educação, não somente aos alunos que procuram as carreiras que ela oferece, mas também a todo o povo que vive na sua área geo-educacional” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.36). Devendo, portanto, através da pesquisa e da investigação dirigida, encontrar soluções para os problemas de sua zona geo-educacional, aproveitando suas riquezas naturais, garantindo melhorias das condições de vida da população.

Assim, segundo o Prof. Dr. Mariano da Rocha Filho (1993), o primeiro passo que deveria ser tomado, para atingir este objetivo, era determinar a zona de influência geo-educacional da Universidade. Isto foi realizado, através da Assessoria de Planejamento e do Departamento de Educação Cultural, que determinou de onde vinham os alunos.

Desta forma, ficou determinado que a área geo-educacional da UFSM, conforme a (FIGURA 3), abrangeria:

as zonas centro e oeste do Estado do Rio Grande do Sul, com uma população ultrapassando dois milhões de habitantes. A seguir, foi feito um estudo completo dessa zona e foram delimitados dentro dela, sete microclimas, cada um com características próprias e, às vezes, exclusivas, tendo como consequência diferentes tipos de culturas preferenciais, sendo apropriadas à criação de diferentes raças de animais. Tivemos, assim, delimitadas as zonas do Alto Uruguai, das Missões, da Campanha, da Encosta Inferior do Nordeste, do Planalto Médio, da Depressão Central e da Serra do Sudeste. (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.39)

FIGURA 3 – Mapa da Área Geo-Educacional da UFSM



O Mapa corresponde a Área Geo-educacional e Geoeconômica da UFSM, em 1973, momento em que o Prof. Dr. Mariano da Rocha Filho, deixa a reitoria.

Fonte: MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento**. Santa Maria: Pallotti, 1993. p. 72.

Delimitada a Área de abrangência da UFSM, foram planejados e realizados estudos de cada uma dessas regiões, para que se desenvolvesse, em torno do mais importante dos núcleos humanos de cada uma delas, uma área de experimentação da Universidade. Para isso, foi condicionado que fosse feita uma doação de terras, de extensão variável, pelas prefeituras ou pelos Governos Estaduais e/ou Federal, conforme o microclima da região, para Universidade, onde seria inserido o *Campus* Avançados. Nesses núcleos, foram aproveitadas as Associações Rurais já existentes, bem como os Parques de Exposições, para que se realizassem ali, com o pessoal docente da Universidade, cursos para fazendeiros, granjeiros, lavradores. Desta forma, transformaria esses espaços, muitas vezes ociosos, em núcleos altamente produtivos.

O Prof. Dr. Mariano da Rocha Filho, complementa dizendo que

para tornar realidade a filosofia de que a Universidade deve oferecer seu apoio à comunidade, buscamos definir os limites da sua área geo-educacionais, a fim de concentrar os esforços dentro de um limite físico racional e até onde, na realidade, se estenda a influência da Universidade. A Universidade Federal de Santa Maria foi a primeira, no Brasil, a processar estudos desta natureza, baseado na procedência dos alunos e na identificação das zonas microclimáticas homogêneas. [...] Nesse conjunto de microrregiões, estabeleceu-se também, como resultado de estudos realizados, um conjunto de *Campi* para estender cada vez mais a ação da Universidade. (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p.41)

Para que os *Campi* dessem certo, a UFSM estabeleceu contatos com o Ministério do Interior e Organismos Regionais, tais como a SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul), para o desenvolvimento da fronteira sudoeste do País; com o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) para formação de técnicos; com o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), com quem desejavam estabelecer as bases para criar as estâncias de demonstração e de investigação nessas diferentes zonas; e com o IRGA (Instituto Rio-grandense de Arroz) para melhorar os métodos de produtivos e industriais.

Portanto, para atingir os objetivos propostos no planejamento da “Nova Universidade”, de atendimento a toda Área Geo-Educacional da Universidade, era necessária que fossem estabelecidas bases de ação em pontos estratégicos desta Área. Para isso, o então Reitor da UFSM, Prof. Dr. Mariano da Rocha Filho, levou até ao Egrégio Conselho Federal de Educação, órgão máximo da educação brasileira, a tese do que chamava de “Multiversidade”, isto é, Universidade de *Campi* Múltiplos.

Mas ao perceber que havia uma deficiência no sistema do ensino secundário brasileiro, a UFSM criou em cinco municípios, uma “rede de ensino médio integrado”, possuindo a parte básica comum e as opções profissionais (Agrícola, Industrial, Comercial e Economia Doméstica). E segundo o Prof. Dr. Mariano da Rocha Filho, o efeito que esta ação causou na comunidade, foi surpreendentes e entusiasmante, “passamos, além de formar técnicos de nível médio qualificados, a ajudar diretamente na busca de soluções para as necessidades daquelas comunidades. A situação evoluiu e partimos para o estabelecimento da Extensão de Nível Superior [...]” (1993, p.44).

Assim, diante das manifestações das comunidades interessadas, foram instaladas 15 extensões em 12 dos mais importantes municípios da área Geo-educacional da UFSM. A

implantação destes *Campi*, bem como a filosofia que os norteou será trabalhada no próximo subtítulo.

1.2. A Extensão na Universidade Federal de Santa Maria

A Universidade Federal de Santa Maria foi criada de acordo com os ideais da “Nova Universidade”, que tinha como referencia o *Land Grant College Act*, ocorrido durante o governo do Presidente Abraão Lincoln, nos Estados Unidos da América. Prevvia que todo Estado Americano que não possuísse uma Universidade era obrigado a criá-la. Estas deveriam estar voltadas para atender as necessidades de sua região, e explorar da melhor forma suas riquezas, para conseguir assim um progresso mais rápido.

Segundo o Professor Dr. Mariano da Rocha, foi com base na experiência Norte Americana que a UFSM foi pensada e planejada, tendo por princípio o desenvolvimento de sua região geo-educacional⁹ (2003, p.47). Para que seus ideais se tornassem realidade, fora feito um levantamento regional que resultou na publicação denominada: “Operação UFSM – desenvolvimento planejado de Programas e Projetos geradores de riquezas econômicas e de bem-estar social na área de ação da Universidade Federal de Santa Maria” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2003, p.47).

Nesta publicação foram apontadas as principais potencialidades da área geo-educacional, da qual era formada por “116 municípios do Rio Grande do Sul¹⁰, perfazendo uma área total equivalente a mais da metade da extensão territorial do Estado, representando cerca de 45% da população total do Rio Grande do Sul” (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2003, p.53), conforme mostrado na (FIGURA 3).

Entretanto, além dos estudos e das pesquisas desenvolvidas nessas regiões, era necessário criar nessas comunidades a consciência de que a presença da Universidade iria auxiliá-los em seu desenvolvimento. Segundo o Professor Dr. Mariano da Rocha, isso deveria ser realizado de forma permanente, através dos alunos e da aplicação dos conhecimentos na busca de soluções aos problemas da região. Pois,

⁹ “Por área geo-educacional de uma universidade nós entendemos uma área que, situando-se em torno de um Centro Universitário, envia a esse Centro a sua juventude com a finalidade de ali estudar e preparar-se para enfrentar os problemas de desenvolvimento e se beneficiar com a ação dessa Universidade” (MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento**. Santa Maria: Pallotti, 1993. p. 49).

¹⁰ Relação dos Municípios componentes da Zona Geo-Educacional da UFSM (em 1972), encontra-se em (ANEXO 2).

é necessário que, de acordo com área onde estiver situada a Universidade, se procure não só o estudo dos problemas gerais que fazem parte do currículo comum das matérias aí ensinadas, mas também o estímulo à pesquisa pura tão importante para o desenvolvimento da civilização, e ainda o estudo dos problemas mais importantes de uma região geo-educacional que também pode ser dilatadas aos problemas atinentes a um Estado e mesmo a todo País (MARIANO DE ROCHA FILHO, 2003, p.53).

Tendo em vista as exigências para a instalação de *Campi* Avançados e a necessidade de aceitação e compreensão das atividades que seriam desenvolvidas, por parte da comunidade, a UFSM propôs instalar suas Extensões nas cidades que apresentavam condições suficientes para serem consideradas como pólos de desenvolvimento. E foi por escolher cidades com comunidades polarizadoras, quer dizer, que se expandiriam abrangendo outras regiões circundantes, que a UFSM obteve permissão para instalar cursos de graduação fora de sua sede (MARIANO DA ROCHA FILHO, 2003). Isso ocorreu por meio do Decreto Lei 405/68 e dos Pareceres 848/68 e 611/69, concebidos pelo Conselho Federal de Educação do Brasil, que permitiam a criação das Extensões Universitárias (BENITES, s.d., p.1).

No entanto, era necessário atender algumas condições para efetivamente estabelecer uma Extensão Universitária:

- 1) A região deveria estar compreendida em uma mesma zona microclimática, com população estudantil do segundo ciclo de, no mínimo, 4000 estudantes;
- 2) A cidade ou comunidade escolhida deveria ser capaz de contribuir com uma dotação inicial de um prédio, material escolar e laboratórios satisfatórios para a prática do ensino;
- 3) A região ou zona microclimática deveria ser capaz de arrecadar, para finalidade de manutenção de sua extensão, verbas suficientes, para manter no mínimo em funcionamento duas séries iniciais de um curso qualquer, “de preferência de cursos básicos correspondentes a uma das áreas fundamentais do ensino” (MARIANO DE ROCHA FILHO, 2003, p.54).

Assim, estabelecidos os locais onde seriam instalados os *Campi*, e de acordo com as exigências feitas pela UFSM, partiu-se para o estabelecimento efetivo de Colégios Técnicos de Nível Médio (profissionalizantes) que se chamou de “Colégios Integrados”, pois, seguiam a mesma filosofia que orientou o planejamento da UFSM e ainda em função da característica peculiar de terem a parte básica comum a todas as opções. Segundo Mariano do Rocha Filho, “isto possibilitou a efetiva participação da Universidade no desenvolvimento global dos conjuntos de municípios, pelo aperfeiçoamento das técnicas e pela fixação do homem ao seu habitat” (2003, p.55).

Os Colégios foram instalados em Santa Maria (Agrícola¹¹ e Industrial), Frederico Westphalen (Agrícola), Alegrete (Agrícola), São Vicente do Sul (Agrícola), Jaguari (Centro de Formação de Tratoristas e Mão-de-obra Agrícola), Iraí (Industrial) e São Borja (Agrícola).

FIGURA 4 – Colégio Agrícola de Frederico Westphalen



As atividades do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen começaram em 1966, antes mesmo da finalização das obras. A foto, datada de janeiro de 1972, mostra várias instalações da escola.

Fonte: Departamento de Arquivo Geral da UFSM.

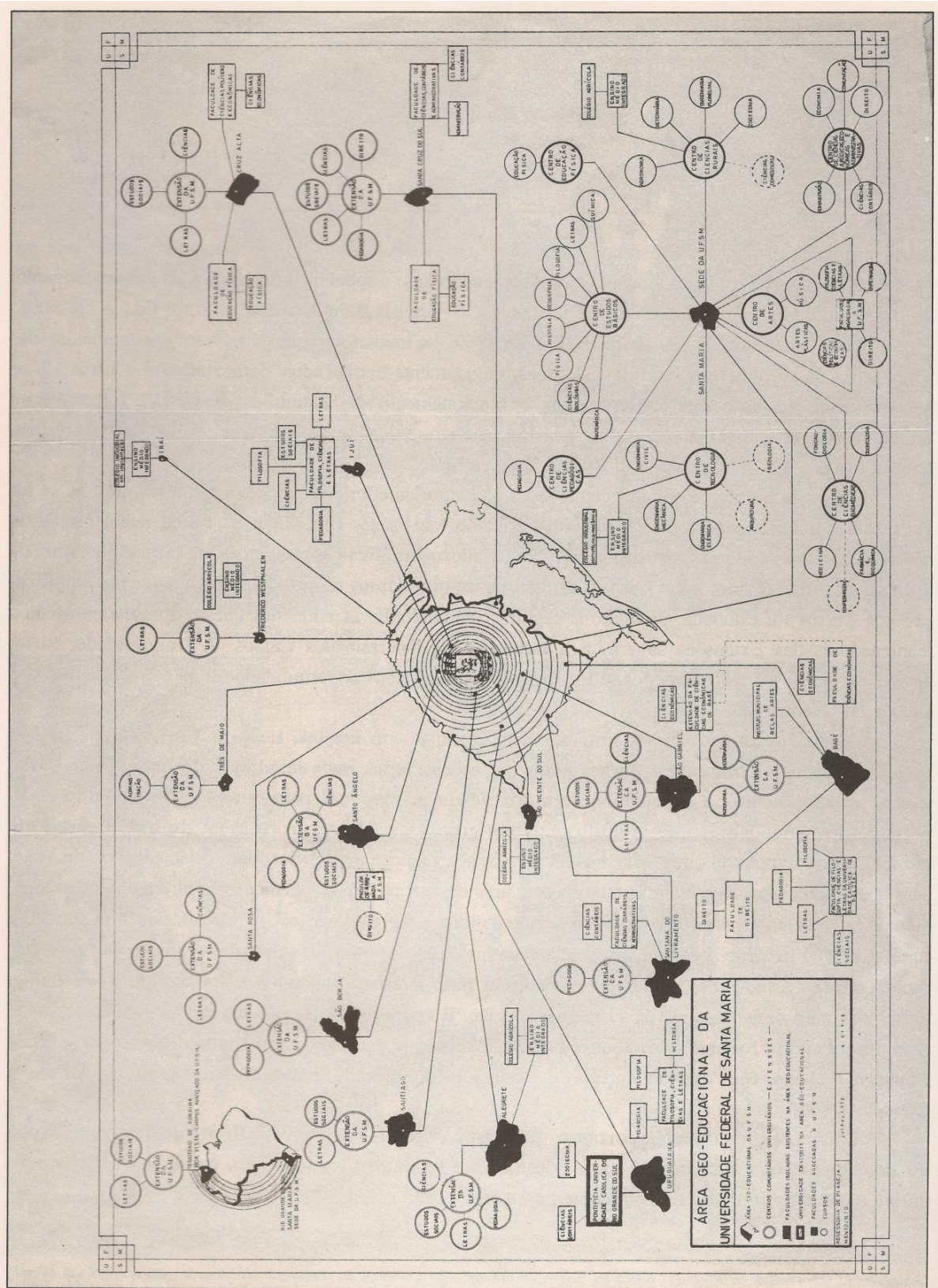
Tendo suas bases na sua área geo-educacional, centrada principalmente nos colégios, a UFSM passa a prestar assistência às comunidades no que se refere a: “Plano de desenvolvimento global, assessoria técnica didático-pedagógica, orientação agrícola, mapeamento dos solos, saneamento básico, eletrificação rural, desenvolvimento integrado, racionalização de serviços, assistência [a saúde], urbanização, desenvolvimento urbano” (Mariano da Rocha Filho, 2003, p.57), entre outros, todos de interesse dos municípios.

11 Hoje denominado Politécnico, em função da variedade de Cursos Técnicos que oferece.

A seleção dos cursos que iriam funcionar nos *Campi*, foram estudados e pesquisados por especialistas da UFSM, que sugeriu o curso ideal para atender às necessidades mais imediatas de cada área, levando em conta, a capacidade de absorção do profissional pelo mercado de trabalho local.

Assim, as extensões de nível superior, foram instaladas nas seguintes cidades e os cursos oferecidos foram os seguintes: Santa Cruz (Direito e Ciências Contábeis), Bagé (Estudos Básicos Rurais), Santana do Livramento (Pedagogia), São Gabriel (Pedagogia), São Borja (Pedagogia e Letras), Santiago (Pedagogia e Letras), Santo Ângelo (Letras e Pedagogia), Santa Rosa (Letras e Pedagogia), Três de Maio (Administração), Frederico Westphalen (Letras), Cruz Alta (Letras) e Alegrete (Ciências, Letras e Pedagogia) além de manter convênio com as Faculdades ali existentes e agregadas às UFSM (Faculdade de Ciências Econômicas e de Direito). A distribuição dos *Campi*, que podem ser visualizados no mapa da (FIGURA 5), foram escolhidos pensando que estes poderiam polarizar o maior número de municípios circunvizinhos.

FIGURA 5 – Mapa localizando os Campi na Área Geo-Educacional da UFSM em 1973.



Mapa publicado no livro Universidade para o Desenvolvimento - Áreas - Distritos Geo-educacionais, de autoria do Reitor Mariano, em 1973.

Fonte: MARIANO DA ROCHA FILHO, José. A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993. p. 68.

As oficializações desses Campi se deram no dia 29 de dezembro de 1969, momento em que seus Coordenadores compareceram na UFSM e firmaram os necessários documentos que possibilitariam o funcionamento das extensões da UFSM. Pensando na qualidade do ensino nessas sedes, ficou acertado que à Universidade caberia a orientação didático-pedagógica e os municípios arcariam com as responsabilidades de ordem material-financeira, não onerando custos a UFSM.

FIGURA 6 – Assinatura do Convênio com as Extensões Universitárias da UFSM



Os cursos de Graduação das Extensões da UFSM eram promovidos através de parcerias entre a UFSM e instituições locais. Na foto, o então reitor José Mariano da Rocha Filho assina convênios, em dezembro de 1969. **Fonte:** Acervo fotográfico do Museu Educativo Gama D’Eça da UFSM.

Segundo Paulo Benites, no local onde foram instalados os Campi, deveria haver: “escolas de segundo grau, ter candidatos, ter profissionais das áreas capazes, ter professores de segundo grau que tivessem sido formados na Universidade”. E para se manter, “a extensão tinha que ter uma entidade mantenedora, alguém que financiasse, pois, eles teriam que pagar professores, todas as despesas de custeio e de investimento que precisa para uma escola de nível superior”. Desta forma, “essa entidade fazia um convênio com a Universidade, que se comprometia a dar assistência técnica e pedagógica e administrativa” (Entrevista concedida no dia 28 de março de 2011).

Para este fim, fora criada

na Universalidade Federal de Santa Maria, a Coordenação Geral das Extensões, unidade encarregada da fiscalização permanente das atividades dos Cursos existentes nos diversos municípios. Além disso, em cada sede de Extensão, solicitou-se à entidade mantedora (Prefeitura ou Fundação Educacional) que indicasse nomes para se encarregarem da Coordenação local do funcionamento dos Cursos. [...] Montada a infra-estrutura na UFSM e no local das Extensões, as comunicações passam a ser permanentes através de visitas periódicas e reuniões mensais. (Mariano da Rocha Filho, 2003, p.69)

Na Coordenação Geral das Extensões, o professor Paulo Benites, relata que cabia a ele verificar as necessidades dos Campi, e ir buscar nos órgãos da universidade, as cabíveis soluções. “Eu organizava cursos, reuniões, seminários com o pessoal daqui com o pessoal das extensões para qualificá-los. Eles viam aqui e aprendiam tudo que precisavam e aplicavam lá” (Entrevista concedida no dia 28 de março de 2011), conforme (Imagem 7). O Professor Paulo Benites, relata ainda que

as extensões foram uma decorrência da filosofia da própria Universidade Federal de Santa Maria [...]. E aí nesse particular tem que lembrar a pessoa do Reitor José Mariano da Rocha Filho que foi o incentivador disso. Pois, assim como a Universidade teve esse privilégio de se colocar em Santa Maria, no interior, não vai querer se arrogar só a esse direito, a universidade tinha essa filosofia de expandir também o ensino superior. Por duas razões, pelas necessidades das demais áreas do Estado do Rio Grande do Sul, como também ao mesmo tempo, evitar que uma demanda muito grande por vagas na universidade viesse conturbar o próprio trabalho da universidade. (Entrevista concedida no dia 28 de março de 2011)

No ano de 1976, já era possível analisar os resultados do trabalho desenvolvido pela UFSM, através da Coordenação Geral das Extensões, juntamente com as instituições que se firmou convênio. Pontificavam como centros autônomos de formação de profissionais de nível superior, devidamente reconhecidos pelo Egrégio Conselho Federal de Educação, os seguintes estabelecimentos:

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegrete; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cruz Alta; Instituto de Ensino Superior do Alto Uruguai (Frederico Westphalen); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul; Faculdade de Direito de Santa Cruz do Sul; Faculdade de Educação de Santana do Livramento; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (Santa Rosa); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santiago; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo Ângelo; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Borja. (BENITES, 1976, p.3)

FIGURA 7 – Reunião na Coordenação Geral das Extensões



O Paulo Danton Ferreira Benites, ao centro, preside uma reunião na Coordenação Geral das Extensões, com os professores das Extensões Universitárias da UFSM.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Educativo Gama D’Eça da UFSM.

Em 1969, conforme Barichello iniciou o funcionamento da Faculdade Interamericana de Educação, “mantida por um Convênio com a Organização dos Estados Americanos – OEA, firmado em Maracay, Venezuela, durante a V Conferência do Conselho Internacional de Cultura realizado em 1968” (2000, p.180). Garantindo a formação da primeira turma de mestre no ano 1970, provenientes dos seguintes países: “Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e República Dominicana” (op. cit.). E

em 1971, liderando movimentos educacionais não só no Brasil como na América Latina, através da presidência do GULERPE (Grupo Universitário Latino-americano para a Reforma e Aperfeiçoamento do Ensino), a UFSM recebeu os reitores latino-americanos para um encontro realizado em Santa Maria, evidenciando que seu modelo de atuação havia ultrapassado as fronteiras do Brasil. (BARICHELLO, 2000, p.181)

Desta forma o professor Mariano da Rocha Filho, salienta que uma das preocupações constantes da UFSM, sempre foi que ela não cuidasse só da parte de pesquisa ou do ensino puro, mas também da extensão. E foi nesse sentido que desde sua criação a UFSM procurou voltar-se para sua área geo-educacional, buscando proporcionar a essas comunidades meios

para se desenvolverem. Além de proporcionar aos seus acadêmicos, formas de colocarem em prática seus conhecimentos e suas experiências.

Mas não satisfeitos com todos os feitos que vinham fazendo em sua área de domínio, e conhecendo o Projeto Rondon que vinha sendo desenvolvido pelo Governo Federal, em todo Brasil, o professor Mariano da Rocha que tivera conhecimento do Projeto através de seu amigo o Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues, propôs a criação de extensões que ultrapassassem as fronteiras dos Estados de origem das Universidades. Esses *Campi* passaram a ser denominar-se de *Campi* Avançados.

A implantação das extensões da UFSM no Rio Grande do Sul foi tão positiva que a UFSM passa a receber solicitações de municípios de outras áreas Geo-educacionais e ainda de outros Estados brasileiros. Foi, portanto, o pioneirismo da UFSM que levou ao Convite pelo Coronel Mauro Rodrigues, a instalação do *Campus* Avançado de Boa Vista no Território Federal de Roraima, em 1968.

Assim, a UFSM e o Projeto Rondon, com o apoio do Ministério do Interior instalaram no Território Federal de Roraima, o *Campus* Avançado de Boa Vista. Que segundo o professor Mariano da Rocha correspondeu, “de maneira extraordinária, ao objetivo principal, ou seja, àquele de dar aos nossos universitários a consciência do tamanho continental do Brasil e da necessidade do esforço de todos os brasileiros no sentido de, efetivamente, integrarmos à Nação a região amazônica” (2003, p.59).

Para melhor compreensão da forma como a UFSM chegou ao Estado de Roraima, será abordada, no próximo Capítulo, a forma de envolvimento da UFSM com o Projeto Rondon, bem como a descrição histórica desse Projeto que levou universitários das mais diversas universidades do Brasil a trocarem experiências e práticas profissionais no mais diversos Estados brasileiros.

CAPÍTULO 2 – PROJETO RONDON, UMA AÇÃO IMPORTANTE NA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.

No ano de 2010, ano em que a UFSM completou 50 anos de sua existência, também comemorou 42 de sua participação no Projeto Rondon. Projeto este que trouxe a instituição uma rica experiência extensionista, tendo proporcionado a UFSM a implantação de um Campus Avançado a mais de 5 mil quilômetros de distância de sua sede principal. Possibilitando também, uma integração cultural, educacional e profissional dos seus acadêmicos e professores às mais diversas regiões e Estados da Federação brasileira.

A UFSM apesar de não ter sido a pioneira nas Operações Nacionais do Projeto Rondon, foi a pioneira na implantação do Campus Avançado, e ainda, uma das únicas Universidades do país, a participar de quase todas as Operações do Projeto Rondon, sendo hoje considerada referência entre os Coordenadores do Projeto. Isto se deve ao exemplar trabalho desenvolvido pela Universidade, e ainda pelo seu histórico no Projeto Rondon, ao longo de seus 42 anos.

O Projeto Rondon que teve sua primeira fase entre 1968 à 1989, é hoje um projeto de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa e conta com a colaboração da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC (Ministério da Defesa, 2008). Tendo sido restituído no ano de 2005, o Rondon busca através da participação voluntária de universitários aproximá-los das realidades do País, proporcionando também, através das atividades desenvolvidas pelos estudantes e pelas universidades, contribuir para o desenvolvimento de comunidades carentes.

Segundo o Coronel Mauro Costa Rodrigues, é fundamental reconstituir a história do Projeto Rondon, pois,

não se poderia permitir que a imagem de um movimento de sentido tão altruístico e patriótico, que durante 22 anos teve aceitação irrestrita no meio dos universitários e da própria sociedade brasileira, continuasse a ser distorcida, sendo passada para as gerações futuras com a imagem de ter sido apenas um movimento criado pelos governos militares para anestesiar a juventude universitária; ou então, como uma forma fascista de mobilização dos jovens, ou ainda, como um instrumento da propaganda oficial do autoritarismo, tratando-o sempre de forma depreciativa, superficial e irresponsável, como sendo simplesmente mais um resquício dos tempos da ditadura. (In PIOVESAN, 2008, p.15)

Neste sentido, para resgatar essa versão da história do Projeto Rondon, como um movimento de mobilização social, que ao longo de 22 anos mobilizou cerca de 350 mil universitários e 13 mil professores, a participar como voluntários em prol do desenvolvimento social, econômico e cultural do Brasil, será escrito esse capítulo. Prestando-se ainda ao relato da participação da UFSM no Projeto Rondon, bem como a importância que essa ação extensionista trouxe para a Instituição (PIOVESAN, 2008).

2.1. O Projeto Rondon

O Projeto Rondon teve início em 1966, com uma “provocação” feita pelo General João Bina Machado, então Comandante da ECEME (Escola e Comando e Estado-Maior do Exército), aos alunos do curso de Sociologia. Pedindo-lhes que fizessem um trabalho com o tema “O Militar e a Sociedade Brasileira”, do qual seria analisado por professores civis de algumas universidades. Dentre estes professores estava o Professor Wilson Choeri, chefe do Departamento de Cultural da Universidade do Estado da Guanabara (MOTTA, 2006). Segundo o Coronel Pasquali, ao analisarem os trabalhos os professores fizeram o seguinte comentário que servia de propulsor para dar início à criação do Projeto Rondon:

Vocês são brasileiros, perderam o regionalismo, nascem em um estado, casam com uma mulher de outro Estado, de ‘outro Brasil’, geram e criam filhos em outras unidades da Federação; vocês têm uma mentalidade muito mais globalizada do que as nossas elites civis que, normalmente, trazem a identidade da região onde nascem, onde moram e exercem as suas profissões. Os militares, pela peculiaridade da profissão, circulam o Brasil inteiro e sem querer, sem perceber, tornam-se brasileiros. [...] Precisamos fazer com que os jovens, as elites civis que saem da universidade, tenham essa visão global do Brasil que vocês militares, têm. (Apud. MOTTA, 2006, p.157).

Diante disso, o professor Wilson Choeri, então Diretor da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), propôs em 1967 a realização de um estágio junto ao 5º Batalhão de Engenharia de Construção, pelos acadêmicos, da Universidade que dirigia, que mais tarde viria a ser conhecida como Operação Zero do Projeto Rondon. Segundo o que relatou o Professor no livro “História Oral do Exército”, ele mantinha junto à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), um bom relacionamento, já tendo realizado trabalhos em parceria, como Seminários, mesas de debates etc. (MOTTA, 2006).

Segundo o Professor Choeri, sempre manteve com os militares um diálogo aberto e sincero sobre o que estava acontecendo no país, em nível cultural e também político, onde colocava sua opinião a respeito do espaço e das restrições impostas aos acadêmicos pelo Regime Militar. Segundo ele, o Coronel Pasquali e o General Bina Machado, sempre lhe deram este espaço, assim como aos demais professores que debatiam os problemas nacionais.

Diante disso, o professor Choeri, realizou dentro da ECEME, por 30 dias, o Seminário de Educação e Segurança Nacional, e segundo ele “já estávamos vislumbrando algo, e eu conversei com o General Bina que, caso recebesse o apoio do Exército, para transporte e abrigo, poderia levar estudantes para tomar um ‘banho de Brasil’, para sentir, cheirar e degustar a realidade brasileira” (Apud. MOTTA, 2006, p.35).

Assim, o Coronel Pasquali, intermediara pelo Professor Choeri, junto ao Gabinete do Ministério da Guerra, ao Ministério do Interior e ao 5º Batalhão de Engenharia de Construção, para que os acadêmicos da Universidade da Guanabara pudessem realizar o estágio junto a essas unidades do Exército, possibilitando a esses alunos, conhecerem as realidades do Brasil, das quais ficavam distantes das salas de aula. Isso, também vinha ao encontro das preocupações do Exército, liderança política da época, que segundo o Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues, estava preocupado em criar atividades que envolvessem os jovens (PIOVESAN, 2008), que segundo a Equipe do Projeto Rondon (1972) estavam envolvidos em grandes campanhas libertárias, que realizavam manifestações públicas, protestos, conflitos e movimentos de massa, expressados de forma violenta, principalmente no período das férias.

Deste modo, viram na oportunidade, um meio de inverter a situação de desconforto com os jovens, “transformando o problema em um potencial a ser desenvolvido” (RONDON, 1972, p.7). Diante disso, o General Bina, permitiu ao Professor Choeri que fosse juntamente com alunos da ECEME a Porto Velho e depois prosseguiria para Casalvasco e Corixa – Departamento de Fronteira do Exército no Mato Grosso – e Campo Grande, Capital do então Estado de Mato Grosso, depois Mato Grosso do Sul, quando teria oportunidade de ver tudo que estava se desenvolvendo naquelas regiões, a fim de estruturar uma ação da Universidade naquela área (MOTTA, 2006).

Segundo o Ten. Cel. Mauro Rodrigues

O pedido e a autorização para que fosse realizado o estágio proposto pelo Professor Choeri, na área de atuação do 5º BEC, em Rondônia com o apoio do Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior e com o envolvimento direto do Coronel Pasquali, foi encaminhado para o Ministro da Guerra, na época, o General Adhemar de Queiroz. (Apud. MOTTA, 2006, p.56)

Diante disso o Ministro da Guerra aprovou a solicitação e a encaminhou ao General Augusto Frago, Chefe do Departamento de Provisão e Obras, tendo este declarado no dia 20 de dezembro de 1966, pelo ofício nº 156 D/5 textualmente assim:

Trata o expediente em referência de solicitação de V.Sa. Relativa a estágio de universitários em Batalhões de Engenharia de Construção durante o período de férias escolares. Cabe-nos comunicar a V.Sa. que, levado o assunto a S.Exa., o Ministério da Guerra, foi devidamente autorizado o estágio pretendido, devendo as providências necessárias à sua concretização serem fixadas oportunamente entre a UEG e este Departamento. Neste sentido acaba esta chefia de atribuir à Diretoria Geral de Engenharia e Construção, a que estão subordinadas as organizações a serem visitadas, o encargo dos entendimentos indispensáveis à efetivação da iniciativa. (In. MOTTA, 2006, p.57)

Na ocasião o professor Choeri, relata que sentiu o quanto podia ser feito pelo Brasil. Mas para isso era necessário que os acadêmicos tivessem a oportunidade de conhecer as realidades do país e projetarem ações para elas. Aquela, segundo o professor, era uma intenção ousada, pois, “já se vislumbravam os atritos e o começo de contestações que descambaram nas guerrilhas urbanas e expropriações. Precisava ter coragem para levar estudantes a uma área militar!” (Apud. MOTTA, 2006, p.36).

Mas, aceitando o desafio o professor Choeri, selecionou os acadêmicos que fariam parte da Primeira Equipe, entre eles estavam alunos da UEG, da PUC (Pontifícia Universidade Católica) e da Universidade Federal Fluminense. O professor relata que entre os acadêmicos estavam dois rapazes da PUC que eram partidários da esquerda e tinham antecedentes no DOPS, segundo ele isso é para demonstrar que por parte dos militares não havia preconceito ou ainda que estes não pretendiam fazer “lavagem cerebral” nos estudantes. (In. MOTTA, 2006, p. 37).

Segundo Ivan de Mendonça Bastos, o objetivo era “levar a juventude universitária a conhecer a realidade deste país continental, multicultural e multirracial e, especialmente, de proporcionar aos estudantes universitários a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social do Brasil” (In. MOTTA, 2006, p.8).

Devido à dificuldade de conseguir transporte para a Equipe, foi recomendado ao professor Choeri procurar o Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues, que servia no Gabinete do Ministro da Guerra. Eles recorreram ao General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, então Ministro do Interior e impulsor da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e do Porto Livre de Manaus. Este cedeu um C-47 do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca), possibilitando a viagem da Equipe (MOTTA, 2006, p.8).

Assim, o Gabinete do Ministério da Guerra, acompanhou e apoiou a preparação, a execução e as reuniões de avaliação realizadas pelos alunos que realizaram o estágio, chamado depois de PR-0 (Projeto Rondon – 0), ou Operação Piloto. Esta ocorreu em 11 de junho de 1967, na cidade de Porto Velho, em Rondônia, tendo como objetivo proporcionar aos estudantes universitários o contato com o interior da Amazônia, para que estes pudessem “sentir o Brasil e trabalhar em benefício das comunidades carentes daquela região” (BARRETO, 2007, p.26). A Operação PR-0, segundo a Equipe do Projeto Rondon, teve grande êxito.

Os participantes da Operação Piloto voltaram entusiasmados, transbordantes de idealismo. Traziam um novo lema – “Integrar Para Não Entregar”. [...] A repercussão junto à opinião pública foi extraordinária. Entrevistas, artigos em jornais e revistas, comentários no rádio e televisão visitas dos pioneiros a escolas e clubes comunitários para contar suas experiências. (RONDON, 1972, p.15).

Segundo o professor Choeri, durante a Operação, um jovem oficial em missão pelo 5º BEC, ao realizar uma palestra aos acadêmicos, afirmou: “nós precisamos integrar essa área, para não ter que entregá-la um dia a cobiça estrangeira, é preciso integrá-la ao contexto nacional e não deixá-la entregue ao pauperismo e à miséria” (Apud. MOTTA, 2006, p.39). Diante da fala do oficial, o Professor Choeri, formulou o lema que seria adotado pelo Projeto Rondon, que é: “integrar para não entregar”. Pois, segundo o professor, esse lema possuía um importante cunho nacionalista.

Durante a Operação Zero, a Equipe coordenada pelo professor Choeri e o próprio professor preocuparam-se também em como chamar aquela Operação. Já que segundo o professor Choeri, ficara muito preocupado por deixar sem nome o Projeto.

Não gostaria de ver um político assenhorear-se dele e não gostaria de ver deturpada a nossa imagem. Fizemos, então, o seguinte: Projeto Rondon, mas por quê? Com esse nome, estaríamos, ao mesmo tempo, homenageando o Bandeirante do século XX, o homem que varou os sertões, criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), hoje FUNAI, homem que conhecia o Brasil; de Vilhena (cidade do Estado de Rondônia), percorreu o interior do País. Incansável desbravador, homenageado com a mudança do nome do Território do Guaporé para Território de Rondônia, o que era importante para nós. Assim, demos ao Projeto o nome de Rondon. Com isso, não teria o nome de nenhum Presidente, não teria o nome de nenhum político. Era um homem isento. (CHOERI Apud. MOTTA, 2006, p.38)

Portanto, foi inspirado na vida e nas obras do Marechal Rondon¹², por todos os seus feitos na Amazônia, que a Equipe Zero, nomeou o projeto que estava sendo criado e que tinha por objetivos levar os acadêmicos a conhecerem as mais variadas regiões do Brasil, principalmente na Amazônia, levando seus conhecimentos em prol de uma ação humanista e de integração. Segundo Piovesan (2008) a grande inspiração dos acadêmicos para participarem do Projeto Rondon era o seu caráter humanitário, assistencialista e um tanto lúdico. Pouco a pouco os universitários que participavam iam

se dando conta de que mais importante do que ele deixou nas áreas de atuação foi o que trouxe após o estágio. A vivência efetiva de uma realidade que até então só conhecia de longe, de ouvir falar, ou deformadas pelos estereótipos apresentados nas apresentações políticas visando interesses eleitorais ou doutrinação de ordem ideológica – as desigualdades, o abandono, a fome, o analfabetismo e tudo o mais do que padeciam aquelas populações interioranas provocava no seu íntimo um sentimento de dor, de angústia e de profunda responsabilidade. Responsabilidade e angústia que o desafiava a agir, comprometer-se, envolver-se de alguma forma em ações efetivas para a minimização desses problemas. (PIOVESAN, 2008, p.20)

Entretanto, segundo o Ten. Cel. Mauro, os termos do despacho dado pelo Ministro da Guerra, o General Adhemar de Queiroz, mostravam que a solicitação fora feita apenas para um estágio, não estando ainda clara a idéia de continuidade do Projeto (MOTTA, 2006). Isso se modificou em função da repercussão que teve a primeira Operação. Que de acordo com Piovesan, “a repercussão desse primeiro estágio gerou um apoio a bem dizer unânime de toda a sociedade brasileira ao movimento, pelo sentido patriótico e nacionalista de que se revestia.” E segundo ele, essa aceitação abriu às universidades muitas portas, pois, “o apoio vinha de todos os lados e sob as mais variadas formas, tanto por parte da iniciativa privada como dos poderes públicos”. E nesse contexto, as Forças Armadas, “passariam a ser o grande suporte, para as operações que se seguiriam [...]” (2008, p.26).

Na imprensa, a repercussão da Operação Piloto foi expressa em diversas matérias por todo o Brasil, como pode ser constatado no editorial publicado pelo jornal “O Globo”, em sua edição do dia 9 de agosto de 1967, intitulado “O Sabor da Grandeza”, como pode ser visto na (FIGURA 8).

¹² Conforme o que declara Ivan de Mendonça Bastos, chefe do Departamento de ensino e pesquisa, Cândido Mariano da Silva Rondon – Marechal Rondon, “foi o primeiro humanista e o primeiro ambientalista brasileiro a nos dar um verdadeiro exemplo de brasilidade. [...] Reunia em sua personalidade altos méritos militares e não menores méritos cívicos, estando naturalmente com o seu destino atrelado às grandes causas da Nação. Já como tenente, participou ativamente da Proclamação da República e, por mais de 30 anos, desenvolveu um trabalho consistente considerado ciclópico, como geógrafo dinâmico, redentor do Índio, bandeirante do século XX, apóstolo da paz, um dos filhos diletos do Brasil, cujos sertões, por ele desbravados, sevem hoje de pedestal à glória imperecível”. (MOTTA, Aricildes de Moraes. História Oral do Projeto Rondon. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006. Tomo 1. p.7).

FIGURA 8 – O Sabor da Grandeza

ANO XLIII — Rio de Janeiro, 4.^a-feira, 9 de agosto de 1967 — N.º 12 655

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe ROBERTO MARINHO | Diretor-Tesoureiro HERBERT MOSES
 Diretor-Secretário RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto ROGERIO MARINHO

O Sabor da Grandeza

NARROU "O GLOBO" ontem, em página inteira, a história do encontro informal de trinta jovens universitários brasileiros com a grandeza humana.

DESEJARIAMOS QUE os descrentes no Brasil e nas reservas de sua juventude tomassem conhecimento do gesto antiespetacular dos moços cariocas executores do "Projeto Rondon".

SÃO TODOS ÊLES estudantes cursando Medicina, Engenharia, Geologia e Geografia. Durante as férias de julho embrenharam-se nas selvas de Rondônia e salvaram vidas, projetaram estradas, pesquisaram o subsolo, realizaram estudos ecológicos.

TOMARAM CONHECIMENTO da abnegação do 5.º Batalhão de Engenharia de Construção — que rasga no momento 503 quilômetros de rodovia em plena selva selvaggia, exercendo, cumulativamente, uma inteligente e firme atuação no campo social, protegendo humildes seringueiros da cupidiz de exploradores e dando às populações desprotegidas toda sorte de apoio disponível.

VIVERAM OS JOVENS o chocante contraste. Sairam do século XX para, depois de poucas horas de voo, mergulharem no Génesis. E o "franco" marcará suas vidas. Alguns só pensam em concluir o curso para voltar. Gostaram de servir. Perceberam que, naquelas selvas, podem dar um sentido novo a suas vidas.

UM DELES CONTRAIU malária, mas já quer voltar. Um outro deparou-se, de repente, com uma menina de um ano e oito meses com as vísceras expostas. Fora acidentada. Agonizava. Numa operação de emergência realizada quase que a canivete, restituiu à vida a pequena Cláudia, habitante de Vila Rondônia.

HÁ TAMBÉM A ASSINALAR as experiências de futuros engenheiros que projetaram uma represa a ser construída em fins deste mês. Estudantes de Geologia fizeram interessantes observações sobre métodos de exploração do minério de estanho da região.

ÊSSES JOVENS, QUE tiveram "desempenhos excepcionais" segundo o professor que idealizou o "Projeto Rondon", vieram mais uma vez comprovar que a mola impulsional por excelência do desenvolvimento sócio-econômico é o homem. Três dezenas de técnicos puderam, em um mês, realizar alguma coisa de muito importante.

IGUALMENTE DEMONSTRARAM que a juventude brasileira carece, apenas, de correta motivação para realizar grandes e nobres tarefas.

O PODER PÚBLICO, geralmente mediocre na percepção dos problemas e anseios dos jovens (que não os sabem formular), poderia debruçar-se sobre essa experiência e dela extrair todas as conseqüências. A juventude é o nosso maior capital para a formação de um espírito comunitário fomentador de eficácia operativa. Há que bem utilizar essa usina para modernizar o País.

PUBLICAMOS ANTEONTEM lúcidas declarações de um líder estudantil — presidente do diretório da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — em que são feitas críticas justíssimas ao ensino superior do Brasil. Se o Governo ouvi-las e agir em conseqüência, terá realizado uma revolução dentro da Revolução: a reforma de que a universidade nacional carece.

AGORA, ESSE "Projeto Rondon" exhibe o rico potencial de humanidade de nossos estudantes. Há ou não há motivo para júbilo? Os fanáticos terroristas que se grudam no movimento estudantil nada conseguirão, pois o estudante brasileiro é aquele que salva vidas em Rondônia e não o embevecido com a guerrilheira retórica de Havana.

DIANTE DO ÊXITO do "Projeto Rondon", propomos a implantação oficial do sistema. Com o apoio da Força Aérea, de diversos Ministérios e Universidades pode-se dar à mocidade brasileira aquilo de que ela se mostra capaz: responsabilidade. Os moços do Brasil precisam sentir, como esses trinta pioneiros, o sabor da grandeza.

As notícias que saíram nos dias seguintes ao retorno da Equipe do primeiro estágio, se equiparavam em volume e destaque aos das notícias negativas envolvendo passeatas, greves e quebra-quebras. De acordo com o Ten. Cel. Mauro, o fato de as notícias positivas se equipararem as negativas, indicava uma aceitação pelo Projeto que estava sendo criado, já que o momento político era tenso e a maior parte dos jovens se manifestavam-se contra o atual regime (In. MOTTA, 2006).

Poucos dias após a publicação do editorial de O Globo sobre “O Sabor da Grandeza”, o Ministro, General Lyra Tavares, que pensara em cancelar a viagem da primeira equipe e que havia retirado o total apoio do Exército, em um almoço no refeitório do Palácio Duque de Caxias, onde ficava o Gabinete do Ministro da Guerra, deu um paço a favor da implantação permanente do Projeto Rondon. Convidara para sua mesa o Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues, e a ele determinou que preparasse um projeto semelhante para ser executado nas próximas férias de janeiro/ fevereiro, agora com total apoio do Exército. E segundo o Ten. Cel. Mauro, o Ministro foi explícito ao dizer que queria um projeto grande. Assim o “Projeto Rondon, que até aquele momento ainda parecia órfão, ganhava seu grande apoio oficial, pois passaria a ser realizado e apoiado diretamente pelo Ministro da Guerra.” (Apud. MOTTA, 2006, p.75).

Diante das determinações do Ministro, o Ten. Cel. Mauro, como ele mesmo relata, em uma “pequena sala, da largura do corredor [...], instalei-me, com um sargento que fora designado para trabalhar comigo, e ali nascia o embrião da futura Coordenação do Projeto Rondon” (Apud. MOTTA, 2006, p.76). No entanto, devido a alguns contratemplos em função da imensidão do projeto elaborado pelo Ten. Cel. e seu “estado-menor”, nome atribuído por ele ao grupo de estudantes que lhe ajudou na criação do Projeto, a Coordenação do Projeto Rondon passou do Ministério da Guerra, para o Ministério do Interior. Devidas as necessidades de espaço e de acesso aos estudantes, a Coordenação do Projeto Rondon passou a ser sediada em uma sala e após em um andar junto à representação da SUDAM, no Rio de Janeiro, na Avenida Franklin Roosevelt nº 39, 8º andar. Neste local portando foi instalada a primeira sede oficial da Coordenação Geral do Projeto Rondon. (MOTTA, 2006, p.85)

Em outubro de 1967, o Ministro Albuquerque Lima, encaminhou as providências para a oficialização do Grupo de Trabalho que deveria coordenar as operações, assim o seu Chefe de Gabinete

redigiu uma Portaria Ministerial criando, em caráter emergencial, um Grupo de Trabalho vinculado diretamente ao seu Gabinete, integrado por um representante de cada uma das três Forças (Exército, Marinha e Aeronáutica), três professores

universitários pertencentes aos quadros da UEG, da UFF e da PUC/RJ e por um grupo de universitários, alunos dessas mesmas universidades, sem número definido. (MOTTA, 2006, p.87)

Esse grupo de trabalho deveria atuar em regime de urgência, devendo assumir a responsabilidade pela próxima Operação a ser realizada em janeiro/fevereiro de 1968, operação que passaria a ser denominado Projeto Rondon/1 ou, simplesmente, PR/1 (PIOVESAN, 2008). Nessa equipe deveria conter apenas estudantes homens, mas devidas as pressões por parte de universitárias, o Ten. Cel. Mauro abriu a exceção de levar em cada equipe uma mulher para cada três homens. Isso se devia a incertezas relacionadas à segurança e às instalações.

O número de universitário a principio tinha ficado estabelecido em 500, sendo estes possuidores das mais variadas vertentes ideológicas, como coloca o Ten. Cel. Mauro (In. MOTTA, 2006), e segundo ele, muitos desses universitários tiveram seus nomes cortados, por terem participado de algum tipo de manifestações contra o Governo, mas com a intervenção dele, que acreditava que era necessário dar uma oportunidade para esses jovens de conhecerem as realidades do Brasil e manifestarem de outra forma suas reivindicações e seus protestos, conseguiu com que esses estudantes fossem aceito e liberados para participarem da Operação Rondon / 1. Tendo estes, no entanto que aceitar e cumprir as regras estabelecidas antes da viagem, bem como manter uma conduta ética perante as comunidades a que fossem designados.

Após já terem as equipes formadas e o número de estudantes definidos, o Ministro Albuquerque Lima, determinou que abrissem mais 100 vagas na Amazônia para universitários gaúchos, de Porto Alegre, dos quais ele havia se comprometido. Diante disso, foram conseguidas apenas 70 vagas, e o Ten. Cel. Décio Barbosa Machado, passou a ser o Coordenador do Projeto no Rio Grande do Sul. O Ten. Cel. Mauro relata que

com essa abertura, tivemos, também, que ceder a outras pressões, o que nos forçou a combinar com o Ministro Albuquerque Lima a abertura de uma frente de atuação no Nordeste, ainda no PR/1, a qual seria totalmente executada junto aos órgãos e programas do Ministério do Interior na região [...]. O Grupo de trabalho apenas faria a preparação das equipes e o planejamento e providências para o transporte aéreo. [...] As unidades do exército sediadas no Nordeste apoiariam essas equipes com hospedagens, alimentação e o transporte para os deslocamentos rodoviários [...]. (Apud. MOTTA, 2006, p.100)

Dessa forma, o efetivo movimentado para o PR/1 foi em torno de 648 universitários, dos quais 150 foram enviados para o Nordeste e os demais para a Amazônia. A repercussão do PR/1 se deu em nível nacional, sendo publicadas reportagens em “jornais de todo o País, com

editoriais, artigos e entrevistas. [...] É fácil imaginar a repercussão do entusiasmo de seus 648 participantes, [...], nas respectivas universidades e nas escolas onde foram convidados a fazer palestras. A Amazônia virou notícia” (MOTTA, 2006, p.104). Essa repercussão, segundo PIOVESAN, veio ao encontro da única doutrinação feita diretamente aos estudantes, por parte do Ministro Albuquerque Lima: “Darei todo o meu apoio necessário, mas façam com que todo o Brasil e todos os brasileiros falem na Amazônia, pensem na Amazônia, se preocupem com a Amazônia e clamem pela nossa total soberania sobre essa região” (Apud. PIOVESAN, 2008, p.27).

Apesar da ótima repercussão que a Operação PR/1 teve em todo o Brasil, os movimentos de esquerda, preocupados com a grande adesão de universitários e pelo entusiasmo geral dos estudantes, começaram a se mobilizar contra o Projeto, tentando desmoralizá-lo, utilizando a alegação de que o Projeto era financiado pelos Estados Unidos. No entanto, esse movimento não trouxe maiores conseqüências ao Projeto Rondon, pois de março a junho de 1968 o GT/PR se expandiu, agregando ainda mais voluntários e ocupando um espaço maior, que permitiria maior organização (PIOVESAN, 2008).

Assim, se valendo do sucesso das Operações, em 28 de junho de 1968, o Projeto Rondon, através do Decreto nº 62927, foi institucionalizado em caráter permanente, “passando a contar com um Conselho Consultivo integrado por representantes de todos os Ministérios, por representantes da Sociedade Civil (Confederações da Indústria, do Comércio e da Agricultura) e dos próprios universitários” (MOTTA, 2006, p.108). No entanto o Projeto continuava sem ter direitos a orçamentos oriundos do Governo, continuando diretamente ligado ao Gabinete do Interior.

O Ministério do Interior havia, na Portaria 393, de 14 de dezembro de 1967, criado o Grupo de Trabalho e estabelecido as atribuições a seu cargo, oficializando o Projeto Rondon. E em 1968, o Presidente da República, instituiu em caráter permanente, com um decreto, o Grupo de Trabalho responsável pelo Projeto, de acordo com o Art. 1 do Decreto nº 62.927:

Art. 1º Fica instituído em caráter permanente, um Grupo de Trabalho, denominado "Projeto Rondon" com sede na cidade do Rio de Janeiro, diretamente subordinado ao Ministério do Interior, com a finalidade de promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional. (In. MOTTA, 2006, p.108)

O primeiro coordenador GT-PR (Grupo de Trabalho Projeto Rondon) ficou sendo o Tenente Coronel Mauro Rodrigues. E segundo ele, devida a preocupação de deixar alguma coisa marcada nas comunidades por onde o Projeto passava, e não apenas realizar

atendimentos assistencialistas, que causavam frustrações nas comunidades quando as Equipes partiam, e em função da falta de recursos financeiros para realizar duas Operações de tamanha natureza como fora a PR/1, em menos de um ano, pensou-se em realizar as atividades nos próprios Estados ou regiões onde se situavam as Instituições de Ensino Superior/IES (In. MOTTA, 2006). Sendo estas chamadas de Operações Regionais.

Com o objetivo de realizar um trabalho que levasse às comunidades muito mais do que as Equipes podiam dispor no tempo em que permaneciam nas localidades, a Coordenação do Projeto Rondon, se preparou e orientou seus estagiários para que implantassem “Centros Comunitários”, “Clubes de jovens”, “Bibliotecas”, e ainda “organizar pequenos ‘Ambulatórios’ e ‘Casa de Parto’, melhorar as condições de habitação, os pontos de captação de água potável e os de escoamento dos dejetos e águas servidas” (MOTTA, 2006, p. 111). Dessa forma seria implantada uma mudança, pois as comunidades seriam conscientizadas sobre a possibilidade de fazer alguma coisa para melhorar suas vidas, mesmo sem apoio governamental. Desejava-se, portanto, despertar nos moradores das comunidades, o interesse pelo desenvolvimento de seu próprio meio.

Portanto, partindo desse princípio de reduzir os trabalhos assistencialistas e investir em ações de maior duração para as comunidades, a Operação PR/3 tornou-se um marco referencial dessa mudança, e na forma de atendimento e organização das Operações do Projeto Rondon.

Segundo o Ten. Cel. Mauro (In. MOTTA, 2006), houve episódios políticos que abalaram a preparação para a Operação PR/3, e que podiam ter levado a extinção do Projeto Rondon. O Tenente-Coronel refere-se à promulgação do Ato Institucional nº5, em 13 de dezembro de 1968, um mês antes da Operação que ocorreria em meados do janeiro. E após, em função de uma crise político-administrativa, que levou em 27 de janeiro de 1969, à saída do Ministro Albuquerque Lima do Ministério do Interior, e como o Projeto Rondon estava subordinado a esse Ministério, necessitaria do apoio do novo Ministro para continuar existindo. O que o Coronel Mauro temia, era que, devido aos movimentos políticos promovidos pelos universitários, que inflamavam as rebeliões contra o Governo e a repressão da época, o novo Ministro visse com maus olhos aquele Projeto que estava mobilizado centenas de universitários por todo o país.

Diante disso, o Ten. Cel. Mauro, chegara a colocar seu cargo a disposição, já que desconhecia o novo Ministro e sua forma de pensar. No entanto, atendeu aos pedidos do General Lima, que havia solicitado para ele permanecer no cargo caso o novo Ministro do Interior, o General José Costa Cavalcanti, o convidasse. E assim fez o Tenente Coronel

Mauro. Em conversa com o General Cavalcanti, expôs o Projeto Rondon, suas necessidades e objetivos. Para a surpresa do Coronel Mauro, o Ministro lhe pediu um crédito de confiança, e que reassumisse a função, assegurando-lhe que nada seria modificado e que “desejava conhecer pessoalmente o Projeto Rondon, a fim de proporcionar todo apoio que fosse necessário” (MOTTA, 2006, p.124). Segundo o Ten. Cel. Mauro, o Ministro Cavalcante,

[...] incorporou o que costumamos chamar de “espírito do Rondon”, viveu-o intensamente, conquistou a confiança de todos nós, em particular dos universitários. [...] tal como o Ministro Albuquerque Lima, era um apaixonado pela Amazônia e extremamente preocupado com os problemas do grande interior brasileiro. (Apud. MOTTA, 2006, p. 124)

Com a morte do Presidente Costa e Silva, em 30 de outubro de 1969, o Presidente Médici assume o Governo. Ele que já havia expressado em momentos anteriores seu apoio ao Projeto, agora dera “extraordinária cobertura, com demonstração efetivas de confiança” segundo o que relata o Coronel Mauro (Apud. MOTTA, 2006, p.125). Assim, o Projeto Rondon obteve todo o apoio por parte do presidente, não sofrendo qualquer tipo de restrição.

Durante os preparativos para a Operação PR/2 discutia-se a necessidade de se implantar ações concretas e de duração permanente nas Comunidades por onde as Equipes do Projeto Rondon passava. Desta forma, proporcionaria mais segurança e um atendimento continuado à comunidade atendida. Diante dessas necessidades sentidas pelo GT/PR surgiu a idéia dos *Campi Avançados*¹³, “idealizados à semelhança das extensões universitárias que, então, começaram a surgir em algumas regiões do Sul e do Centro-Sul do País”. E segundo o Ten. Cel. Mauro, serviu-lhe de inspiração, “o trabalho que realizava o Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Professor José Mariano da Rocha Filho, de quem era amigo, numa aproximação que se dera, não só pelas idéias que compartilhávamos, mas pelos laços de parentesco que uniam nossas esposas” (Apud. MOTTA, 2006, p.112).

Os *Campi* deveriam ser instalados fora dos limites das respectivas Áreas Geo-educacionais das Instituições de Ensino Superior. Dessa forma desde julho de 1968 até maio de 1969 a idéia foi sendo trabalhada, planejada e avaliada sua viabilidade. Para isso, foi criado um Plano Piloto, com a instalação inicial de três *Campi* Avançado. O primeiro na cidade de Boa Vista/Roraima (UFMS), Tefé (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Parintins (Universidade do Estado da Guanabara), no Estado do Amazonas.

¹³ “Os ‘Campi Avançados’ eram extensões das Universidades, constituindo-se como locais de estágios, instalados fora de suas respectivas áreas geo-educacionais, em pontos estrategicamente selecionados nas regiões menos desenvolvidas do País.” (PIOVESAN, Linceo. **Projeto Rondon – RS e Jeunesse Canadá Monde**: uma parceria que deu certo. Taquara: FACCAT, 2008. p.36)

Boa Vista, então Capital do Território Federal de Roraima, havia sido escolhida para ser a primeira a receber o Campus Avançado, em função da sua localização, que apresentava condições de difícil acesso, como coloca o Ten. Cel. Mauro:

Naquele momento, só era possível a via aérea ou a fluvial, pois a construção da estrada de rodagem que deveria ligá-la a Manaus sofria enormes retardos em razão das dificuldades encontradas com os índios que habitavam a região Sul de Roraima. Outro problema residia na navegação fluvial que, durante determinado período do ano, é interrompida, pois o nível do Rio Branco baixa e as corredeiras que se formam a impedem, obrigando o transbordo para ultrapassá-la, tanto para chegar a Boa Vista quanto para regressar a Manaus. (Apud. MOTTA, 2006, p.128)

Outro fator que contribuiu para a escolha dessa cidade foi a forma como o Governador do Território, o Coronel-Aviador Walmor Dalcin acolheu a idéia. Preocupado com o fato de naquela época ser poucos os profissionais com nível superior que atuavam na Região Norte.

Depois de escolhida a cidade onde seria implantado o primeiro *Campus* Avançado, foi escolhida a Universidade. A UFSM, como já foi dito no primeiro Capítulo, já desenvolvia projetos extensionistas em várias regiões do Rio Grande do Sul, possuindo, portanto, muita experiência na administração de outros *Campi*. Somado a isso, estava a admiração que o Ten. Cel. Mauro Costa Rodrigues tinha pelo Reitor Mariano da Rocha; com quem possuía uma ligação de parentesco; devido ao seu caráter empreendedor e ousado, tendo acarretado em inúmeros feitos de importante relevância para a UFSM. O Coronel Mauro considerava o Reitor um homem “destemido, ousado, capaz de enfrentar grandes riscos” (Apud. MOTTA, 2006, p.128). Além disso, conforme declara o Ten. Cel. Mauro,

os cerca de 6000 km que separavam Santa Maria de Boa Vista eram um referencial importante para caracterizar o impacto que tal escolha causaria, não apenas nos meios universitários, mas, também, na opinião pública nacional, pois materializaria muito bem o ideal da integração, a idéia-força que motivava o Projeto Rondon. (Apud. MOTTA, 2006, p.129)

Dessa forma, após o termino da Operação PR/3, deslocaram-se de Santa Maria para Boa Vista, o Coordenador do Projeto Rondon, o Professor Hipérides Ferreira de Mello, que estava atuando na Coordenação do PR, e a equipe da UFSM, coordenada pelo Reitor Mariano da Rocha, integrada por alguns professores e pelo Coronel Alexandre Máximo Chaves Amendola, que trabalhava como Assessor do Reitor.

Em Boa Vista, em reunião com o Governador e sua equipe, foram discutidas as condições logísticas necessárias para a implantação do Campus bem como os problemas com alimentação e deslocamento das equipes. Decidiu-se também o tamanho das equipes que

estagiariam no Campus, que deveriam variar de 20 a 30 integrantes, devido ao transporte aéreo; o tempo de permanência das equipes, entre 30 a 40 dias; o posicionamento do Campus em relação à Universidade e ao Governo do Território; e ainda a seleção e a prioridade dos trabalhos que seriam realizados pelos acadêmicos, refletindo na formação das equipes. Após as discussões feitas, foi escrito os termos do Convênio, que regularia as obrigações e os direitos assumidos pelo Governo do Território, pela UFSM e pelo Minter, representado pelo Projeto Rondon. A implantação do *Campus* Avançado de Roraima e a participação da UFSM serão trabalhadas no próximo subitem.

Segundo o Tem. Cel. Mauro, a implantação dos *Campi* Avançados, tinha também como objetivo,

forçar o processo de envolvimento da Universidade, como um todo e como instituição, no Projeto Rondon, pois, até então, tínhamos apenas a participação dos universitários e de alguns professores voluntários. Queríamos que o Projeto Rondon deixasse de ser visto como um mero programa para as férias escolares, tal como o consideravam muitas universidades, para vê-lo integrado como parte dos programas de extensão de seus currículos acadêmicos. (Apud. MOTTA, 2006, p.131)

Os *Campi* Avançados foram pensados como pólos, que inicialmente atrairiam as comunidades ao seu redor, mas posteriormente, se transformariam em pólos que irradiariam o desenvolvimento comunitário. Além de envolverem as Universidades que até então se mostravam alheias ao Projeto Rondon, que tinha cada vez mais a aderência dos universitários.

Segundo o Coronel Mauro, os jovens universitários que participaram da primeira fase do Projeto Rondon, e inclusive da fase chamada “heróica”, que compreende as cinco primeiras operações, de improvisação, de riscos, de coragem e de desprendimentos, venceram

o patrulhamento ideológico que dominava as universidades naquela ocasião [...]. [Demonstraram] existirem outras maneiras de protestar sem fazê-lo apenas através das usuais greves, passeatas e dos quebra-quebras; para isso, optou por empregar uma forma diferente, dando um pouco mais de si, com ações positivas e construtivas, capazes de ajudar a corrigir aqueles problemas que tanto os afligiram e de minorar a situação de quase abandono em que viviam as populações do grande interior brasileiro. (Apud. MOTTA, 2006, p.53)

Nesse sentido, os *Campi* Avançados, tinham um duplo objetivo, conforme aponta Piovesan:

por um lado propiciar aos universitários um aprendizado indireto, através da prestação de serviços técnico-profissionais dentro de suas áreas de formação, cumprindo programas previamente estabelecidos e sob a supervisão direta de professores de suas Universidades em contato com a realidade local, vivenciada em seus múltiplos e complexos problemas, interiorizando o ensino universitário e a tecnologia.

De outra parte, as regiões onde se desenvolveriam esses trabalhos de estágio, iriam se constituindo em pólos de desenvolvimento integrado, pois as ações executadas ajustavam-se, em perfeito entrosamento, com as diretrizes dos órgãos de administração local ou regional, visando acelerar o desenvolvimento local integrado. O Campus Avançado posicionava-se como um órgão de assessoramento nos trabalhos de pesquisa, experimentação, planejamento e execução dos projetos que ali se desenvolviam. (2008, p.37)

Devido ao dinamismo e competência do trabalho desenvolvido pelo Coronel Mauro, ele foi chamado para assumir em 30 de outubro de 1969, a Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC), tornando-se logo depois, Secretário de Educação do Rio Grande do Sul. O Ten. Cel. deixou em 5 de março do ano seguinte a Coordenação do Rondon. Foi substituído pelo Tenente-Coronel Aviador Roy, que teve que sair devido a problemas de saúde, sendo substituído pelo Tenente-Coronel Sérgio Mário Pasquali, que ao aceitar a função, solicitou a transferência da sede oficial do Projeto Rondon do Rio de Janeiro para Brasília.

E em 6 novembro de 1970, o Projeto Rondon passou através do Decreto nº 67.505, a autarquia subordinada ao Ministério do Interior, ganhando mais autonomia administrativa e financeira (RONDON, 1972, p.22), de acordo com o Art. 1:

Art. 1º O Grupo de Trabalho Projeto Rondon, instituído em caráter permanente pelo Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968, passa a denominar-se "Projeto Rondon" e funcionará como órgão autônomo de administração direta, subordinado ao Ministério do Interior, com sede no Distrito Federal.

O Parágrafo Único do Decreto nº 67.505 complementa dizendo que:

Fica assegurada ao Projeto Rondon a autonomia administrativa e financeira, no grau e nas condições estabelecidas neste decreto e de acordo com o disposto no artigo 172 e §§ do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, na forma da redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1999.

O seguinte Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1999, traz em seu artigo 172 o seguinte texto:

Art. 172. O Poder Executivo assegurará autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente aos serviços, institutos e estabelecimentos incumbidos da execução de atividades de pesquisa ou ensino ou de caráter industrial, comercial ou agrícola, que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exijam tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta, observada sempre a supervisão ministerial.

§ 1º Os órgãos a que se refere este artigo terão a denominação genérica de Órgãos Autônomos.

§ 2º Nos casos de concessão de autonomia financeira, fica o Poder Executivo autorizado a instituir fundos especiais de natureza contábil, a cujo crédito se levarão

todos os recursos vinculados às atividades do órgão autônomo, orçamentários e extra-orçamentários, inclusive a receita própria.

Segundo o Coronel Pasquali, foi o próprio Tenente Coronel Roy que elaborou o decreto 67.575, de 6 de novembro de 1970, e o Ministro aprovou, assegurando autonomia administrativa e financeira ao Projeto Rondon. Criou também o Conselho Deliberativo do mesmo, no qual o Governo colocou 13 ministérios. “O objetivo era que esses ministérios apresentassem os seus projetos e as possibilidades de financiamento de operações de seu interesse para serem executadas nos *Campi* Avançados e nas outras operações do Rondon” (Apud. MOTTA, 2006, p.176). Isso ocorreu porque o Projeto Rondon se institucionalizou definitivamente, deixando de ser um grupo de trabalho.

De acordo com o Coronel Pasquali,

o decreto, que instituiu o Projeto Rondon e o seu Conselho Deliberativo, criou um fundo que permitiria a captação de recursos de outras entidades públicas e privadas, particularmente privadas. Desta forma, regulamentamos, nessa época, por meio da portaria de 10 de maio de 1971, o Fundo Rondon, para captar recursos de instituições nacionais que nos apoiavam. (Apud. MOTTA, 2006, p. 176)

Assim, na transferência da sede do Projeto Rondon para Brasília, em maio de 1971, o Projeto Rondon já foi instalado de acordo com o novo decreto 67.505/1970. Foram criados também nessa ocasião, os Conselhos de Representação ligados às Coordenações Estaduais. Isto serviria para inserir o Rondon nos Estados, de acordo com a Portaria 01093¹⁴, do Gabinete do Ministro, de 7 de junho de 1971. Com a criação dos Conselhos de Representação nas coordenações, passou a existir “um Conselho Deliberativo com a Coordenação Geral em Brasília e os Conselhos de Representação nas Coordenações dos Estados, além de outros Conselhos de Representação atuando nas Coordenações de Área”. (MOTTA, 2006, p.182).

O Conselho Deliberativo representava os ministérios para dar apoio, e o Conselho de Representação representava as comunidades. Por exemplo:

A UFSM possuía um Campus Avançado em Boa Vista, e o seu Reitor solicitava quase todos os anos, um avião para levar o seu Conselho Universitário a Boa Vista. Mas levava também o Conselho de Representação. Em Boa Vista, debatiam com o governador, com os secretários e com as lideranças locais as atividades em andamento. (PASQUALI apud. MOTTA, 2006, p.183).

14 A Portaria dizia o seguinte: “Fica instituído junto às Coordenações Estaduais do Projeto Rondon um Conselho de Representação de entidades públicas e privadas, associações de classe, clubes, corpos docentes e discente das universidades com a seguinte finalidade: zelar pela filosofia do Rondon. Colaborar com a política de atuação da respectiva Coordenação Estadual, sugerindo as medidas relativas à sua integral participação nos programas de desenvolvimento, integração e segurança nacional” (In. MOTTA, Aricildes de Moraes. História Oral do Projeto Rondo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006. Tomo 1. p.182-183)

Esta foi a forma encontrada, pela Coordenação do Projeto Rondon, para inserir o Projeto Rondon na sociedade brasileira.

O Coronel Pasquali permaneceu na Coordenação Geral do Projeto Rondon de abril de 1971 a julho de 1974, período em que implantou mais 19 *Campi* Avançados, totalizando 22.

De acordo com o Coronel Pasquali e o Tenente-Coronel Mauro Rodrigues, “um dos objetivos do *Campus* avançado foi propiciar a compreensão da diversidade cultural, étnica, climática etc. Sentir as diferenças e fazer juízos quanto às nossas diversas expressões culturais e geográficas”. Pois, “havia a necessidade de desenvolver, no estudante, um senso crítico apurado; fazê-lo ver que o Brasil urbano, dos grandes centros, não é o mesmo que o Brasil da longínqua Amazônia, do árido Nordeste” (In. MOTTA, 2007, p.22).

Eram esses princípios que norteavam a criação dos *Campi* Avançados, onde os acadêmicos poderiam ter um contato maior com as comunidades, em função de os estágios terem uma duração maior que as Operações Nacionais ou Regionais, já que os *Campi* funcionavam os 365 dias do ano. Portanto, nesses *Campi*, era possível ampliar o horizonte de análise dos acadêmicos e a capacidade de lutar para modificar as situações encontradas nas mais diversas regiões do Brasil.

A localização dos *Campi* Avançados e das respectivas Universidades que iriam coordená-los obedecia a um criterioso estudo estratégico, que envolvia a audiência das Superintendências de Desenvolvimento Regionais, dos Governos Estaduais e dos Municípios envolvidos. E os “representantes dos Ministérios, no Conselho do Projeto Rondon, apontavam aspectos positivos e negativos em decorrência das políticas e atividades de seus Ministérios” (MOTTA, 2007, p.23).

Através do Mapa da (FIGURA 9), que apresenta a distribuição e localização dos 23 *Campi* Avançados, e das 55 instituições de Ensino Superior, responsáveis pelo funcionamento dos mesmos, é possível avaliar a importância político-estratégica da localização de cada um, em função dos seus objetivos. Bem como, a preocupação de escolher, para operar nos *Campi*, as Universidades originárias das diferentes regiões culturais que integram o Brasil.

FIGURA 9 – Mapa da Relação dos Campi Avançados com as Respectivas Instituições de Ensino Superior



Fonte: MOTTA, Aricildes de Moraes. História Oral do Projeto Rondon. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. Tomo 2. p. 27-29.

Em 1972, o Rio Grande do Sul contava com dois *Campi* Avançados, sendo um em Boa Vista, de responsabilidade da UFSM, e outro em Porto Velho (Rondônia) pertencente à Universidade do Rio Grande do Sul.

Segundo Pasquali e Rodrigues, os *Campi* Avançados, eram orientados por um conjunto de três manuais:

um, com as normas gerais definidoras de seus objetivos e das responsabilidades dos diferentes órgãos envolvidos; outro, regulando todo o processo de implantação, do planejamento às providências operacionais e materiais, estabelecendo as atribuições e a distribuição das responsabilidades; o terceiro, com a sistemática de seu funcionamento, a definição das competências do Projeto Rondon, do Grupo de Trabalho Universitário e da Direção do Campus. Nele, também, eram abordados aspectos referentes ao treinamento, relatórios, seguros etc. Dentro dos parâmetros estabelecidos por esses manuais, as universidades elaboravam suas próprias normas. (In. MOTTA, 2007, p.23)

Segundo os Coordenadores do Projeto Rondon, o Campus Avançado da UFSM, em Boa Vista / Roraima, mereceu destaque, pois mesmo “sendo o mais distante de sua sede, interiorizou dezenas de profissionais de nível superior de diversas especialidades, os quais vêm dando expressiva colaboração ao desenvolvimento daquele Estado”. Tendo como exemplo de interiorização desse Campus, dois dos atuais deputados federais por Roraima, “havendo gaúchos, também, na Assembléia Legislativa e em funções técnicas do Governo local”. E de acordo com os Coordenadores, “para se sentir a força dessa transferência de hábitos e de valores culturais regionais, vale lembrar o destaque que possui, nas atividades sociais de Roraima, o Centro de Tradições Gaúchas, instalado em Boa Vista” (PASQUALI E RODRIGUES In. MOTTA, 2007, p.24), que em nada perdem para os Centros tradicionalistas do Rio Grande do Sul.

2.1.1. Operações do Projeto Rondon

Segundo o Coronel Sérgio Mário Pasquali e o Tenente-Coronel Mauro Costa Rodrigues, coordenadores do Projeto Rondon, o ideal do Projeto Rondon sempre foi:

conhecer a realidade brasileira, participar do processo de desenvolvimento, interiorizar a Universidade, prestar serviços aos órgãos públicos, promover a participação da comunidade no seu próprio desenvolvimento, integrar e qualificar mão de obra, adequar as profissões à realidade e às exigências do mercado de trabalho e, finalmente, preparar o universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios do idealismo, que aprimoram o caráter e

asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais, constituem a base de todo o ideário do Projeto Rondon. (Apud. MOTTA, 2007, p.25)

Assim, para por em prática os ideais do Projeto Rondon, foram planejadas e desenvolvidas, entre os anos de 1968 a 1989, cinco formas de Operações, que aconteciam simultaneamente e/ou sequencialmente. Essas Operações foram denominadas respectivamente com a ordem de suas criações: Operação Nacional, Operação Regional, Campus Avançado, Operações Especiais e Operação de Interiorização. Para melhor compreensão de como funcionava cada Operação será feita uma rápida explanação.

As Operações Nacionais eram realizadas geralmente na área de influência dos Campi Avançados, no entanto só existiam Campi Avançados na Amazônia, no Nordeste e no Centro – Oeste. Portanto, nos demais Estados do Brasil que não possuíam Campi, as Operações do Projeto Rondon eram planejadas e treinadas pela Coordenação Estadual em ligação com as prefeituras e com as Universidades.

Assim, quando as Operações Nacionais do Projeto Rondon iam para a Amazônia, levava-se a equipe da Universidade que tinha o Campus Avançado na região onde seria a Operação, obrigando assim, o Diretor do Campus elaborar um planejamento de férias, onde sugeria o número de alunos e suas áreas, para melhor atender a população, da qual não conseguia em outros períodos e com as equipes mensais. Esses alunos eram treinados pela mesma Universidade que operava o Campus, possibilitando desta forma dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado pelas equipes anteriores.

Já o Projeto do Campus Avançado,

era todo planejado na Universidade pelo Grupo de Trabalho Universitário: por professores e representantes dos departamentos que planejavam, selecionavam, treinavam e acompanhavam a execução. O Projeto Rondon, o que fazia? Transportava, pagava toda a despesa do Campus, como a construção, gratificação para os professores, cobertura das despesas de atuação, obtenção e legalização do terreno e, ainda, a ligação com os órgãos de desenvolvimento e ministérios para a execução de convênios. Na Operação Nacional e Regional, o Rondon fazia o papel total: recrutava estudantes, treinava, coordenava a sua execução e transportava para a área. (MOTTA, 2006, p.203)

No entanto, o impressionante número de estudantes que desejavam participar, como revela o Coronel Pasquali (In. MOTTA, 2006), esbarrava na impossibilidade de aumentar a Operação Nacional, do ponto de vista logístico. Em função disso, foi determinada a criação da Operação Regional, com atuações no próprio Estado de ação das Universidades. Mas essas Operações, também não absorveram todos os candidatos que se inscreviam para participar. Isso levou a Coordenação do Projeto Rondon a criar a Operação Especial, que contava com

todo tipo de ações. Onde as Universidades e os *Campi* Avançados deveriam planejar e realizar ações, onde não se daria apenas o apoio assistencial, mas também de qualificação de mão-de-obra, orientação profissional, busca de atividades, até de melhoria das condições de higiene da população. A comunidade onde eram desenvolvidas essas operações variava conforme proposição das próprias Universidades ou pela Coordenação do Projeto Rondon.

Outros exemplo de Operação Especial, poderia se dar pela proposição dos ministérios, que eventualmente precisavam de uma ação, como de cadastramento, de vacinação em uma determinada área etc.. Então conforme Pasquali:

fazia-se um convênio com o Ministério e realizava-se uma mobilização para desenvolver aquela atividade. Muitas nasceram com as necessidades dos ministérios, em termos de operações especiais, que podiam ocorrer em qualquer período do ano. Eram, portanto, os representantes dos ministérios, nos conselhos, nos Estados ou nos próprios municípios que indicavam as necessidades a serem atendidas. (Apud. MOTTA, 2006, p.204)

Segundo o Coronel Pasquali, “dentro dessa evolução conseqüente das próprias sugestões das Universidades e dos universitários, criamos o Centro de Atuação Permanente, que era um Campus Avançado dentro do próprio Estado, como a operação regional era a operação dentro do Estado” coordenado pelas Universidades (Apud. MOTTA, 2006, p.204). Estes Centros de Atuação Permanentes, segundo Piovesan, eram derivados das Operações Locais, que ocorriam em qualquer época do ano, por iniciativa das Universidades, “em caráter permanente, mas no âmbito de suas áreas geo-educacionais” (2008, p.34).

E ainda, entre as atividades do Rondon, havia um programa de interiorização. Tinha por objetivo “o incentivo e o apoio a interiorização de profissionais de nível superior, tanto como profissionais liberais como para atuar junto às Prefeituras e aos órgãos da administração Estadual e Federal existente na região” (PIOVESAN, 2008, p.35). Para isso, havia um esquema de apoio dado pelos *Campi* Avançados e pelas Prefeituras, que incluía “a abertura de créditos especiais para que esses profissionais, [...] pudessem se habilitar a esses créditos, para aquisição da casa própria, aquisição de equipamentos para seus consultórios ou escritórios, ou para a implantação de atividades econômicas privadas que pretendesse desenvolver” (Op. cit.).

Segundo o Coronel Pasquali, o Programa de Interiorização ocorria no Campus Avançado de Boa Vista/Roraima, da seguinte forma:

Quando se levava um estudante do último ano do curso para o Campus Avançado de Boa Vista, no Estado de Roraima, área extremamente carente de mão-de-obra qualificada, o profissional, fosse ele de Medicina, de Magistério, de Enfermagem, de

Agronomia, ou de Veterinária, era contatado pelo governo do Território, da Prefeitura, às vezes por entidades particulares, ou mesmo, pessoalmente, motivava-se com a possibilidade de retornar à área. Voltava a Universidade, terminava o curso, mas quando saía do Campus Avançado já deixava articulado o seu retorno com o governo ou com alguma empresa. (Apud. MOTTA, 2006, p.207)

Muitos desses alunos que retornaram a Roraima constituíram família no local, colaborando não só com o programa de povoação, como também com a integração da Amazônia. Ainda, contribuía com o aumento de mão-de-obra especializada, que era raro naquele momento e naquelas regiões. Outros viam nas oportunidades da Amazônia, formas de crescimento profissional e de enriquecimento, já que geralmente os Governadores daquelas regiões pagavam bem pela qualificação profissional. O Projeto Rondon, em relação aos programas de interiorização, apoiava e fazia o transporte desse profissional junto com as equipes que eram levadas ao Campus, sem maior envolvimento.

2.1.2. A Extinção do Projeto Rondon

Após a saída do Coronel Pasquali da Coordenação do Projeto Rondon, ela foi assumida por outros militares e professores que deram continuidade ao Projeto, até seu término em 1989, conforme podemos verificar no quadro da (FIGURA 10), que mostra o cronograma geral do Projeto Rondon, desde sua criação até sua extinção em 1989.

Segundo o Coronel Mauro, mesmo tendo sido extinto em 1989 oficialmente, o Projeto Rondon já vinda sofrendo desgastes de seu sentido altruísta, um esvaziamento de sua filosofia, desde 1983, quando terminou o ciclo dos chamados “Presidentes Militares”. O Coronel Mauro coloca que os novos líderes que assumiam o poder, estavam invadidos por um sentimento de revanchismo, onde deveriam acabar com tudo que tivesse dado créditos ao Regime Militar, e o Projeto Rondon era é símbolo disso. O Coronel ainda relata que foi testemunha ocular de uma cerimônia de posse de uma jovem universitária, da qual proclamou em alto e bom som: “Assumo a Diretoria de Planejamento do Projeto Rondon em nome do Partido Comunista Brasileiro” (Apud PIOVESAN, 2008, p.41). Esse depoimento ia de encontro à doutrina até então adotada pelo Projeto Rondon, de não envolvimento com qualquer corrente político-partidária ou mesmo ideológica.

FIGURA 10 – Cronograma Geral do Projeto Rondon

| Cronograma Geral do Projeto Rondon: Quadro Sinóptico sobre a sua origem, implantação, institucionalização e expansão | | | | |
|--|---|--|--|--|
| Criação (1966 – 1967) | Implantação (1967 – 1970) | Institucionalização Expansão e Consolidação (1970 – 1985) | Esvaziamento e Extinção como Órgão Público (1985 – 1989) | Versão como ONG: Associação Nacional dos Rondonistas a partir de 1989 |
| Idealizador: Prof. Wilson Choeri (Universidade do Estado da Guanabara) PR-Zero (Julho de 1967) Operação em Rondônia (5ª BEC), equipe de universitários coordenada pelo Prof. Omir Fontoura (Universidade Federal Fluminense) | Coordenador Geral: Cel Mauro Costa Rodrigues (De Out/67 a Mar/70). 1967: Portaria 393-MI/GM, de 14/12/67, instituiu o GT-Projeto Rondon. 1968: Decreto nº 62.927, de 28/06/68: instituiu em caráter permanente o GT Projeto Rondon. Planejamento e Execução do PR-1 (Jan/Fev de 1968) ao PR-5 (Jan-Fev/1970). Planejamento e instalação dos três primeiros Campi Avançados de Roraima, de Tefé e de Parintins, em 1969. | Coordenadores Gerais: Cel Roy Herminio Affonso Friede (De Abr/70 a Abr/71); Cel Sérgio Mário Pasquali (De Abr/71 a Jul/74); Neljanir da Silva Guimarães (De Jul/74 a Abr/76). Presidentes da Fundação: Mário Garnerio (De Abr/76 a Mar/79); Cel Sérgio Mário Pasquali (De Mar/79 a Nov/80); Profª Myriam Levy Cardoso Moreira (De Nov/80 a 15/Mar/85). 1970: Decreto nº 67.505, de 06/11/70 (Assegura autonomia administrativa e financeira e cria o Conselho Deliberativo). 1971: Transferência da Coordenação Geral do Rio de Janeiro para Brasília, no mês de maio. 1971: Portaria CG nº 10, de 07/05/71 que regulamenta o Funrondon. 1971: Portaria nº 01093-GM, de 07/06/71, cria os Conselhos de Representação, junto às Coordenações. 1973: Portaria GM nº 01049, de 20/03/73, aprova o Regimento Interno. 1976: Lei nº 6.310, de 15/12/75, cria a Fundação Projeto Rondon. 1976: Decreto nº 77.326, de 22/03/76, aprova o Estatuto da Fundação. 1979: Decreto 83.400, de 03/05/79, aprova novo Estatuto da Fundação. Planejamento e Execução do PR-6 (Jul/70) ao PR-35 (Jan-Fev/85) Planejamento e Instalação de mais 20 Campi Avançados, sendo 19, entre 1971 e 1974, e sua consolidação como atuação permanente das IES, na área de extensão universitária. | Presidentes: Romero Jucá (De Jun/85 a Mai/86) Sílvio Amorim (De Mai/86 a Fev/89) Planejamento e Execução do PR-36 (Jul/85 ao PR-42 Jul/88) 1989: Medida Provisória nº 28/89, convertida na Lei nº 7.732, de 14/02/1989, que extingue a Fundação Projeto Rondon. | Presidentes: Joana Maria Braga da Silva (1993/1995) Estanislau Monteiro de Oliveira (1995/2001) João Paulo M. Peixoto (2001/2004) Sérgio Mário Pasquali (2004-2006) 1989 a 2005: Realização em Brasília de 17 encontros nacionais, com a participação de rondonistas de todo o Brasil. 1993: Formalização da Associação Nacional dos Rondonistas. Registro nº 00042632 no Primeiro Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. A partir de 1993, foram criadas Coordenações e Associações Estaduais dos Rondonistas nos seguintes Estados: AM, MA, PI, CE, RN, PB, PE, SE, RJ, MG, SP, PR, SC, RS, MT e MG. 2001: Obtenção do Certificado de Registro da Marca do nome Projeto Rondon junto ao INPI, sob o número 821062247 (Registro de Marca e Patente). |

Fonte: MOTTA, Aricildes de Moraes. História Oral do Projeto Rondon. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. Tomo 2. p.174

Os desgastes vieram também, de acordo com o Coronel Mauro, das utilizações indevidas das estruturas do Projeto Rondon, dos “abusos no manuseio dos recursos financeiros, aproveitando-se das facilidades administrativas que a institucionalização como Fundação possibilitava. O desvirtuamento de suas finalidades e formas de atuar passou a ocorrer, desde então, de maneira rotineira” (Apud. MOTTA, 2006, p.142). Um exemplo desse desvirtuamento, conforme Piovesan (2008) é o “rateamento” dos cargos administrativos e diretivos do Projeto Rondon, entre os diferentes partidos políticos que apoiavam o atual governo que se instalava.

Os novos dirigentes do Projeto Rondon buscavam mudanças, queriam tornar o Rondon diferente daquele apoiado pelos militares, com uma nova política de atuação. Com isso mudaram inclusive o slogan que identificava o Projeto e que por 22 anos serviu de lema. O slogan que antes era “integrar para não entregar”, idealizado pelo professor Choeri, foi substituído por “Participação e Desenvolvimento”, conforme foi publicado em “O Repórter Rondon”, edição especial de 11 de julho de 1987.

O Coronel Mauro declara que é evidente que a “imagem e todo o êxito alcançado pelo Projeto Rondon, incomodava os novos detentores do Poder, e não poderia ser admitida, nos tempos de ‘revisonismo’ que passou a viver a partir de 1983” e exclama que “a extinção do Projeto Rondon da forma com foi feita deve ser considerada como um verdadeiro crime de LESA PRÁTRIA” (apud. PIOVESAN, 2008, p.42, 43).

2.1.3. O Retorno do Projeto Rondon

Após o termino definitivo do Projeto Rondon em 1989, seus antigos Dirigentes, como o Coronel Pasquali, juntamente com outros rondonistas, que se mantiveram fieis aos princípios do programa, criaram no ano de 1990, o Projeto Rondon[®] - Associação Nacional dos Rondonistas, “uma entidade civil de direitos privados, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos e sem conotações político partidária” (RONDON, 2007, p.22). Simultaneamente foram criados nos Estados, Organizações similares, independentes, porém, ligados ao Rondon[®] Nacional em termos de valores, princípios e objetivos.

Os dirigentes do Rondon[®] Nacional, imbuídos da importância do Projeto para a formação universitária e para o desenvolvimento nacional, realizaram diversos contatos com o Governo Federal visando a reconstituição do Projeto Rondon, nos moldes originários. Durante o Governo do Presidente Fernando Henrique, reuniram-se diversas vezes com a Primeira Dama, Dra. Ruth Cardoso, que decidiu pela criação de um novo Programa, conhecido por Universidade Solidária.

Este manteve as bases do Projeto Rondon, promovendo estágios universitários nas mais variadas regiões do Brasil. A UFSM, se fez presente em todas as Operações do Universidade Solidária, sobre a Coordenação do Professor Ubiratan Tupinambá da Costa, conforme (FIGURAS 11, 12). Assim como o Projeto Rondon, as ações da UFSM nas cidades onde atuaram as equipes, mereceu reconhecimento. Sendo notícia por onde passavam, conforme a matéria especial, feita com a Equipe de Laranjeiras no ano 2000 (FIGURA 13). Isso demonstra a eficiência e competência da UFSM nos Projetos de Extensão ao qual se propôs a participar ao longo de sua história.

FIGURA 11 – Equipe da UFSM no Universidade Solidária



A Equipe da UFSM em foto oficial com o Reitor Paulo Jorge Sarkis. A foto foi feita no retorno da equipe, em novembro de 2001, no Gabinete do Reitor. A Equipe era composta por: Izabel Ceron, Cintia Goulart, Ubiratam da Costa, Ana Luiza Silva, Paulo Jorge Sarkis, Jucelaine Arend, Milena Leite, Imaruí Costa, Solange Mainardi (da esquerda para a esquerda).

Fonte: Arquivo pessoal do Professor Ubiratan Tupinambá da Costa.

FIGURA 12 – Equipe da UFSM no Unisol na cidade de Laranjeiras/SE



A Equipe da UFSM composta pelo professor Ubiratan Tupinambá da Costa, Coordenador da Equipe, e pelos acadêmicos Jonas Paulo Ruff, Leandro Silva Leite (Arquitetura e Urbanismo), Tatiane Braz de Oliveira (Arquivologia), Magda Roberta Rodrigues (Enfermagem), Leandro de Souza Custódio (Lic. Plena Música), Cristiane Danesi (odontologia), Andréa Carvalho Silva (Pedagogia), Luciana Andréia Araújo (Medicina Veterinária), Juliano dos Santos Leite (Turismo), Andréa Foltz (Educação Física), em visita a comunidade local.

Fonte: Arquivo pessoal do Professor Ubiratan Tupinambá da Costa.

FIGURA 13 – Boletim Informativo do Universidade Solidária

Boletim Informativo

UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA

Idealização: Prefeitura de Laranjeiras
Curso de Música - UFSM

Edição Especial - Publicação em Março de 2000 - Laranjeiras - SE

Veja nesta Edição

Universidade Solidária 2000 em Laranjeiras - SE

Uma matéria com Bira Costa - Coordenador da Equipe da
Universidade Federal de Santa Maria - RS



Equipe Universidade Federal de Santa Maria - RS

Editorial

Este Boletim Informativo teve sua idealização baseando-se na divulgação das atividades realizadas por todas as áreas de atuação dentro do objetivo principal do Programa Universidade Solidária 2000, bem como, em uma prática alternativa e inovadora de divulgar a cultura e o potencial musical do povo de Laranjeiras. Neste boletim informativo, iremos ver algumas obras compostas por autores da própria cidade. Veremos também uma matéria especial sobre o trabalho de preservação e valorização cultural e musical do município através da gravação de um CD que, tem como principal finalidade, a divulgação e o incentivo às pessoas que fazem a verdadeira música, que fazem a música com o coração.

Por Leandro Custódio
Curso Música UFSM

As atividades que as Áreas da Educação, Saúde e Cultura vem realizando dentro do programa Universidade Solidária

Acadêmicos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Ed. Física, Enfermagem,
Pedagogia, Música, Odontologia, Veterinária e Turismo falam sobre as atividades que estão
sendo realizadas na comunidade de Laranjeiras

Boletim Informativo do Universidade Solidária, relatando em matéria especial a participação da Equipe da UFSM na Cidade de Laranjeira/SE.

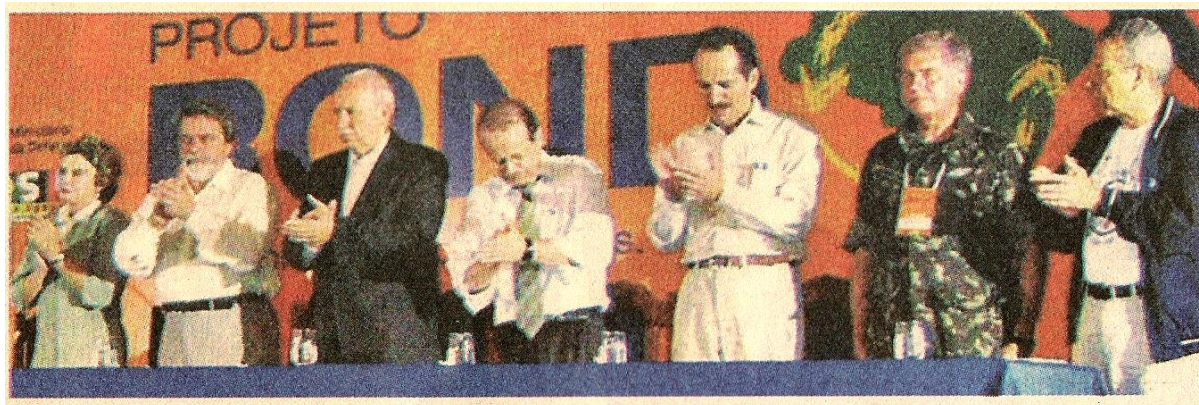
Fonte: RUFF, Jonas Paulo; LEITE, Leandro. Relatório Equipe UFSM 2000. Santa Maria, 2000.

Tão logo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Palácio do Planalto e a Esplanada dos Ministérios, os rondonistas do Rondon[®] Nacional, retomaram os contatos com o governo, realizando reuniões com vários Ministros e com a direção da UNE (União Nacional dos Estudantes). Como resultado, estes encaminharam ao Presidente da República Lula, em 2003, uma proposta, no sentido de reativar o Projeto Rondon original (RONDON, 2007). Para a viabilização da proposta, foi criado em março de 2004 um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação do Ministério da Defesa, com a participação dos Ministérios da Educação, Integração Nacional, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Esporte, Meio-Ambiente e Secretária-Geral da Presidência da República.

Com a decisão presidencial da Retomada do apoio oficial ao Projeto Rondon, foi criado o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon – COS (Decreto s/n de 14 de janeiro de 2005), sendo o Ministério da Defesa incumbido de coordenar as ações no âmbito do Governo Federal, e o Projeto Rondon[®] - Associação Nacional dos Rondonistas passou a integrar o Grupo Executivo da Comissão de Coordenação Geral, no âmbito do Ministério da Defesa (§1º, Art. 9º do Regimento Interno do COS). E, na busca da convergência da ação, sem dispersão ou duplicidade, assinou-se em 23 de março de 2006 o Acordo de Cooperação entre os Ministérios da Defesa e da Educação e a Associação Nacional dos Rondonistas. (RONDON, 2007, p.17)

Assim a retomada do Projeto Rondon, foi marcada pelo lançamento pelo Presidente Lula, da “Operação Nacional na Amazônia” no dia 19 de janeiro de 2005, em Tabatinga (AM), tendo como lema “Desenvolvimento para todos” (FIGURA 14).

FIGURA 14 – Solenidade Oficial de Lançamento da Operação Nacional da Amazônia do Projeto Rondon.



Na solenidade estavam presentes o Presidente Lula, a primeira dama Dona Marisa, o vice-presidente José de Alencar, Ministros de Estado, o presidente da UNE e representante da Associação Nacional dos Rondonistas Estanislau Oliveira, dentre outras autoridades, professores e alunos integrantes da Operação.

Fonte: RONDON, Notícias. 40 anos de História. Edição Especial. Brasília: Projeto Rondon[®] Associação Nacional dos Rondonistas, 2007.

Durante a solenidade, o Conselheiro Estanislau Monteiro de Oliveira fez o seguinte pronunciamento em nome da Associação Nacional dos Rondonistas: “A importância da Amazônia no contexto mundial, face à sua riqueza e diversidade biológica, tem despertado a cobiça internacional, provocando pronunciamentos de diversas autoridades e organismos internacionais, com a apresentação inclusive, de propostas para a sua internacionalização” (RONDON, 2007, p.17). O discurso do Conselheiro traz de volta o antigo lema e objetivo do Projeto Rondon, de “integrar para não entregar”.

Em fase do retorno das Operações Nacionais do Projeto Rondon, os Coordenadores de projetos extensionistas das universidades convidadas, foram chamados para uma reunião em Tabatinga (FIGURA 15), onde foram especificados os novos objetivos do Projeto Rondon, bem como seu sistema de funcionamento, onde cada Instituição, Governo Federal, Coordenação Geral do Projeto Rondon, Forças Armadas, Universidades, Prefeituras, possuem responsabilidades distintas.

Conforme a reunião, o objetivo das Operações Nacionais do Projeto Rondon, passaria a ser: a prioridade no desenvolvimento “de ações transformadoras e duradouras para a população e a administração municipal, ampliando as forças e valores da sociedade local por meio de atividades participativas, democráticas e emancipadoras”, sendo o foco principal de suas ações, “as lideranças comunitárias locais, os servidores públicos, os agentes multiplicadores, difusores e replicadores, professores, agentes de saúde, as organizações da sociedade civil e a comunidade em geral” (BARRETO, 2007, p.28).

Nesse novo cenário do Projeto Rondon, as Forças Armadas assumem a seguinte função: recepção nos aeroportos, hospedagem e alimentação (nos Centros Regionais, antes e depois dos rondonistas viajarem para os municípios escolhidos), viabilização do transporte até os municípios (seja por via aérea, terrestre ou aquática) (FIGURAS 16, 17, 18). O Exército disponibiliza ainda um militar que acompanha as equipes de rondonistas, “tendo em vista as peculiaridades climáticas e os cuidados com a alimentação, o vestuário e a saúde” (BARRETO, 2007, p.29). A esses militares que cuidam da segurança das equipes foi dado o nome de “anjo” (FIGURA 19).

FIGURA 15 – Primeira Reunião da Nova Fase do Projeto Rondon realizada em Tabatinga.



Reunião Geral do Projeto Rondon, realizada na cidade de Tabatinga, no ano de 2005, com a presença dos Coordenadores das Extensões das Universidades convidadas. Como representante da UFSM estava o Professor Ubiratan Tupinambá da Costa.

Fonte: Arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa, 2005.

FIGURA 16 – Aviões da Força Aérea Brasileira.



Aviões da FAB prontos para o embarque das Equipes do Projeto Rondon em Santarém /PA, 2009.

Créditos: Daiane Tonato Spiazzi. Arquivo pessoal de Daiane Tonato Spiazzi, 2009.

FIGURA 17 – Embarcação da Marinha do Brasil.



Embarcação (reboador) pertencente ao 8º Batalha de Engenharia e Construção (BEC) – Batalhão Rondon, no embarque das Equipes do Projeto Rondon, da Operação Centro Norte, em Santarém / PA, 2009.

Créditos: Daiane Tonato Spiazzi. Arquivo pessoal de Daiane Tonato Spiazzi, 2009.

FIGURA 18 – Caminhões do Exército Brasileiro para transporte dos Rondonistas.



Transporte das equipes para a Base Aérea em Manaus, Tabatinga, 2006.

Créditos: Ubiratan Tupinambá da Costa. Arquivo pessoal do de Ubiratan Tupinambá da Costa.

FIGURA 19 – Militar indicado para ser Anjo da Equipe da UFSM no Projeto Rondon.



Sargento do 8º BIS de Tabatinga, acompanhando a equipe na visita domiciliar. Tabatinga, 2005.

Créditos: Ubiratan Tupinambá da Costa. Arquivo pessoal do de Ubiratan Tupinambá da Costa.

Como se realiza atualmente a Operação do Projeto Rondon:

1. Reconhecimento da Área – realizado por representantes do Ministério da Defesa. Realizam visitas nas cidades para verificar o interesse das prefeituras.

2. Divulgação do Convite – no convite é divulgado os municípios, os conjuntos de ações, as Operações, o cronograma de atividades, assim como as condições e os deveres que as IESs (Instituições de Ensino Superior) devem atender. É solicitado que as IESs designem um representante para as necessárias interlocuções e seja o responsável pelo encaminhamento da proposta de trabalho à Coordenação do Projeto Rondon pelo site: www.defesa.gov.br/projetorondon.

3. Elaboração da Proposta de Trabalho

Primeira Etapa: Cada IESs deve realizar primeiramente sua inscrição, escolhendo a Operação e relacionando as cidades preferenciais. Caso seja selecionada passa a segunda etapa.

Segunda Etapa: As IESs devem elaborar um plano de trabalho de acordo com o conjunto de ações escolhido.

Conjunto A – Cultura, Educação, Direitos Humanos e Saúde

Conjunto B – Comunicação, Tecnologias e Trabalho, Meio-ambiente.

4. Seleção das Propostas de Trabalho – A seleção é realizada pela Comissão de Avaliação de Propostas do Projeto Rondon. Os critérios de seleção da proposta envolvem a excelência e a qualidade acadêmica da IES e o mérito, a pertinência e a exequibilidade do plano de trabalho proposto.
5. Viagem Precursora: O professor responsável por coordenar a Equipe na IES viaja à cidade onde sua Instituição atuará, realizando uma pesquisa e contato com as representações locais, bem como com os multiplicadores da localidades, afim que coletar informações para aperfeiçoar seu plano de trabalho.
6. Preparação das Equipes - realização da seleção dos rondonistas que farão parte da Equipe da IES e início da preparação dos trabalhos que serão realizados no município. É realizado também o cadastro de todos os rondonistas, professores e alunos, pelo representante da instituição de ensino superior junto ao Projeto Rondon. A composição de cada equipe deve ser multidisciplinar e o número varia de acordo com o convite.
7. Realização da Operação – período em que os rondonistas são transportados de suas sedes e permanecem nos municípios, realizando os trabalhos previamente planejados. As despesas dos rondonistas (alimentação, transporte, etc.) bem como o fornecimento de alojamento e estrutura para o desenvolvimento das atividades, são de responsabilidade das Prefeituras.
8. Retorno às Sedes – Após a conclusão desses trabalhos, os rondonistas retornam à sede de origem.
9. Pós-Operação – nesta fase, cada equipe preparará o relatório dos trabalhos desenvolvidos no município.

A Coordenação do Projeto Rondon na UFSM adota a seguinte forma de seleção e orientação das equipes: Primeiramente é lançado na página on-line da UFSM, um edital, onde consta o convite do Projeto Rondon, e as exigências estabelecidas pela UFSM para participação de Acadêmicos, que são os seguintes:

- Ter cursando 70% do curso de Graduação;
- Possuir carta de recomendação por parte da Coordenação do Curso;
- Já ter participado de projetos de extensão;
- Elaborar um projeto de ação para desenvolver em uma cidade fictícia, no Projeto Rondon.

Cumprindo as exigências, os acadêmicos entregam seus documentos, juntamente com um projeto (uma proposta de trabalho) para uma suposta cidade, que deva primar pela formação de multiplicadores, das áreas previstas no Conjunto selecionado pela Universidade,

expresso no edital. Os estudantes passam ainda por uma entrevista de apresentação com o Professor Ubiratan da Costa, Coordenador do Projeto na UFSM. Após, os projetos dos acadêmicos são submetidos à avaliação e análise de sua viabilidade e confrontados com as necessidades levantadas durante a viagem precursora, realizada pelo próprio professor Ubiratan. Depois de selecionados os melhores projetos, os acadêmicos passam novamente por uma entrevista, onde são verificadas as reais condições da aplicação dos projetos apresentados.

A seleção propriamente dita só ocorre após a aprovação da Proposta de Trabalho da UFSM. Esta é elaborada por uma equipe composta por alunos rondonistas, professores e funcionários da Pró-Reitoria de Extensão, sobre coordenação do Coordenador Ubiratan. Na Proposta que é submetida a seleção, são utilizados os melhores projetos apresentados pelos acadêmicos, dos quais farão parte da equipe, e realizada uma pesquisa intensa sobre a realidade da cidade para a qual a Universidade vai se inscrever. A fim de adaptar da melhor forma as atividades à realidade que se irá encontrar.

Após a aprovação e a seleção da Equipe de Trabalho da UFSM, inicia-se uma fase de intensa preparação da mesma, com reuniões de estudo, adequação das propostas e das atividades que serão desenvolvidas na cidade destino. São apurados os cronogramas. Realizam-se também contatos entre a Equipe de Trabalho e os multiplicadores das regiões atendidas. Essa preparação é fundamental para que a Equipe chegue a seu destino preparado, pronto para atuar em qualquer realidade e sobre variadas circunstâncias, sempre respeitando e tirando o melhor proveito do convívio com a população das cidades atendidas. E ainda para que atendam as expectativas destas e tragam “na bagagem” uma relevante experiência para a vida.

2.2. O Projeto Rondon na Universidade Federal de Santa Maria

A participação da UFSM no Projeto Rondon, se deu de forma expressiva em todas as Operações que comportavam o Projeto. Sendo talvez a de maior relevância a Operação *Campus Avançado*, do qual a Universidade foi pioneira. Devendo isso a sua rica experiência com as Extensões no Rio Grande do Sul, criadas e desenvolvidas pelo Reitor José Mariano da Rocha Filho. E graças a ele também, a UFSM, sempre esteve presente nas demais Operações do Projeto Rondon, sendo inclusive responsável pela Coordenação de Área da Região Central.

A Operação Nacional possuía uma organização diferente da que é desenvolvida atualmente. Foram instalados nos Estados Núcleos Regionais, onde uma Universidade assumia a Coordenação das atividades. No Rio Grande do Sul havia dez Coordenações de acordo com suas áreas de influência, que são: Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Coordenação de Área da Região Metropolitana de Porto Alegre (Porto Alegre), Coordenação de Área da Região Sul (Pelotas), Coordenação de Área do Litoral Sul (Rio Grande), Coordenação de Área da Fronteira Oeste (Uruguaiana), Coordenação de Área da Região Central (Santa Maria), Coordenação de Área das Missões (Santo Ângelo), Coordenação de Área do Planalto Médio (Passo Fundo), Coordenação de Área da Região Nordeste (Caxias do Sul) e Coordenação de Área da Fronteira Sudeste (Bagé) (MINISTÈRIO DO INTERIOR, 1990, p.42).

Na Coordenação de Área da Região Central, que tinha sua sede localizada na Rua Jorge Pedro Abelin, nº61, em Santa Maria, as atividades eram coordenadas pela UFSM. Teve como Coordenador por dez anos o professor Gilson Hiram Machado Soares (FIGURA 20). Segundo o que ele relata, para as Operações Nacionais eram utilizados universitários de todas as instituições de ensino superior do país, não só das Federais, como também das particulares. Onde numa mesma equipe, continham acadêmicos de instituições diversas. Por exemplo: “Santa Maria que era a região central, atuava em 21 municípios da região. Nós buscávamos utilizar os universitários de 21 cidades do RS, de várias instituições particulares e da Federal” (Entrevista concedida no dia 25 de junho de 2011). Neste relato o professor revela que a forma de organização das equipes e a forma de atuação das mesmas era diferente do modelo atual. Pois de acordo com ele, as equipes eram compostas por estudantes de diversas instituições, não apenas da Instituição Coordenadora da Ação, como atualmente.

Segundo o Professor Gilson, a Coordenação Regional do Projeto Rondon entrava em contato com os Prefeitos, e os prefeitos solicitavam o que precisavam no município. Por exemplo: “eu preciso reforçar meu posto de saúde, com o pessoal da Medicina, ou o pessoal da enfermagem. Então, nós íamos lá, fazíamos um diagnóstico, conversávamos com o Prefeito, com a comunidade”. Após, os universitários eram preparados pela equipe que Coordenava os Núcleos, para atuarem em várias atividades na comunidade, tais como: “ajudar na vacinação, o pessoal da saúde, nós fazíamos tipagem sanguínea, que verificava o fator RH, nós atuávamos no combate ao analfabetismo, isso eles faziam dentro das cidades” de acordo com as necessidades detectadas (Entrevista concedida no dia 25 de junho de 2011). A preparação das equipes era realizada na sede da Coordenação, por uma equipe de professores, com os recursos disponíveis na época, conforme (FIGURA 21).

FIGURA 20 – Hasteamento da Bandeira do Projeto Rondon



O professor Gilson Hiram Machado Soares observa o hasteamento da Bandeira do Projeto Rondon em frente à Sede da Coordenação de Área da Região Central, do Projeto Rondon.
Fonte: Arquivo pessoal de Gilson Hiram Machado Soares.

FIGURA 21 – Preparação das Equipes da Região Central do Rio Grande do Sul.



O professor Gilson Hiram Machado Soares, na preparação das Equipes, utilizando os recursos disponíveis na época.
Fonte: Arquivo pessoal de Gilson Hiram Machado Soares

As atividades organizadas pela Coordenadoria Central atuavam nas seguintes Operações:

Operação Local – Eram organizadas atividades, a qualquer tempo, onde os universitários tinham que cumprir uma determinada carga horária de estágio, atuando nas suas regiões. Cada cidade organiza os estágios dos seus acadêmicos, preparando-os para a Operação Regional. Em Santa Maria, os universitários atuavam em campanhas, como a Campanha de Vacinação (área de saúde), organização de torneios (na área de Educação Física), no combate ao analfabetismo (área da educação), entre outras atividades. No caso das demais cidades de influência da UFSM, haviam monitores, provindos dessas cidades, que atuavam nas mesmas. Pois, tinham por objetivo, que os acadêmicos conhecessem as necessidades e a realidade da sua região, para futuramente virem a atuar nesta. Os alunos que mais se destacassem nas suas cidades, eram preparados para comporem a Equipe para a Operação Regional.

Operação Regional – Nas Operações Regionais, que ocorria no mês de Julho, as atividades eram desenvolvidas em Cidades dos Estados de atuação das Universidades. Assim, a Coordenação do Projeto Rondon em Santa Maria eram responsável por preparar uma equipe, utilizando-se dos acadêmicos da sua área de atuação, para atuarem em cidades do Rio Grande do Sul. Nessas equipes, não atuavam apenas acadêmicos da UFSM, e sim universitários de todas as cidades das quais a Coordenação Central era responsável.

As equipes eram formadas por 10 pessoas, 1 monitor e nove acadêmicos. Eram multiprofissionais, isto é, eram compostas por acadêmicos da Medicina, da Enfermagem, do Direito, da Administração, tendo também alunos de nível médio e técnico, como: Técnico em Contabilidade. Na época era possível colocar alunos das escolas técnicas, porque estes sentiram necessidade de atuar e a Coordenação do Projeto Rondon permitia. Entretanto, muitas vezes independia do desempenho do aluno, pois, a formação da equipe tinha que levar em consideração a necessidade da prefeitura.

Operação Nacional - Depois que participavam em julho da Operação Regional, os melhores rondonistas eram selecionados para fazer parte da Equipe que atuaria na Operação Nacional, nos meses de janeiro e fevereiro. Conforme o Professor Gilson, os alunos que participavam da Operação Regional, após retornarem adquiriam quase que um direito, à participação no Nacional. As equipes eram formadas por acadêmicos pertencentes às diversas Instituições universitárias do Rio Grande do Sul. Na Operação Nacional, segundo o professor Gilson, “vinha gente dos outros Estados para o Rio Grande do Sul e nós mandávamos para os outros Estados os nossos acadêmicos” (Entrevista concedida em 25 de junho de 2011).

A importância do Projeto Rondon para os santa-marienses era tamanha, que os rondonistas eram reverenciados juntamente com os militares, nos desfiles de sete de setembro, onde as Equipes desfilavam na avenida com uniformes e faixas, expondo seu orgulho pelo trabalho que realizavam.

Figura 22 – Desfile das Equipes no Sete de Setembro



Desfile dos rondonistas da Área Central do Estado, em comemoração ao sete de setembro. As fotos revelam dois momentos: a foto de cima o desfile é realizada na Avenida Medianeira, onde atualmente ocorrem os desfiles militares, e na foto de baixo, os acadêmicos desfilam na Avenida Rio Branco, principal Avenida da Cidade.

Fonte: Arquivo pessoal de Gilson Hiram Machado Soares

Para assumir a Coordenação de Área da Região Central, o Projeto Rondon solicitava a Universidade responsável que indicasse um Professor, que seria cedido, ficando responsável pelo desenvolvimento das atividades e preparação das equipes. Este, devia formar uma equipe para auxiliá-lo em suas funções, contando com professores, funcionários e acadêmicos da Universidade. Já para a coordenação do *Campus* Avançado, de responsabilidade da Universidade, havia uma coordenação especial na própria Universidade, conforme será visto no próximo sub-item.

2.2.1. O Campus Avançado de Boa Vista/Roraima

A experiência que a UFSM conquistou com a administração dos *Campi* Avançados que possuía na sua área geo-educacional, e levando em consideração as atuais demandas do

Projeto Rondon, lhe permitiu propor ao Ministério do Interior, que “as universidades se encarregassem de uma região determinada, ensejando que os esforços tivessem continuidade e pudessem dar frutos” (BARICHELLO, 2000, p.178). Seria a prerrogativa da instalação dos *Campi* Avançados, criados pelo Projeto Rondon e instalados fora da região de influência das Universidades que as coordenavam.

A idéia de implantarmos um campus Avançado na Amazônia ocorreu em um encontro com o Coronel Alexandre, encontro realizado em minha residência, quando explanávamos o anseio que tínhamos, de fazer com que a Universidade Federal de Santa Maria projetasse a sua ação em Mato Grosso ou mesmo na Amazônia. Dali foi um passo a termos posteriormente uma carta do Coronel Alexandre, que guardamos como marco de época, que é esta época da atuação da Universidade na Amazônia, dizendo do seu prazer e de sua satisfação em ser admitido a trabalhar conosco na Universidade Federal de Santa Maria, servir no Exército – no meu Exército - que é a UFSM, e continuar, assim, prestando os mesmos e relevantes serviços que sempre prestou ao Exército Nacional. É uma continuidade de obra, é uma obra de patriotismo. (MARIANO DA ROCHA FILHO In. UNISAN, p.13).

De acordo com o pronunciado o Reitor Mariano, foi em abril de 1969 que surgiu a idéia de lançamento de uma “Base de Operações Avançadas” pela UFSM, e segundo a Coordenação do Campus Avançado de Boa Vista, isso teria acontecido em uma reunião na casa do Magnífico Reitor, Dr. José Mariano da Rocha Filho, onde estavam presentes, além do Reitor, o professor engenheiro Veleda e o então Chefe da Assessoria de Planejamento o Tenente Coronel Alexandre Amendola.

Ainda no mês de abril daquele ano, o Reitor Mariano fez contato com o Ten. Cel. Mauro da Costa Rodrigues, então Coordenador Geral do GT Projeto Rondon, falando das pretensões da UFSM. O Ten. Cel. aceitou amplamente a idéia, “passando a acioná-la, também, junto às Universidades Estadual da Guanabara e Federal de Juiz de Fora. No mês seguinte, foi estabelecido a implantação o Campus Avançado da UFSM/ GT Projeto Rondon no Território Federal de Roraima.

As primeiras idas ao Território foram para reconhecimento e implantação do Campus. O então Governador do Território Walmor Leal Dalcin, através de seu Governo, cedeu a UFSM uma área de cerca de 10 hectares para a construção da Sede Definitiva, junto ao 6º BEC. Cedeu ainda, a residência oficial do Governador para instalação da Sede Provisória, apartamentos no Palácio, para alojar os estudantes do sexo feminino e duas casas à Direção do Campus, onde ficariam alojados o Diretor e o Adjunto com suas famílias. Já a Sede Rural do Campus, ficaria instalada na Fazenda Bom Intento, a 25 Km da cidade de Boa Vista.

O primeiro Diretor do Campus Avançado de Boa Vista, o médico veterinário Ghendy Cardoso e seu adjunto José João Pires de Oliveira, partiram de Santa Maria, juntamente com

suas famílias para assumir o Campus em julho de 1969. No mesmo mês foram enviados pelo GT Projeto Rondon equipamentos, tais como mobiliário, materiais odontológicos e automóveis que serviriam para a locomoção da direção e das equipes. O Governo do Território cedeu o mobiliário e utensílios para a construção dos pavilhões do Campus e ainda implementos agrícolas.

Em 1º de agosto de 1969 foi assinado o Convênio para o envio das Equipes, em Sessão Solene do Conselho Universitário presidido pelo Magnífico Reitor Dr. José Mariano da Rocha Filho, contando com a presença dos Exmos. Srs. Ministro do Interior, José da Costa Cavalcanti, Governador do Território, Maj. Av. Walmor Leal Dalcin e coordenador do GTPR, Ten. Cel. Mauro da Costa Rodrigues.

FIGURA 23 – Assinatura do termo de compromisso para a criação do Campus Avançado em Boa Vista/RR.



Assinatura do termo de compromisso para a criação do Campus Avançado em Boa Vista/RR, em 1969. Estão presentes no ato, além de José Mariano da Rocha Filho, o Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, e o Governador do Território de Roraima, Walmor Leal Dalcin.

Fonte: Departamento de Arquivo Geral da UFSM.

No dia 4 de agosto, em avião da FAB, partiu a 1ª Equipe com destino ao Campus Avançado de Boa Vista/ Roraima. A equipe continha Acadêmicos de último ano (como sempre passaria a ser), de quase todas as Faculdades.

FIGURA 24 – Primeira Equipe enviada ao Campus Avançado de Boa Vista/RR



A primeira equipe a embarcar em direção ao Campus Avançado de Roraima posa para uma foto, antes da viagem, em 1969.

Fonte: Departamento de Arquivo Geral da UFSM.

Cada equipe permanecia no Campus Avançado de Boa Vista, por um mês, dando lugar no mês seguinte a outros acadêmicos que davam continuidade aos trabalhos até então desenvolvidos. Segundo a professora Terezinha, a seleção dos acadêmicos que iam ao Campus era rigorosa, para representar bem a UFSM em suas funções de educadores. “O aluno deverá, não apenas, ter boas notas, mas dominar a sua área, ser um elemento com possibilidades de adaptar-se à situação de Roraima, de poder comunicar-se com aquelas pessoas, ter disposição para o trabalho, primar pela responsabilidade, em outras palavras: ele deverá educar, ser o exemplo” (In.UNISAM, 1972, p.130)

Nos primeiros meses, a área que mais se destacou foi o Setor de Saúde, principalmente odontologia. Já na Fazenda Bom Intento, sede rural do Campus, os acadêmicos e professores encontraram muitas dificuldades, pois, o local há muito tempo estava abandonado, tendo ainda o agravamento do clima, que era desconhecido e que apresentava características diferentes conforme a estação do ano. Segundo a Coordenação do Campus Avançado, nos primeiros meses em que fora instalado o Campus, a Fazenda Bom Intento reagia

negativamente ao serviço, devido a seca causticante e inclemente (MINISTÉRIO..., 1972, p.9).

Em outubro de 1969, o Magnífico Reitor Dr. Mariano da Rocha, faz uma visita ao Campus Avançado, e encontra os acadêmicos desenvolvendo trabalhos braçais, além daqueles a que foram destinados pela Operação. No mês seguinte, partiu de Santa Maria, uma equipe em caráter especial, composta pelo Ten. Cel. Alexandre Amendola, o Eng.º Civil e Eletricista Ivan Gervini, o Eng.º Agr.º Gabriel Rossi e o economista Eliseo Blaya Perez. Estes tinham por missão colher elementos para projetar um Colégio Agrícola para Roraima, em terras do Bom Intento, conforme tinha ordenado o Reitor.

No final do ano de 1969, o balaço feito pela Coordenação do Campus, é de que foi um ano de implantações, onde se verificou os maiores problemas a serem enfrentados no Território, tais como falta de mão de obra, dificuldades com o transporte, que prejudicava a chegada dos implementos e dos materiais cedidos pelo governo ou pelo GT Projeto Rondon, a seca que dura 8 meses e vitrifica a terra, a falta de recursos primários, tais como poços artesianos e ainda a falta de confiança por parte da população e de alguns governantes que desconhecem as razões do Campus e os profissionais que lá estavam. Mas mesmo com essas constatações, foram enviados ao Campus naquele ano 21 professores, 59 acadêmicos, 19 alunos, 1 funcionário e 1 convidado somando 101 pessoas, e foram realizados 17.456 atendimentos no Setor de Saúde (MINISTÉRIO..., 1972).

No ano seguinte seguem os trabalhos na Fazenda, onde são testadas variedades de plantas e de cultuas, que não vingam em função do clima e do ataque de animais, tais como aves selvagens, capivaras, entre outros. Os animais levados de Santa Maria (gansos, marrecos, galinhas de angola, perus, coelhos, etc.) também não resistem às condições climáticas. Inicia-se a criação de gado, com 90 reses de corte, para experimento, dos quais foram fornecidos pelo Projeto Rondon. Após sofrerem com a seca que castigou as lavouras e o pomar, no mês de abril de 1970 iniciou-se o período de chuva, que inundou algumas partes do Território tornando o acesso a Fazenda Intento quase impossível. No entanto viram nessa nova realidade, a possibilidade de testar novas culturas tais como feijão e milho. O gado também reagia bem (MINISTÉRIO..., 1972).

Em junho de 1970 realiza-se no Rio de Janeiro o I Encontro de Coordenadores do GT Projeto Rondon e Campi Avançados. Constatam nesta reunião, que o Projeto Original para o Campus Avançado de Boa Vista/ Roraima foi extraviado no GTPR. “O Ten Cel Alexandre Amendola compromete-se a elaborar uma reformulação desse Projeto, já atualizada, mais

modesta e consentânea com a realidade” (MINISTÉRIO..., 1972, p.18). No mês seguinte é redigido o Regimento Interno do Campus.

Em dezembro de 1970, na presença do Magnífico Reitor e de sua Exma. Esposa, do Ten. Cel. Alexandre Amendola, do Major Av. Mário de Melo, do Dr. Odilon Romeu (Assessor Jurídico do GTPR), do Exmo. Sr. Ministro do Interior, José da Costa Cavalcanti, é entregue pelo 6º BEC o primeiro pavilhão da Sede Definitiva. E “o Exmo. Sr. Governador Helio de Souza Campos fez a entrega de Cr\$ 170.000,00 para construção do 2º pavilhão (refeitório, cozinha, almoxarifado, despensa) e prometeu incluir no orçamento de 1971 mais Cr\$ 200.000,00, para ereção de outros pavilhões” (MINISTÉRIO..., 1972, p.22). Na ocasião é também inaugurada a Avenida Roraima, que passa em frente à sede do Campus Avançado.

No entanto, apesar das conquistas obtidas pela UFSM no Território de Roraima, o Projeto do Colégio Agrícola de Roraima fracassou, pois, segundo a Coordenação do Campus Avançado de Boa Vista, “o MEC segundo notícias oficiosas – considerou de melhor política elevar o Ginásio Agrícola de Manaus a Colégio, em vez de proporcionar um Colégio Agrícola a Roraima” (In. MINISTÉRIO..., 1972, p.24).

O Governo do Território inaugurou, no ano de 1970, a usina de energia elétrica e o sistema de água encanada, com uma estação de tratamento de água, até então inexistente e necessária, já que a água consumida pela população era fonte de verminoses.

Na Sede Rural, as instalações primárias essenciais estavam prontas, no entanto a idéia de agricultura intensiva foi abandonada, devido ao terreno indomável, despesas astronômicas com irrigação, fertilidade e defesa contra os animais silvestres, conforme relata a Coordenação do Campus (In. MINISTÉRIO..., 1972, p.25). Já a horta, a avicultura, o pomar entre outras coisas, foram destinados apenas a subsistência do Campus, uma vez que sua produção é escassa e de grande custo devido às adversidades. A única criação que trouxe esperanças ao Campus foi a criação do gado bovino da espécie rústica.

No ano de 1971, vencidas as primeiras batalhas de adaptação e estabelecimento, o Campus Avançado recebe do PR o valor de Cr\$ 60.000,00 para dar continuidade às obras na Sede Rural. Mas, o maior problema enfrentado pelo Campus era a mão-de-obra escassa, tendo que os próprios funcionários e mesmo o Diretor do Campus atuar como pedreiro, carpinteiro, etc. Assim como os alunos e acadêmicos que abandonam suas atividades para ajudar nas obras.

O Campus adquire por economia própria mais 70 bois de engorda, um congelador, dois ventiladores, um rádio receptor comercial de alta potência, que permite ouvir estações brasileiras, algo raro na região e ainda material de restauração odontológica. Demonstrando

que aos poucos o Campus Avançado da UFSM em Boa Vista / Roraima, começara a caminhar com seus próprios recursos, apesar das dificuldades encontradas, despontando “lindamente”, conforme relata a Coordenação do Projeto Rondon, “passando a receber pecuaristas visitantes: cercas prontas, máquinas, horta, plantel avícola e um curral modelo, atraem a população que passa a procurar cada vez mais a Sede Rural e tomá-la como referência. A limpeza e a beleza da Sede Rural fazem com que seja conhecida como ‘Fazenda das casas bancas’” (In. MINISTÉRIO, 1972, p. 46).

No mês de março de 1971, ocorreu o II Encontro de Coordenadores e Diretores de Campi Avançados, no Rio de Janeiro. Estavam presentes o Ten. Cel. Alexandre Amendola e o Diretor Eng.º Agr.º Jovelino Pozzera. Na ocasião foram apresentados os seguintes assuntos:

A saída do Coordenador, Cel. Av. Roy Hermínio Afonso Friede;
As novas diretrizes a seguir pelo 'Projeto Rondon' (não mais GTPR), agora um Órgão Autônomo;
As experiências dos Campi existentes;
As idéias dos novos Campi a serem lançados. (Ministério, 1972, p.32, 33)

Em setembro de 1971 o pavilhão 2 do Campus começa a tomar forma e o pavilhão 1 é ocupado pelas acadêmicas, liberando as casas que estavam sendo ocupadas e que a UFSM estava pagando aluguel. A construção dos pavilhões 3 e 4 é iniciada, com a ajuda do Governo do Território, sob a gestão do Governador Helio da Costa Campos. Mas é só a vigésima sétima equipe que faz a mudança do Campus Avançado para o seu local definitivo (FIGURA 25 e 26).

FIGURA 25 – Instalações do Campus Avançado de Roraima



Fonte: Arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa.

FIGURA 26 – Fachada da Sede Urbana do Campus Avançado de Boa Vista

Fonte: Arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa.

O Coronel Amendola usa alguns “gauchismos”, para representar as dificuldades enfrentadas na Amazônia, na abertura do UNISAM: “na Amazônia, realmente, nós ‘fizemos ponta de sinuelo’, em Roraima, nós ‘estamos nadando de poncho contra a correnteza’”. (AMENDOLA, In. UNISAM 1972, p. 16). O Cel. Amendola usa a expressão “fizemos a ponta de sinuelo” reportando-se a época em que foi pensada a implantação do Campus Avançado, que segundo ele, em meados de 1969, não se falava em Amazônia, “a Amazônia não tinha ferido a susceptibilidade nacional, como esta ferindo agora” e exclama que “de fato somos pioneiros, e pagamos muito por isso, os senhores pagaram muito por isso. Aqui mesmo vejo gente que – até alguns tendo o grau de mestrado – serviram de poceiros, de operadores braçais. Então, nós realmente desbravamos, ‘fizemos ponta de sinuelo’” (AMENDOLA, In. UNISAM 1972, p.16).

O Coronel Amendola coloca (In. UNISAM, 1972) que os problemas da “Amazônia típica, clássica” já eram conhecidos, ou ao menos já estavam sendo estudados e divulgados, no entanto Roraima não. Foi só em 1970 e 71, que começaram a compreender o tamanho do Brasil e a conhecer o Território de Roraima. Segundo ele, Roraima enfrentava problemas mais graves que a Amazônia, problemas esses que eram temidos neste. “A nossa Universidade tem

que resolver o problema mais difícil. [...] Defrontamos, hoje, em Roraima, em boa parte do Território, aqueles problemas que surgiram na Amazônia daqui a 50 ou sem anos” (AMENDOLA, In. UNISAM, 1972, p.17). O Cel. Amendola referia-se aos desmatamentos indiscriminados e as explorações “sem gabarito”. O Território de Roraima possuía em 1971 uma área de 230 mil quilômetros quadrados e 40 mil habitantes.

O prof. Ivo coloca que o grande desafio que a sua geração teve era da ocupação efetiva e produtiva do Brasil, manifestando-se especialmente na Amazônia, da qual corresponde à praticamente metade do Território nacional (In. UNISAM, 1972, p.18). “Quando falamos em ocupação, devemos lembrar que essa ocupação, para ser realmente válida, deve ser uma ocupação não somente efetiva, mas ocupação produtiva”. (MÜLLER FILHO In. UNISAM, 1972, p.19). O prof. Ivo ressalta a semelhança de Roraima com o RS, no entanto enfatiza as diversidades climáticas e geográficas da Região, pois, não há uma unidade física na Amazônia. Na época (1971) a concentração populacional da Amazônia estava em poucos pólos de desenvolvimento urbanos, em praticamente dois: Belém e Manaus; e um sub-pólo em Boa Vista.

Ao referir-se aos problemas de comunicação enfrentados pelas equipes que iam a Roraima, o professor Ivo relata:

Quem esteve lá, sabe do problema de comunicações. É um problema importantíssimo e, graças à EMBRATEL, está sendo resolvido. Ouve-se mais a Voz da América, a Voz de Cuba, que a voz de emissoras brasileiras, em Roraima. Por que isso? Porque Roraima está em um ponto extremo do Brasil. E temos a felicidade de termos recebido este desafio, de colaborarmos para aproximar mais este ponto extremo, do “todo” brasileiro, fazer com que ele se integre, realmente, no “todo” brasileiro. (Ivo In. UNISAM, 1972, p.22).

Referindo-se a comunicação entre o Campus de Roraima e o Campus da UFSM, o professor Ubiratan revela que a única frequência de rádio brasileira captada era a da própria Universidade. Os contatos com Santa Maria eram feitos através de rádio amador (FIGURA 27), e com Brasília, pela rádio própria do Projeto Rondon. Outra forma de contato entre as equipes de Roraima e a UFSM se dava durante a troca das equipes, o que acontecia a cada 30 dias (Entrevista concedida em 19 de outubro de 2010).

FIGURA 27 – Meio de Comunicação entre o Campus Avançado de Roraima e a UFSM



Fonte: Arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa.

Fazendo referência à importância do Campus Avançado para a UFSM e ainda em relação a sua importância estratégica, no que se refere à localização, o Professor Mariano da Rocha expõe durante o Primeiro Seminário sobre a Universidade Federal de Santa Maria e a Amazônia, em 1972, e ainda salienta que essa ousadia faz parte da filosofia adotada pela Instituição ao qual foi o fundador e que atua como Reitor, como pode-se verificar em seu discurso:

Hoje quando expunha a filosofia da Universidade para o desenvolvimento a eminentes educadores, eu lhes mostrava essa idéia nossa, idéia original, que pertence a Santa Maria, de adequarmos o desenvolvimento à vocação [...], à vocação da terra, à vocação do solo. Expunha, então, o nosso plano de expansão, e depois lhes mostrava o mapa das Américas com a Faculdade Inter-Americana de Educação, de Pós-Graduação, e os países que já participaram dela; e chamava-lhes a atenção para a importância da UFSM em relação à América Latina, mostrando que ela efetivamente adentra-se na mais densa concentração de irmãos nossos e países irmãos, aqueles que revelam, pela sua densidade, o seu desenvolvimento. Disse-lhes, também, que sabíamos falar a língua dessas repúblicas, não só no sentido exato do termo, mas também no sentido figurado, um vez que convivemos com eles aqui no Sul, e o fazemos há mais de cem anos, cem anos de paz e de trabalho de irmãos. Um dos representantes, olhando o mapa da América Latina, e sabendo do nosso Campus Avançado em Roraima, nos perguntava: “Então agora os senhores vão ter um outro Campus, outro ponto idêntico ao de Santa Maria junto aos países situados no Hemisfério Norte, em países Latino-Americanos no Norte, em Roraima?”. Efetivamente, se olharmos o mapa do Brasil, veremos que a mesma posição proeminente do Rio Grande, da área geo-educacional da nossa Universidade, no Sul, é também repetida pelo nosso Campus Avançado em Roraima, ao Norte. (Mariano da Rocha, In. UNISAM, 1972, p.14).

A professora Primavesi coloca a diferença entre “ocupar” o território de Roraima e “integrar” aquele Território. O primeiro teria o sentido de ocupação e colonização, imposição

dos conhecimentos, levando a população local à marginalização. Mas já a integração acarreta em estudar os problemas da população e do Território,

resolvendo juntos as medidas cabíveis aos problemas que surgem; a população toma parte ativa no processo. Se há imigração, esta se integra, e o povo se desenvolve junto com o processo econômico e cultural, adotando um espírito e uma cultura nova, que se aproxima cada vez mais a esta do país a que se integram, e aos laços culturais, técnicos e econômicos. As áreas integradas amam sua Pátria e são baluartes avançados dessa pátria. (PRIMAVESI, In. UNISAM, 1972, p.78).

E segundo a professora Primavesi, o objetivo do Campus Avançado de Boa Vista é de integrar o Território, para que pudessem o Território e a UFSM crescer juntos.

Para isso, sentindo a necessidades do Território em formar pessoas qualificadas para atuarem nos cargos administrativos e principalmente para formarem professores, foram realizados diagnósticos junto às escolas, por meio de questionário. Com isso detectou-se segundo a professora Terezinha, que havia uma população estudantil considerável no território, entretanto, muito deficitária. Em dezembro de 1970, no ensino primário da capital havia 4.306 alunos e no interior 4.337 alunos. Esses alunos eram atendidos por 176 professores na Capital e 169 no interior. Os professores, em boa parte, tinham curso pedagógico (normal do segundo ciclo). Havia também, professores de nível 9 que são aqueles que tiraram o ginásio normal, dado pelo Instituto de Roraima. Tinham ainda professores de nível 7 que não eram titulados, eles possuem “apenas o curso primário, que tem as primeiras séries do ginásio comum, e dificilmente, até a 4º série ginásial”. (In. UNISAM, 1972, p.124). Isso demonstra a pouca qualificação apresentada pelos professores.

Então, foi realizada uma reunião com: o Diretor da Divisão, Professor Santóris e seus assessores, a direção do Campus, os acadêmicos da área de Educação, e com os professores e diretores das escolas de Boa Vista. Com isso, foi apontado à seguinte prioridade: o ensino primário, principalmente no que tange a alfabetização, e havia dois aspectos a considerar, bem distintos, o interior e a capital.

Dáí surgiu a sugestão de que as equipes de Educação do Campus realizassem cursos para professores do primário, e, ainda mais, fossem às escolas primárias e lá atendessem a essas professoras. Esse pensamento foi aprimorado e em 1972 foi concluído o Projeto, que, em linhas gerais, previa o funcionamento de um Curso de Estudos Sociais e um Curso de Letras, em nível de licenciatura de 1º grau.

Esse curso funcionaria em regime especial, preponderantemente no período de férias escolares, conforme relata o professor Benites:

em linhas gerais, o projeto se desenvolvia em três etapas, que correspondiam a três séries, três anos. Cada etapa era dividida em duas partes, uma fase intensiva e uma fase não intensiva. Eu permanecia lá enquanto essas fases de cada etapa estavam se desenvolvendo. Eu passava lá janeiro e fevereiro, depois voltava no seminário, com os professores. Ficávamos lá uns 15 dias, depois retornávamos. Ai eu voltava para lá na segunda fase intensiva do mês de julho e novamente para o seminário do segundo semestre. (Entrevista concedida em 28 de março de 2011).

A Fase Intensiva acontecia nos meses de recesso escolar, janeiro e fevereiro, e depois em julho. Para essa fase eram deslocados professores da UFSM, que elaboravam um projeto de aula para ser aplicado em Roraima. Cada mês ia um grupo de professores que eram no mês seguinte substituídos por outros. As aulas eram bem intensivas. “No meio, para não prejudicar o processo de ensino aprendizagem, nós criamos uma fase não intensiva. Essa fase não intensiva tinha o propósito, de não haver essa descontinuidade” (BENITES, entrevista concedida em 28 de março de 2011).

Os professores das disciplinas que eram ministradas nos dois primeiros meses de forma intensiva, deixavam temas para um seminário que se desenvolveria no mês de maio. Portanto, durante esse espaço de tempo os alunos tinham que trabalhar, estudar determinados temas que seriam apresentados no seminário. No seminário que durava 15 dias, duas semanas, eram deslocados um número menor de professores, normalmente um professor por área.

Esses seminários aconteciam à noite, para não prejudicar os alunos, que eram professores das escolas locais. Os alunos que não haviam atingido a nota necessária para ser aprovada tinham outra chance, pois, os professores que tinham alunos que não tinham conseguido a nota de aprovação emitiam provas para esses professores que iam lá fazer o Seminário. “Se por acaso fosse o professor da disciplina eles já corrigiam lá mesmo, se não eles traziam a prova para o professor corrigir” (BENITES, entrevista concedida em 28 de março de 2011).

Terminado o seminário começava a segunda parte da fase intensiva que ocorria no mês de julho. E como no primeiro semestre, havia também uma fase não intensiva, onde os alunos se preparavam para um novo seminário que ocorria no mês de outubro. Quando terminava o mês de outubro, terminava uma etapa. Eram três etapas. “Cada três etapas, durante três anos, nós formávamos os professores. Para as formaturas nós fazíamos a mesma coisa, levávamos a universidade para lá, quando o Reitor não podia ir, ia um representante dele. O diploma era emitido aqui na universidade, pelo Derca” (BENITES, Entrevista concedida em 28 de março de 2011).

FIGURA 28 – Cerimônia de Formatura realizada no Campus Avançado de Roraima



Formatura do Curso de extensão da UFSM em Roraima.

Fonte: Arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa

O professor Benites lembra, que “eles eram alunos da universidade, tinha vestibular especial para eles, com provas específicas, para esses cursos. Os candidatos eram submetidos ao concurso do vestibular. O número de vagas eram 35 por curso e a demanda era mais ou menos o número de candidatos” (Entrevista concedida em 28 de março de 2011).

Depois de formar esses professores a UFSM, por meio de Projetos especiais desenvolvidos para o Campus Avançado de Boa Vista, tinham a intenção de complementar os cursos e garantir aos professores uma licenciatura de segundo Grau, assim como cursos de qualificação, e Pós Graduação, para que esses professores pudessem atuar no ensino superior. Entretanto esse projeto não foi levado adiante.

Segundo o que relata o professor Ubiratan, o Campus da Universidade em Roraima esteve fechado por um período, entre o segundo semestre de 1976, e início de 1977. Mas

em fevereiro de 1977, chegou um documento do gabinete da Casa Civil da Presidência da República, o Ministro chefe manda um rádio, que era o meio de comunicação, para o professor Helius Bernardes, então Reitor da Universidade, exigindo praticamente que fosse reaberto o Campus, pra isso teria que ser nomeado um novo Diretor, e ser montada uma nova estrutura, depois do tempo que ele esteve fechado. (DA COSTA, entrevista concedida em 19 de outubro de 2010).

Durante o período que o Campus de Boa Vista esteve fechado, “ficou tomando conta das instalações um servidor técnico administrativo que fazia parte desse grupo de trabalho, que era a Coordenação do Campus Avançado, um colega nosso Tufi Calil. E o Calil ficou lá uns tempo, uns seis, sete meses” (DA COSTA, entrevista concedida em 19 de outubro de 2010). Ele tomou conta do Campus até a chegada da nova equipe determinada pelo Reitor Heliús Bernardes.

O professor Ubiratan relata que juntamente com o Coronel Amendola foi tomar posse da Direção do Campus, no ano 1977. Lá o Coronel Amendola lhe

apresentou ao Governador Fernando Ramos Pereira, que foi a pessoa que teria determinado o encerramento das atividades do campus, por algumas questões do momento já lá pelo meio de 1976. E quando então eu cheguei lá era o Tufi que estava tomando conta, e nós fomos até o Palácio do Governo para a apresentação formal. E depois logo em seguida chegou uma equipe de decanos, que na época nós chamávamos, que era diretor de centro, que fazia parte dessa comitiva da Universidade que o Reitor teria determinado para fazer as novas negociações com o governo do território da época e já estabelecer os novos projetos, os novas formas de trabalho e toda a questão do envolvimento com as secretarias e com as companhias do governo, que era a companhia de energia elétrica, companhia de desenvolvimento de Roraima, e eram com quem a gente tinha alguma relação de trabalho depois. (DA COSTA, entrevista concedida em 19 de outubro de 2010)

Segundo do professor Ubiratan a sua responsabilidade era grande, porque teria que “recuperar o nome da Universidade Federal de Santa Maria e do Projeto Rondon, diante de uma comunidade que já se mostrava até hostil, contra os gaúchos”. Pois, algumas pessoas da população local “consideravam a presença dos gaúchos como uma intromissão na vida do Território”, (Apud. MOTTA, 2007, p.106). A começar pelo ritmo de trabalho imposto pelos gaúchos, que para os nativos era considerado muito pesado.

De acordo com o Professor Ubiratan, seu trabalho no Campus Avançado de Roraima, foi no intuito de recuperar a imagem perdida, trabalhar em prol da melhoria da cidade e da própria Secretaria do Governo do Território. Desta forma em parceria com as Secretarias da Educação e da Saúde montaram um plano, que lhes traria novamente a credibilidade perante a população (entrevista cedida no dia 19 de outubro de 2010).

O Campus Avançado de Boa Vista utilizava a Fazenda Bom Intento, que pertencia ao Governo do Território, e estava cedida a UFSM, para a realização de experimentos. No entanto os custos para o investimento na Fazenda eram muito altos, e agravava-se na medida em que alguns deles não tinham sucesso, tornando a manutenção da fazenda onerosa para a Universidade. E como a sede da Fazenda encontrava-se distante da sede urbana do Campus, a

UFSM optou por encerrar as atividades na Fazenda e manter somente as atividades na sede do Campus, desenvolvendo seus trabalhos no Território de Roraima.

O Professor Ubiratan relata que:

quando o Campus Avançado de Boa Vista fechou, em 1985, a Universidade perdeu um membro. Infelizmente, eu estava lá no dia em que aconteceu a assinatura de encerramento. O Professor Mariano esteve presente, já um pouco desgastado, pela saúde debilitada, mas foi a Boa Vista para assinatura de encerramento das atividades. Não gostei de presenciar aquele gesto. Parecia ver o pai no enterro do filho, pois o Campus era a menina dos olhos dele” (Apud. MOTTA, 2007, p.108).

Segundo o Professor Ubiratan, o Campus precisou ser fechado em decorrência da abertura política, e das pressões político-partidárias, que não entendiam haver cabimento em manter um projeto do regime militar. Assim, o Campus passou a desacelerar suas ações, até parar em plena atividade, já que não foi extinto por estar parado, mas sim porque lhe foi imposto. Segundo o professor Ubiratan “foi estabelecido um determinado período para o encerramento das atividades, o que acontece de fato, em 1985, no primeiro ano do Governo Sarney, com a tal Nova República” (Apud. MOTTA, 2007, p.108).

Após o fechamento do Campus Avançado da UFSM em Roraima, ainda no Governo do Presidente Sarney, foi assinado o termo de criação da Universidade Federal de Roraima. Mas apesar de a UFSM não ter se envolvido com o processo de formação dessa Universidade, certamente a experiência do Campus Avançado, deu-lhes uma boa estrutura, até mesmo na formação dos professores. A Universidade Federal de Roraima, solicitou ajuda administrativa de uma instituição do Nordeste para sua estruturação administrativa. Segundo o professor Ubiratan, o fato de não terem solicitado o auxílio da UFSM, deve-se a distância e aos custos que essa operação teria. E, possivelmente, essa foi uma recomendação de Brasília (Entrevista concedida em 19 de outubro de 2010).

A experiência no Projeto Rondon e em especial no Campus Avançado foi gratificante e de extrema importância para o desenvolvimento da UFSM, segundo declarações de José Mariano da Rocha,

a Amazônia foi uma grande escola para a UFSM, especialmente no que tange à ralação da terra com o homem que habita. Os diversos setores que atendiam ao Campus Avançado, através do trabalho contínuo de equipes e de um estudo sistematizado, aprenderam a valorizar culturas locais, os métodos de cultivo e a respeitar a força da natureza tropical. (In. BARICHELLO, 2000, p.179)

Tendo isso em vista, julga-se importante e justificável a criação de um espaço museológico que contemple e permita as atuais gerações perceber os relevantes feitos realizados pela UFSM no Projeto Rondon e em todo o território nacional. E que esse espaço também sirva de inspiração para novas ações altruístas e prol do desenvolvimento de comunidades carentes em todo o Brasil.

CAPÍTULO 3 – MEMORIAL PROJETO RONDON

O Projeto Rondon, criado em 1967 pelo Governo Militar em parceria com as Universidades brasileiras, realizou ao longo de vinte e dois anos, trabalhos voluntários em comunidades carentes em todo país. Prezando pelo desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental dessas comunidades, criou oportunidades para os acadêmicos realizarem estágios voluntários, contribuindo para ampliar os conhecimentos e qualificar suas formações.

A nova fase do Projeto Rondon, que iniciou em 2005, fez reacender nos antigos rondonistas a mesma vontade e o mesmo entusiasmo pelos ideais altruístas criados em 1967. No entanto, não são todos os que ainda possuem condições de participar das novas operações já que muitos se encontram em idade avançada. Todavia, estes mantêm vivas na memória as histórias e experiências que tiveram por todo Brasil a frente do Projeto Rondon. Possuem também guardados em seus arquivos pessoais informações e fotografias das populações e regiões por onde passaram. E, segundo Barros, “quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro destas memórias” (2011, p.1).

Segundo Barros (2011), assegurar esses registros, é uma forma de adquirir controle sobre eles, de impedir que caiam no esquecimento e que deixem de ser analisados criticamente. Nesse mesmo sentido, reafirma-se a necessidade de se preservar a memória do Projeto Rondon e dos rondonistas, que como já mencionado anteriormente, encontram-se em idade avançada. Sendo assim, corre-se o risco da perda de suas memórias e de suas histórias, das quais, ao contrário de acontecimentos como o holocausto que deve ser lembrado para não ser repetido, por ter sido uma ação trágica, as ações do Projeto Rondon, devem ser lembradas para serem repetidas, analisadas, reformuladas e reproduzidas. Pois, através da apropriação desse conhecimento, dessa memória, de grandes feitos em prol de comunidades carentes em todo o território nacional, será possível gerar nos acadêmicos do presente e do futuro, um sentimento de identificação com os trabalhos autoístas praticados pelos rondonistas em todo o Brasil.

Pois, essas lembranças e vivências que compõem a memória, são lembranças compartilhadas, experimentadas e apropriadas por pessoas da mesma geração. “Mas, cada um, e acordo com sua história de vida, lembra (e também vivencia), de maneiras diferentes, o

mesmo acontecimento, por isso dizemos existir tanto uma memória coletiva quanto uma memória individual” (OLIVEIRA, CARBONERA, ARGENTA In: MILDER, 2006, p.171). Entretanto, não se pode dizer que a memória é completamente coletiva ou completamente individual, pois, são feitas de composições e recomposições mútuas.

Sendo assim, as autoras chamam atenção para a forma com é construída a História, salientando que se perceba

que o movimento da história é feito por mim, mas não apenas por mim, é feito por quem veio antes, quem está comigo e por quem virá e, o que fazemos, deixa marcas, vestígios, legados, patrimônios, envoltos por sentimentos de saudade, felicidade, nostalgia, mágoa, amor, unidade, conflito, opressão, liberdade e tantos outros [...]. Cada um deles pode ser evocado, trazido ao presente e a partir dos mais variados registros, das mais variadas formas de expressão, rememoração ou sensação. A memória é o que possibilita a vida, a ação, o pensamento, a percepção do mundo, as comparações, ordenamentos, as seleções, o entendimento. (OLIVEIRA, CARBONERA, ARGENTA In: MILDER, 2006, p.177)

Esses sentimentos, referenciados acima, tais como saudade, felicidade, nostalgia e paixão, podem ser verificados no documento escrito pelo Tenente-Coronel Mário Costa Rodrigues, referente ao Projeto Rondon, publicado no site http://www.ufrgs.br/projetorondon/h_apresentacao.htm, intitulado como “Apresentação”. No documento o Tenente Coronel Rodrigues, apresenta um breve histórico sobre a origem do Projeto Rondon, e seus idealizadores. Descreve ainda, a forte ligação que os primeiros coordenadores, como ele próprio, possuem hoje com o Projeto Rondon, e seu desejo que a memória destes e das ações extensionistas realizadas ao longo de 44 anos, sejam propagadas e preservadas. Esse entusiasmo e compromisso com a memória do Rondon pode ser percebido no seguinte trecho da fala do Tenente Coronel Rodrigues:

Assim, convocamos o Cel. Pasquali, e a Professora Mirian que o sucedeu na Presidência da já Fundação Projeto Rondon, para que se manifestem, corrigindo e complementando as muitas lacunas que, temos certeza, o documento apresenta. [...] Que se manifestem [...]. Que dêem suas opiniões, contem fatos ou experiências vividas os que tenham participado dos "campi avançados", dos "programas de interiorização", de "operações regionais", de "operações especiais", etc., o Dr. Coelho, o Adroaldo, o Tubinambá e tantos mais. [...] Finalmente, que registrem suas passagens pelo Projeto Rondon os milhares de participantes que não chegamos a conhecer, aos quais deixamos aqui expresso nosso reconhecimento. [...] Por tudo isso é que apelamos para que não se omitam, dêem suas contribuições, façam suas críticas, corrijam as omissões ou o com que não concordem, consertem os pontos falhos da narrativa ou as falhas de minha memória. (RODRIGUES, 2008).

Diante da empolgação e dedicação de todos que coordenaram e participaram do Projeto Rondon, seja na primeira fase ou na segunda, ainda em atividade, julgou-se necessário e importante reconhecer, valorizar e preservar a memória do Projeto Rondon, através dos depoimentos e das imagens produzidas pelos rondonistas, pelas comunidades atendidas e pela mídia. Pois, estas se constituem como Patrimônio Cultural do Brasil, na medida em que retratam as diversidades culturais da população brasileira. Deste modo, essa iniciativa além de reconhecer a importância do trabalho dessas pessoas, expondo suas memórias e recordações, possibilita a socialização dos conhecimentos adquiridos por estes, já que nem todos possuem a oportunidade de conhecer as mais diversas regiões e realidades do Brasil.

Levando-se em consideração que este conhecimento e estas memórias, construídas a partir das experiências com as Operações do Projeto Rondon, estão guardados em arquivos pessoais e ignorados pela sociedade, torna-se fundamental uma ação em detrimento da socialização desse patrimônio. Pois, segundo Gonçalves (1996), “na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada altero as fronteiras entre um e outro domínio, altero minha posição em relação a interlocutores situados no espaço público” (apud STEFANELLO, 2008, p.22).

Assim, o seguinte trabalho, tem por objetivo, resgatar, valorizar, preservar e tornar pública a participação dos rondonistas e do Projeto Rondon na Universidade Federal de Santa Maria desde sua criação no ano de 1967 até os dias atuais, através da proposta de criação de um Memorial. Este abrangerá, desde os relatos orais dos rondonistas, espaço para exposição, arquivo documental e fotográfico, sala de reuniões e socialização. Estará aberto ainda para a participação do público acadêmico e interessados em conhecer as diversidades brasileiras e o trabalho de extensão realizado pela UFSM através do Projeto Rondon. Será também, um lugar de pesquisa, ações educativas e servirá como sede da Coordenação de Projeto Rondon na Universidade.

A proposição do resgate da memória dos rondonistas e a criação de um Memorial em homenagem a estes, servirá não só para exaltar seus feitos, mas possibilitará a valorização da participação do Rio Grande do Sul num programa com a importância e abrangência do Projeto Rondon. E como este trabalho tem caráter contínuo, levando em conta que depois de criado o Memorial, este deverá ser constantemente atualizado pelos novos rondonistas, e servir como um espaço para exposições, interação e pesquisa, possibilitará sua permanência e êxito. Pois, como coloca Camargo (1999):

Tais centros apresentam como característica fundamental a proposta de trabalho que envolve a reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as “fontes primárias”) e de conjuntos documentais diversos (de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópia) reunidos sob o critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história. Trabalha-se, portanto, com informação especializada. (CAMARGO, In: SILVA, 1999, p.50).

E ainda, segundo Camargo, referindo-se aos Centros de Documentação Universitários, “esses acervos, organizados e tornados disponíveis à consulta, servem, sobretudo de apoio às pesquisas realizadas por docentes e alunos da comunidade acadêmica”, (In SILVA, 1999, p.50), por isso devem possuir um caráter permanente, que possibilite ampliar o alcance de seus serviços aos demais seguimentos sociais, possibilitando àqueles possíveis interessados, fazer uso das informações disponíveis. Pois, segundo OLIVEIRA, CARBONERA, ARGENTA, os “lugares dedicados à preservação da memória não são lugares do passado, são lugares, sobretudo, do presente. Presente que, povoado de história, fruto do que passou, mantém, institui lugares exclusivos para guardar, celebrar, estudar, pensar sobre o passado” (In: MILDER, 2006, p.179).

Mas, a criação do Memorial só será completa se houver com o público uma relação, onde estes desenvolvam um sentimento de pertencimento, onde possam trazer à tona uma série de sensações adormecidas. Onde possa haver um diálogo, uma ação social, em que o público se sinta representado e atuante em todas as ações. E é com base nessas condições que foi proposta a criação do Memorial Projeto Rondon, do qual se propõe a ser um espaço museológico, de acordo com a Nova Museologia, como será visto a seguir.

3.1. Memorial Projeto Rondon: Um Espaço Museológico

O Memorial Projeto Rondon, designa ser um espaço museológico, de caráter permanente, dialético e social. Tem por referência a Nova Museologia, que segundo Heloisa Barbuy, é “uma filosofia guiada pelo sentido de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização, de envolvimento das populações ou comunidades implicadas em seu raio de ação”, e essa deve, além de estudar a relação do homem com a sua realidade, “inserir-se nessa realidade e agir sobre ela” (1989, apud CANDIDO, 2006. p.4).

Nesse sentido, o Memorial Projeto Rondon, tem por meta, torna-se um espaço público, um museu-laboratório, onde através dos conhecimentos adquiridos por meio de suas ações, possam ser criadas novas iniciativas e projetos em prol da sociedade. Já que a intenção do Memorial, além da salvaguarda da memória do Projeto Rondon, é incentivar os acadêmicos a

darem prosseguimento às ações sociais praticadas pelos rondonistas. Tendo em vista isto, o Memorial buscará perpassar seus muros, tornando-se um museu aberto, onde a comunidade se identifique e se expresse (STEFANELLO, 2008, p.25).

Sendo assim, o Memorial, na prática museológica a qual se destina, deverá abordar, estudar, pesquisar e comunicar a realidade social. Não se preocupando apenas com o conteúdo expositivo, mas com o contexto que desvela através do que expõe. Isso significa politizar a exposição, criar diálogos com os públicos, gerar ações e estimular a busca por novos conhecimentos. Segundo Barroso, o visitante nessa perspectiva, diante da exposição, “é convidado através dela, a ler o mundo lá fora” (200, p.147, 148). E perante isso, pensar meios para solucionar problemas da sociedade. Pois, de acordo com os autores José do Nascimento Júnior e Mário Chagas:

De modo bastante visível os museus estão em movimento e já não são apenas casas que guardam marcas do passado, são territórios muito mais complexos, são práticas sociais que se desenvolvem no presente e que estão envolvidas com criação, comunicação, afirmação de identidades, produção de conhecimentos e preservação de bens e manifestações culturais. (In: MINISTÉRIO..., p.14).

Entretanto, pensar num museu dialético, que envolve a comunidade em suas atividades e ainda incentive a prática de ações em prol do bem estar e do desenvolvimento da sociedade, tendo, muito mais que uma função expositiva, uma função social, ainda é considerada revolucionária. No entanto, esta prática vem sendo adotada e reivindicada pelos gestores dos museus há algum tempo. Sendo assim, é fundamental estudarmos as transformações ocorridas com a museologia, “que é a ciência que estuda a relação entre o homem e o objeto em um determinado cenário, no caso o museu” (STEFANELLO, 2008, p.25).

Não será, no entanto, realizado um resgate histórico desde a origem dos museus, na Grécia Antiga, pois o objetivo é compreender o referencial pelo qual o Memorial Projeto Rondon se dispõe a seguir. Para isso, será abordada a origem, as perspectivas e as aplicações da Nova Museologia, assim como a Política Nacional de Museus, que a partir de 2003 regulamenta o funcionamento e a criação dos Museus no Brasil.

3.1.1. A Nova Museologia

A mudança de pensamento em relação ao papel do museu na sociedade tem influência direta dos ideais defendidos pela Escola dos *Annales*, que nascida em 1929 na França, foi internalizada no Brasil a partir da década de 1960, e que exerceu “um papel decisivo ao

revolucionar a noção de documento histórico. [...] A história renovada lançava um novo olhar sobre a história, sobre seus instrumentos, objetos e objetivos” (BARROSO, 2000, p.144). E ainda segundo Barroso, esse novo olhar lançado sobre os documentos e sobre os objetivos da história, faz com que ocorra aos poucos uma “revolução do conhecimento” e isso passa a interferir na prática vivenciada nos museus. A partir de então, passa a ocorrer uma “luta no interior das instituições, tímida inicialmente”, mas que “provoca um repensar e leva a ações que traduzam este novo paradigma” (2000, p.145).

Valendo-se do suporte teórico de Mário Chagas¹⁵, Barroso destaca que ao longo de mais de 100 anos, os militantes da profissão, vem lutando por mudanças na já enraizada “tradição museal”, da qual “não sedia espaço para o reconhecimento da necessidade de estudar os fundamentos da museologia ou, se o faziam não era relevante” (2000, p.145). Mas, nestes últimos 40 anos, a prática museológica, passou a direcionar-se para o que Mário Chagas chama de “*museologia extraordinária*, quando, então, múltiplos questionamentos passam a centralizar o trabalho. É quando emerge dentre as interrogações postas na mesa, a que questiona sobre a função social do museu, da museologia, enfim” (BARROSO, p.145).

Neste sentido, Chagas (1996), coloca que a museologia extraordinária, estaria na prática dialética nos museus. E segundo ele, essa prática, “é revolucionária na medida em que ela não esconde, na sua pesquisa, na sua coleta e no que expõe, as contradições da sociedade. Ao contrário, desvela-a e a revela, na tentativa de explicar a síntese da realidade histórica que se está vivendo” (apud BARROSO, 2000, p.147). Deste modo, os museus passam a compreender novos objetivos, traçados por novos problemas, dos quais, até então, a História não se ocupava. Volta-se para a realidade social, e não mais para uma História Oficial, tradicionalmente representada nos museus até o século XX.

De acordo com isso, Moraes coloca que a partir de meados do século XX, e mais especificamente, entre a transição dos anos 1960 para os anos 1970, o museu “reverteu uma imagem social que o vinculava ao passado, ao silencioso, ao superado, ao desajustado diante de sua época” onde era visto como um “lugar de memória oficial, da consagração e estetização do autoritarismo e exclusivismo de grupos sociais dominantes e de produção de uma história que não encontrava relações com o contexto em que existia”. Segundo ele, o museu, após esse período, “transformou-se num lugar de prazer, aprendizado e troca. Uma instituição comprometida com o uso dos mais modernos suportes, com o uso intensivo de tecnologias, com o debate permanente do novo”, pois passou a incluir temas, objetos e

¹⁵¹⁵ CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

recortes diferentes. Moraes prossegue dizendo que os museus passaram a atrair multidões que “encheram os museus e o transformaram em uma instituição dotada de vida própria, o transformou em sucesso cultural, imagético e de público.” (2009, p.57). E ainda salienta que a partir de 1970, os espaços de memória se transformaram em parte do cotidiano da cidade, e passaram a fazer parte da Indústria Cultural e da Cultura de Massas, se transformando em referência de desenvolvimento cultural.

Essa mudança de postura dos museus, entretanto, ocorrida ao longo do século XX, só foi possível com a intensificação das discussões, que possibilitaram o questionamento sobre a Museologia. E foi através destes debates, devido a crise de paradigmas na Museologia chamada tradicional, segundo Duarte Candido (2006) que se gerou “um movimento chamado Nova Museologia, que em alguns momentos pareceu ser ‘uma outra Museologia’” mas que foi considerada “como ondas de renovação dentro da própria museologia”.

E, segundo Duarte Candido, para Peter Van Mensch¹⁶, um estudioso do assunto,

existiram duas revoluções no universo dos museus. A primeira delas no final do século XIX, com a criação de organizações profissionais, códigos de ética e associações de amigos dos museus, além de profundas alterações na linguagem expositiva [...]” [...] ”A segunda seria a chamada *New Museology*, fruto do rompimento com a idéia de coleção como base dos processos museológicos e da organização dos museus. A partir daí essa organização se estabelecerá nas funções dos museus. Nessa segunda revolução, surgiu o que ele considera a contribuição mais relevante da América Latina para o pensamento museológico internacional, o documento de Santiago e a noção de museu integrado. (DUARTE CANDIDO, 2002, p.11, 12)

O Museu Integral ao qual o autor se refere, leva “em consideração todos os problemas da sociedade e, além disso, compreendem essa instituição como uma entidade instrumento da mudança social” (STEFANELLO, 2008, p.27). Isso já era percebido no Seminário Regional da UNESCO (Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura), realizada no ano de 1958 no Rio de Janeiro, que tinha como tema “a Função Educativa dos Museus”. Esse Seminário “propôs uma reflexão sobre qual a função do museu como um meio educativo na sociedade”, debatendo “problemas essenciais para que o museu se transformasse em um elemento dinâmico na sociedade, atribuindo ao mesmo um papel na educação, incorporando-o a comunidade e determinando seu papel no desenvolvimento local e regional” (STEFANELLO, 2008, p.26).

E tendo como referência a obra organizada por André Desvallées¹⁷, Duarte Candido (2002, p.63), enumera outros marcos da origem da Nova Museologia:

¹⁶ VAN MENSCH, Peter. O objeto de estudo da museologia. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

1. O surgimento do livro de Freeman Tilden, no ano de 1957, sobre a interpretação do patrimônio, que permite a renovação da Museologia dos centros museológicos;
2. As Jornadas de Lurs, que aconteceram em 1966, e que deram origem a diversos museus de sítio nos anos seguintes e originaram o conceito de ecomuseu;
3. A existência da idéia da Nova Museologia já subjacente a todos os escritos de George Henri e Hugues de Varine, diretores do ICOM (Conselho Internacional de Museus), a partir de 1946 e de 1962, respectivamente;
4. A Reunião do Aspen, no Colorado / EUA em 1966, onde foi lançada por Sidney Dillon Ripley, a idéia de um experimento de museu de vizinhança;
5. Os Seminários sobre museus de vizinhança, advindo nos Estados Unidos da América (EUA), no ano de 1969;
6. A IX Conferência do ICOM, realizada entre Paris, Dijon e Grenoble, em 1971, com o tema “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã”;
7. O primeiro pronunciamento público do termo ecomuseu, feito pelo Primeiro Ministro francês e Prefeito da cidade de Dijon, em 1971.
8. A Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972, onde foi debatido o papel social do museu na América Latina;
9. Criação em 1982 do MNES (Muséologie nouvelle et Expérimentation Sociale);

Tendo por base esse caminho descrito por Duarte Candido, foi com o objetivo de redefinir o papel do museu nas sociedades contemporâneas, que nos anos setenta são intensificados os debates. Tendo como principais referências a IX Conferência realizada pelo ICOM, que colocou em questionamento qual a função do museu em relação ao homem, com o tema “O museu a serviço do homem presente e futuro”. E, no ano seguinte, em maio de 1972, promovido pela UNESCO, a Mesa Redonda de Santiago do Chile. A partir daí, “novas práticas e teorias sinalizam a função social do museu, se contrapondo a museologia tradicional”, dessa forma, o papel do museu passa a ter como objetivo maior o “público usuário, imprimindo-lhe uma função crítica e transformadora na sociedade” (JULIÃO, 2006, p.27).

O objeto de estudo da Museologia, passa então por uma reavaliação, onde o foco desloca-se da coleção para as relações do homem com seu patrimônio, mudando dessa forma a relação museu-público. E para concretização desse museu, Duarte Candido, coloca que o

¹⁷ DESVALLÉES, André. Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie. Paris: WMNES, 1992.Vol.1 p.15-17.

autor francês [Vanine, 1969] propõe uma metodologia, onde cada museu deva ser pensado conforme suas condições particulares:

Seus bases seriam integração da instituição na comunidade; transformação psicológica do museólogo, cuja formação deve ser tripla (científica, técnica, e de desenvolvimento); abandono do caráter unidisciplinar do museu; adaptação das atividades e métodos do museu ao seu “público natural”, a comunidade próxima; associação ao museu de representantes da comunidade, particularmente dos jovens, a partir da elaboração de programas que resultem numa avaliação institucional permanente; orientação sistemática do museu tanto para a pesquisa como para a ‘animação’; vocação territorial (nacional – regional – local) dos museus em substituição às tipologias. (DUARTE CANDIDO, 2002, p.14)

Assim, em 1984, era lançado o Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom), em Quebec, no Canadá, respaldando tais inovações. Segundo Maria Helena Pires Martins, lembrando Hugues de Varine-Bohan,

A nova museologia deve partir do público, ou seja, de dois tipos de usuários: a sociedade e o indivíduo. Em lugar de estar a serviço dos objetos, o museu deveria estar a serviço dos homens. Em vez do museu “de alguma coisa”, o museu “para alguma coisa”: para a educação, a identificação, a confrontação, a conscientização, enfim, museu para uma comunidade, função dessa mesma comunidade. (MARTINS, 1999. Apud JULIÃO, 2006, p.27)

Neste contexto, Gabriela Aidar, apresenta os três níveis em relação às esferas nas quais os museus atuam, e as mudanças sociais que os museus podem provocar. São elas: um individual, um comunitário e um societário.

O individual se refere às iniciativas desenvolvidas pelos museus que podem trazer resultados positivos relacionados a esferas pessoais, psicológicas e emocionais da vida de uma pessoa, como o desenvolvimento da auto-estima e da confiança pessoal ou de um senso de identidade e pertença. Esse nível também pode contribuir para resultados mais pragmáticos como a aquisição de novas habilidades que podem, por sua vez, aumentar oportunidades de emprego.

O nível comunitário lida com as iniciativas que fortalecerão as comunidades, por meio da aprendizagem de competências e do desenvolvimento de habilidade e confiança para a mudança, por um incremento na autodeterminação e participação da comunidade em processos de tomadas de decisões e de estruturas democráticas. Estes podem ser alcançados a partir, por exemplo, de iniciativas de regeneração ou renovação de vizinhanças carentes, ou pela utilização do museu como um espaço onde demandas locais possam ser discutidas e representadas. Nesse caso, muitas vezes o museu pode atuar como um catalisador para processos de regeneração social, que podem futuramente, ter uma vida independente da instituição.

O nível societário refere-se ao papel que os museus podem assumir como criadores de narradores sociais dominantes, mediante suas práticas de seleção e exposição, e dos discursos expositivos criados. Assim, os museus podem ajudar a desenvolver um sentimento de pertença e afirmação de identidade para grupos que podem estar marginalizados. (AIDAR, 2002, p. 57)

Neste sentido, AIDAR (2002) sugere que deva haver nos museus uma ação em virtude da inclusão social, que segundo ela, deve ir “para além de uma maior acessibilidade às instituições museais, o desenvolvimento de ações culturais que tenham impacto político, social e econômico, e que podem ter alcance tanto a curto quanto a longo prazo” (p.60).

Tendo como referencia essas intenções, de expandir a ação dos museus, a Declaração de Caracas, de 1992, retomou os princípios de Santiago, reformulando a idéia da construção de um museu integral. Onde, além de a população alvo poder compreender-se como indivíduo e como ser social, os museus deveriam ultrapassar as barreiras físicas e chegar até seu público. Pois, “neste evento foi proposto que os museus ultrapassassem os muros, expandindo-se, e abrangendo o território e abordando a vida humana e social” (STEFANELLO, 2008, p.27). E, a partir desse momento, segundo Stefanello, “a função pedagógica do museu transforma-se em compromisso com a comunidade a que pertence, ou seja, deve tornar-se um museu integrado a vida desta comunidade” (2008, p.27).

É possível enfatizar ainda a IX Conferência Ibero-Americana de Cultura, que aconteceu em julho de 2006, em Montevideu, e que resultou na “Carta Cultural Ibero – Americana, que tem por objetivo beneficiar o desenvolvimento, da diversidade cultural, nos países que a assinaram”. Além disso, tendo a Carta Cultural Ibero – Americana como referência, objetiva-se organizar novas formas de coordenação, em nível internacional, em matéria de cultura, para que esta “contribua para a superação da pobreza e o desenvolvimento integral do ser humano” (STEFANELLO, 2008, p.29).

E no Brasil, podemos destacar a Declaração da Cidade de Salvador, o 1º Encontro Ibero-Americano de Museus, que aconteceu na Bahia no ano de 2007. Segundo STEFANELLO:

Essa declaração explicitou claramente as diretrizes dos Museus e objetivou o respeito e a valorização da diversidade cultural. Entendendo os Museus como práticas sociais estratégicas para o desenvolvimento dos países, assim como a difusão através desses, de valores democráticos e de cidadania garantindo assim a reflexão sobre a realidade, a produção de conhecimento e a promoção da dignidade. As diretrizes explicitaram a importância de assegurar e garantir o direito à memória de todos os grupos e movimentos sociais, valorizando os diversos tipos de museus e as ações de apropriação desses patrimônios. (2008, p.50)

Assim, nesse contexto de mudanças e quebra de paradigmas, os museus iniciam um processo de reformulação de suas estruturas, que segundo Julião (2006) procuram

compatibilizar suas atividades com as novas demandas da sociedade. Deixam de ser espaços consagrados exclusivamente à cultura das elites, dos fatos e personagens

excepcionais da história e passam a incorporar questões da vida cotidiana das comunidades, a exemplo das lutas pela preservação do meio ambiente e da memória de grupos sociais específicos. Atuando como instrumentos de extensão cultural, desenvolvem atividades para atender a um público diversificado – crianças, jovens, idosos, deficientes físicos – e, ao mesmo tempo, estendem sua atuação para além de suas sedes, chegando às escolas, fábricas, sindicatos e periferias das cidades. (JULIÃO, 2006, In: MINISTÉRIO..., p.27)

E, é nesse contexto que o Memorial Projeto Rondon foi pensado, com o objetivo de travar um relacionamento constante entre as ações desenvolvidas pelo Memorial e seu público, em benefício dos mesmos. Estes deverão atuar ativamente em todos os setores do Memorial, através de estágios e atividades direcionadas, além do envolvimento dos acadêmicos com as atividades propostas pelo Projeto Rondon. Que, de acordo com a Coordenação do Projeto Rondon na UFSM, essas atividades deverão ganhar um caráter permanente, onde os acadêmicos atuarão nas comunidades locais e regionais, funcionando como um pré-rondon. Falaremos especificamente dos objetivos e programas adotados pelo Memorial mais adiante.

Mas, para isso se tornar possível, foi necessário lutar pela criação e ampliação das Políticas Culturais, que atuassem em âmbito nacional. Pois, nesse momento em que se estabeleceram perspectivas para construção de museus que visem à inclusão, com maiores estímulos a participação cidadã, foi fundamental a implantação da Política Nacional de Museus. “Que além de abrangente e integrada à política cultural, seja um estímulo ao desenvolvimento, à criatividade, à produção de saberes e fazeres e ao avanço técnico-científico do campo museológico”. (GOVERNO FEDERAL, 2007, p.3). Desta forma, julgou-se importante abordar, a bases para a criação da Política Nacional de Museus, que iniciou em 2002 e rege o funcionamento e a gestão dos museus na atualidade

3.1.2. Política Nacional de Museus

No Brasil o direito a cultura, está prevista na Constituição Federal de 1988 (CF/88), nos artigos 215 e 216, que fornecem a base legal para as Políticas Públicas culturais. De acordo com o texto constitucional, o Estado deve garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional”, e ainda deverá apoiar e incentivar “a valorização e a difusão das manifestações culturais, devendo proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras e de outros grupos participantes do processo

civilizatório nacional” (TOLENTINO, 2008, p.14,15). A CF/88 define ainda “o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (TOLENTINO, 2008, p.15).

O CF/88 prevê, ainda, que é dever do Poder Público em parceria com a comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileira, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Recentemente, foi acrescentado, por meio da Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, o § 3º ao artigo 215, que instituiu “a obrigatoriedade de implantação do Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do Poder Público” (TOLENTINO, 2008, p.15). Este Plano objetiva defender e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, garantindo a produção, a promoção e a difusão de bens culturais. Possibilitando dessa forma a democratização do acesso aos bens culturais e valorizando as diversidades étnicas e regionais. E ainda, deve garantir e incentivar a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões.

No dia 23 de dezembro de 1991, foi editada a Lei nº 8.313, denominada Lei Rouanet. Por meio dessa Lei foi criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. Para cumprir seus objetivos, que foram inspirados no texto constitucional, o Programa prevê dois mecanismos básicos de apoio a projetos culturais: O Fundo Nacional de Cultura – FNC e o Incentivo a Projetos Culturais – Mecenato¹⁸.

Entretanto, a Lei Rouanet, não conseguiu tirar das mãos do mercado a condução das políticas para o setor cultural, que de acordo com Tolentino elitiza e restringe a produção cultural, pois beneficia apenas os grandes produtores, como explica o autor:

Primeiramente, porque os recursos oriundos do FNC são bastante escassos para atender a uma demanda mínima para a implementação das políticas públicas de cultura no país, sobrecarregando o mecanismo do Mecenato. Em segundo lugar, embora o Mecenato permita que os projetos culturais sejam apoiados por meio de renúncia fiscal, tratando-se, portanto, de recursos públicos, as empresas não o concebem dessa forma. Além dos benefícios fiscais, esse mecanismo promove alto retorno publicitário às empresas quando se apóia um projeto de grande visibilidade. Desta forma, as empresas acabam apoiando apenas projetos que dão retorno de

¹⁸ “O Fundo Nacional de Cultura é um fundo proveniente de arrecadação e outros recursos públicos para investimento direto em projetos culturais, mediante celebração de convênios e outros instrumentos similares. O Mecenato, por sua vez, viabiliza benefícios fiscais para investidores que apóiam projetos culturais sob forma de doação ou patrocínio. Empresas e pessoas físicas podem utilizar a isenção em até 100% do valor no imposto de renda devido e investir em projetos culturais. Além da isenção fiscal, elas investem também em sua imagem institucional e em sua marca.” (TOLENTINO, Átila Bezerra. **Políticas Públicas para Museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro**. In: Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental - Vol. 7, No 1 - Jan/Jun 2008, p.15).

imagem, como museus de grande porte, artistas conhecidos e megaeventos, restringindo-se basicamente ao eixo Rio- São Paulo. Ou seja, embora o Ministério da Cultura selecione quais projetos culturais podem receber patrocínio, é o mercado que determina quais projetos serão apoiados. (TOLENTINO, 2008, p.16)

Pensando em resolver esse problema, o Ministério da Cultura manifestou a necessidade de o próprio Governo Federal propor um projeto para alteração da Lei Rouanet. Desta forma, foi editado o Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, que regulamenta a Lei 8.313/91 e estabelece sistemática de execução do Pronac. Com isso, o Governo, buscou criar normas que orientassem os investidores culturais, possibilitando assim, aos artistas e as instituições culturais que mais necessitam de apoio do Estado, e as regiões até então menos privilegiadas, melhores condições de concorrência. Assim, segundo Tolentino, “a execução do Pronac deve obedecer às normas, diretrizes e metas estabelecidas em seu plano anual, que deve estar de acordo com o Plano Plurianual¹⁹ do Governo e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias” (2008, p.17).

Esta mudança de postura do Governo Federal pôde ser percebida na área museológica, onde passaram a ocorrer maiores discussões no sentido de criação de uma política pública em nível nacional, que garantisse aos museus “a aplicação regular dos recursos previstos no Pronac, como também a constituição de uma rede de parcerias que congregasse a utilização de financiamentos por meio das leis de incentivo fiscal e orçamentos próprios dos órgãos e das entidades envolvidas” (TOLENTINO, 2008, p.17, 18).

Para atender a essa demanda, foi criado, ainda no Governo Fernando Henrique, o Programa Museu, Memória e Cidadania, que teve como objetivo revitalizar os museus e criar condições para a sua auto-sustentabilidade. No entanto, esse Programa, não respondia adequadamente a demanda do setor museológico. Pois, ele inicialmente foi concebido para atender especificamente aos museus da União. Portanto, ao “se restringir aos museus federais, o Programa inibia a construção de uma rede de parcerias entre os entes da federação, necessária para a promoção e a valorização do patrimônio cultural musealizado” (TOLENTINO, 2008, p.19). Diante disso, se tornou ainda mais evidente a necessidade de criar uma política pública em nível nacional para o setor museológico.

¹⁹ “Criado pela CF/88, o Plano Plurianual – PPA configura-se em novo instrumento gerencial adotado pelo Governo Federal que tem como finalidade articular planejamento e orçamento e deve ser integrado à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual. O escopo temporal do PPA é de quatro anos, tendo início no segundo ano de cada governo e terminando no primeiro ano do governo subsequente.” (TOLENTINO, Átala Bezerra. **Políticas Públicas para Museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro**. In: Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental - Vol. 7, No 1 - Jan/Jun 2008, p.18).

Diante disso, os profissionais da área cultural e museológica, movimentaram-se no sentido de através de reivindicações e de discussões, fosse possível criar um documento que fornecesse uma base a seus ensejos. Assim, em maio de 2002, em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, foi realizado na cidade de Rio Grande no Rio Grande do Sul, o 8º Fórum Estadual de Museus, que teve como tema “Museus e globalização”. Nessa ocasião foi elaborada e divulgada a “Carta do Rio Grande”, que juntamente com o documento denominado “Imaginação museal a serviço da cultura”, elaborado pelo Conselho Federal de Museologia (COFEM), também em 2002, serviriam de base à criação da Política Nacional de Museus. Nesses documentos foram colocadas algumas questões que orientam as ações deste grupo.

Pois, por meio da criação de uma Política Nacional de Museus, os profissionais do setor museológico almejavam a proposição de instrumentos de financiamento e fomento dos museus, onde fossem desenvolvidas “ações e iniciativas para oferecer visibilidade e condições de existência e consolidação aos museus como instituições e campo científico e profissional. Tratava-se de superar o mecenato, a descontinuidade e o personalismo das ações, instituições e políticas do setor” (MORAES, 2009,p.61). Assim, para atender também a rede que não era regida pelo IPHAN/DEMU, foram criados vários Editais voltados para os museus e eventos, no sentido de reunir os profissionais e grupos interessados em dar prosseguimento às discussões e ainda em avançar nas ações em prol do desenvolvimento do setor museológico.

Para tanto, foi constituído o Fórum Nacional de Museus, onde os profissionais da área, estudantes e interessados no debate e ações de museus, se reuniram na forma de oficinas, grupos de trabalhos, encontros temáticos, debates, entre outras atividades. “No Primeiro Fórum, o debate foi em torno da necessidade de reconhecer a centralidade dos museus no plano das políticas públicas na área de cultura e o fato de que esta centralidade afetaria as relações entre museu, sociedade e Estado” (MORAES, 2009, p.61). Assim na abertura do Primeiro Fórum, segundo Moraes (2009), Nascimento Júnior, Diretor e liderança do DEMU, apresentou uma proposta que ampliava a concepção de política cultural para museus, formulando a seguinte questão:

Pensar os museus como espaços da res pública significa também compreendê-los como lócus de direito e cidadania, de inclusão cultural e de resistência e combate aos preconceitos de toda ordem, sejam religiosos, raciais, sexuais, sociais, etc. Um museu res pública não é destinado aos príncipes e suas coleções, aos curadores e especialistas e suas ilustrações, aos detentores do poder econômico ou diretores de instituições. O museu res pública destina-se aos cidadãos e faz parte do exercício do

direito à memória, à história, à educação, etc. (NASCIMENTO JUNIOR, 2006, p.12 apud MORAES, 2009, p.63)

A partir deste momento, foram gestadas as condições simbólicas e materiais das mudanças, pensadas, analisadas e constituídas pelos profissionais, estudantes e interessados no setor museológico. Desta forma, no documento apresentado no Primeiro Fórum a posição do DEMU é clara:

a discussão do papel dos museus na sociedade contemporânea extrapola o simples território da preservação de nossos bens culturais, ou do desenvolvimento técnico/científico das instituições museais, ou mesmo do fomento de projeto da área. Estamos falando da consolidação do projeto democrático brasileiro, e enxergando os museus como agências de inclusão cultural, de afirmação identitária de grupos variados, de reconhecimento da diversidade, de desenvolvimento econômico. (NASCIMENTO JUNIOR, 2006, p. 21 apud MORAES, 2009, p.61,62)

Desta forma, segundo Simone Flores Monteiro (2009), o processo de Construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas: A primeira constitui-se na elaboração do documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Como referido anteriormente, esse documento levou em conta a “Carta de Rio Grande” e o texto a “Imaginação museal a serviço da Cultura” que foi produzido a partir do primeiro Fórum.

A segunda etapa constitui-se na apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003. Esse debate contou com a participação de diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional.

Nesta etapa, segundo Moraes (2009), os dirigentes reunidos no Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), empenharam-se em mobilizar os profissionais de museus para um debate sobre o projeto que era gestado. Deste momento foram enfatizados sete eixos essenciais, que segundo o Relatório da Gestão representavam um consenso entre os profissionais do campo museológico. Os sete eixos consistiam em:

- 1) democratização do acesso aos bens culturais;
- 2) democratização da ferramenta museu;
- 3) democratização da produção de museus;
- 4) democratização das gestões dos museus;
- 5) respeito à diferença;
- 6) valorização das ações educativas e culturais;
- 7) direito à memória das comunidades populares. (MORAES, 2009, p.62)

Estes eixos, por sua vez, implicaram em ações específicas, conforme documento elaborado pelo Governo Federal (2007), que estabelece as bases para a Política Nacional de Museus:

- 1) Gestão e configuração do campo museológico, que é composta por oito ações específicas, sendo as principais: a implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória e a criação do Cadastro Nacional de Museus.
- 2) Democratização e acesso aos bens culturais, dividido em oito especificações, entre elas o apoio à criação de redes de informação entre os museus brasileiros e entre os profissionais desses museus e a criação de programas que visem uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, por meio de exposições, concursos, espetáculos, oficinas e outras ações de caráter educativo-cultural.
- 3) Formação e capacitação de recursos humanos, destacando-se a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus e ainda a inclusão nos currículos escolares de ensinamentos fundamental e médio de conteúdos e disciplinas que tratem do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais.
- 4) Informatização de museus.
- 5) Modernização de infra-estruturas museológicas, que consiste principalmente no apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, saneamento, climatização, segurança, arranjos exteriores de lazer e de acessibilidade aos imóveis que abrigam acervos museológicos.
- 6) Financiamento e fomento para museus, que estabelece a criação de um Fundo de Amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros e ainda apóia a criação de Programas de Qualificação de Museus junto ao CNPq, à CAPES e às Fundações de Amparo à Pesquisa e às instituições de ensino superior.
- 7) Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos, que entre outras ações tem por finalidade criar um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos.

Na terceira etapa apontada por Monteiro, ocorre uma ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e em reuniões presenciais, onde profissionais de museus e de diferentes áreas do conhecimento puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Esse documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal.

Neste momento, o DEMU, buscou o apoio e alianças com outros poderes. Segundo MORAES, a ação do DEMU “não se reduzia a um trabalho fechado ao IPHAN e ao MinC, ela implicava em intervir em diferentes instâncias da realidade que envolve os profissionais e as instituições de museus. Ela agia e estimulava debates em diferentes instâncias” (2009, p.62). Neste contexto,

o DEMU promoveu reuniões, debates e veiculação de textos que fundamentavam o projeto e orientavam os encaminhamentos e ações pretendidas, preocupados em produzir um consenso. As ações saíam do terreno institucional do IPHAN, envolvendo e produzindo uma articulação entre os profissionais de museus e militantes. (MORAES, 2009, p.63)

Assim, na quarta etapa, Monteiro, relata que “finalmente uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico” (2009, p.26), onde foi novamente corrigida, ajustada e aprovada, sendo publicada e lançada no outono de 2003.

O Projeto da Política Nacional de Museus, produzido de forma coletiva e democrática, sobre coordenação dos dirigentes do DEMU, encontrou apoio no Ministério da Cultura, que gerou um discurso poético e comprometido por parte do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, durante o Congresso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde ele expressa que:

A tarefa do MinC é formular e executar políticas públicas de cultura, articuladas e democráticas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento econômico, e consagrem a pluralidade que nos singulariza entre as nações, e que singulariza, na nação, as comunidades que a compõem. Políticas que transcendam o fato cultural, o evento, o produto, e que realizem seu pleno potencial, tornando-se instrumento de resgate da dívida social que o Brasil tem com a maioria de seu povo. A cultura se impõe no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve estar presente, especialmente em âmbito local. Porque é justamente nas comunidades que as relações e expressões culturais se efetivam. Um programa mobilizador para a cultura brasileira só poderá contribuir de fato para a recuperação da dignidade nacional e a construção de um Brasil socialmente mais equilibrado e saudável se partir da periferia para o centro, do local para o federal. (GIL, 2006, p.110 apud MORAES, 2009, p.60)

Partindo do comprometimento do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, no mês de maio de 2003, “o Ministério da Cultura, após amplo debate com a comunidade museológica, lançou as bases da política do Governo Federal para o setor, com a apresentação do caderno “Bases para a Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania” (TOLENTINO, 2008, p.19). A Política Nacional de Museus tem por objetivo:

“Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país.” (Brasil, 2007, p.4)

Segundo Tolentino, a criação dessa política propiciou a “aplicação regular dos recursos previstos no Pronac, como também a constituição de uma rede de parcerias que congregasse a utilização de financiamentos por meio das leis de incentivo fiscal e orçamentos próprios dos órgãos e das entidades envolvidos” (2008, p.17-18), sendo sua primeira ação “a mudança do escopo do Programa Museu, Memória e Cidadania, reformulado no Plano Plurianual 2004-2007. Anteriormente voltado apenas para os museus federais, o Programa passou a abranger todos os museus” (2008, p.20), de modo a ter coerência com os eixos programáticos da Política Nacional de Museus.

Para atender a uma antiga demanda do setor museológico, e uma das metas da Política Nacional de Museus, é instituído o Sistema Brasileiro e Museus - SBM, por meio do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, que estabelece uma ampla e diversificada rede de parcerias. Assim, o Sistema tem como principais diretrizes:

valorizar, registrar e disseminar saberes e fazeres específicos do campo museológico, contribuir para melhorar a organização, a gestão e o desenvolvimento de instituições museológicas e acervos museológicos, contribuir para a interação e a integração entre pesquisadores, professores, gestores e técnicos que atuam no campo museológico, promover a cooperação nas áreas de aquisição, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação, difusão e capacitação de recursos humanos. (DECRETO 5264, 2004, p. 128 In: MORAES, 2009, p.63).

Em relação à estrutura, “o Decreto prevê que integram o SBM as instituições museológicas vinculadas ao MinC e, poderão fazer parte, mediante formalização de instrumento hábil, as demais instituições museológicas”, tais como, “museus comunitários, ecomuseus, escolas e universidades que mantenham cursos relativos ao campo museológico, e outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico” (TOLENTINO, 2008, p.21).

A Adesão ao SBM advém mediante assinatura do Termo de Adesão. Para isso a instituição deverá estar cadastrada. Isso ocorre, por meio do Cadastro Nacional dos Museus, do qual criou, em amplitude nacional, uma plataforma de informações e dados sobre os museus brasileiros, favorecendo o controle, o diálogo e a melhor aplicação dos recursos entre os museus nacionais (MORAES, 2009, p.63). Para fazer o registro do museu no Cadastro, deve ser preenchido o formulário disponível na página **www.museus.gov.br** ou solicitá-lo pelo e-mail **cadastro.demu@iphan.gov.br**.

Segundo Monteiro²⁰, a adesão ao SBM “permite que os museus se comuniquem em rede, abrindo importantes canais de comunicação com outras instituições e profissionais para troca de informações, experiências, sugestões e dúvidas na área museológica”, e ainda garante que “os projetos apresentados aos programas do Sistema Brasileiro de Museus, tais como os Editais de Modernização de Museus e o Programa de Formação e Capacitação de Profissionais da área museológica” (2009, p.5), sejam considerados prioritários. Permite também, “que o museu participe da formulação de leis, projetos e ações da área museológica, além de se fazer ouvir, no que diz respeito às suas atividades cotidianas, seus projetos especiais e suas necessidades” (2009, p.6).

De acordo com Tolentino, para garantir a representatividade do setor museológico e “a democratização da condução das políticas públicas para a área, o SBM dispõe de um Comitê Gestor, que tem a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do campo museológico brasileiro” (2008, p.21). Compõem o Comitê Gestor: o Ministério da Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Ministério da Educação, o Ministério da Defesa, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Turismo, os sistemas estaduais de museus, os sistemas municipais de museus, os museus privados, o Conselho Federal de Museologia, os ecomuseus e museus comunitários, o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, a Associação Brasileira de Museologia e as instituições universitárias que tenham cursos relacionados à área de museologia (TOLENTINO, 2008, p.22).

Em 2007, o DEMU passa a participar das atividades do ICOM. Na Conferência Geral de Viena, lança a proposta do tema – Museus como agente de mudança social e desenvolvimento. O tema, no âmbito nacional, foi utilizado como eixo de debates na 6ª Semana de Museus, pelo Terceiro Fórum Nacional dos Museus (FIGURA 29) e pelo ano Ibero-Americano de Museus, que aconteceram em 2008 (Moraes, 2009, p.65).

²⁰ MONTEIRO, Simone Flores. Sistema Brasileiro de Museus. Aula apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

FIGURA 29 - Cerimônia de abertura do 3ª Fórum Nacional de Museus, realizado em Florianópolis, 2008.



Fonte: MONTEIRO, Simone Flores. Instituto Brasileiro de Museus. Aula apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009, p16.

Em 2006, o Comitê Gestor do SBM, entregou à Câmara Federal o anteprojeto de Lei do Estatuto dos Museus, que foi transformado no Projeto de Lei nº 7.568/2006 (Tolentino, 2008, p.22). Outra iniciativa do SBM, segundo o autor, “foi a apresentação à Câmara dos Deputados, do anteprojeto que resultou na Proposta de Emenda à Constituição nº 575/2006. Essa PEC tem por objetivo alterar os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, estabelecendo condições para proteção do patrimônio museológico brasileiro”. Essas mudanças prevêm, entre outras coisas:

que o Estado garantirá a preservação, a valorização e o fomento do patrimônio museológico da nação, reconhecendo os museus como unidades de valor estratégico para diversidade cultural brasileira e para os processos identitários locais e regionais. Além disso, há indicação de que o Estado deverá criar órgão com a finalidade específica de acautelamento, preservação, fiscalização e valorização do patrimônio museológico brasileiro. (Tolentino, 2008, p.23)

As duas propostas foram aprovadas em 2007, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, e em 2008, o Projeto de Lei nº 7.568/2006 foi aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu para a apreciação do Senado Federal. Segundo Tolentino, se instituídas, “as proposições serão um marco no ordenamento jurídico brasileiro, devido ao fato de que buscam dar condições para o desenvolvimento dos museus e o fortalecimento das redes e sistemas de museus existentes” (2008, p.23).

No dia 20 de janeiro de 2009, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº11906 de 20 de janeiro de 2009, diretamente vinculada ao Ministério da Cultura, que criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Que segundo Moraes (2009), deveria substituir o DEMU na liderança da gestão dos museus e seria desvinculado do IPHAN, tendo sede em Brasília. Fazendo parte de sua estrutura está: O Sistema Brasileiro de Museus, os 40 museus que eram vinculados ao IPHAN e outras unidades museológicas associadas por convênios, acordos ou instrumentos legais já citados. Sendo assim, ao IBRAM cabe:

“formular uma política cultural para todos os museus brasileiros; melhorar os serviços do setor; promover o acesso e garantir o aumento das visitas e da arrecadação dos museus; fomentar políticas de aquisição e preservação dos acervos; e, por fim, promover e articular ações entre museus e instituições da área. (MORAES, 2009, p.66)

Já o Estatuto dos Museus, instituído através da Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009, foi criado para regulamentar desde a criação até o fechamento, bem como, o funcionamento dos museus e a ação dos profissionais que atuam neles. Nele são encontradas as diretrizes para criação, fusão e extinção de museus e a caracterização de museus públicos, assim como seus deveres e modos de financiamento. O Estatuto compreende os museus de diferentes portes e abrange os museus comunitários e ecomuseus. E ainda “torna obrigatório que toda instituição elabore e implemente um plano museológico contendo um diagnóstico participativo, os sistemas de segurança, a identificação dos espaços e conjuntos patrimoniais sob sua guarda e a identificação de seus públicos destinatários” (Moraes, 2009, p.66). Estabelece também o conceito de Museu:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Em seu texto, são estabelecidos: os princípios fundamentais dos museus; os regimes aplicáveis aos museus; o regimento e as áreas básicas dos museus; os princípios para a preservação, a conservação, a restauração e a segurança dos acervos; as ações relacionadas ao estudo, à pesquisa e as ações educativas; os princípios para a difusão cultural e para o acesso aos museus; faz referência ao uso das imagens e reproduções dos bens culturais dos museus, e ainda estabelece a relação entre os museus e a sociedade e regulamenta a ação dos Sistemas de Museus, além de estabelecer as normas do Plano Museológico. Neste, que compreende um planejamento estratégico dos Museus, deve aparecer o detalhamento dos programas: a) Institucional; b) de Gestão de Pessoas; c) de Acervos; d) de Exposições; e) Educativo e Cultural; f) de Pesquisa; g) Arquitetônico-urbanístico; h) de Segurança I) de Financiamento e Fomento; j) de Comunicação. E é seguindo estes princípios que foi elaborado o projeto para a Criação do Memorial Projeto Rondon, que será apresentado no IV Capítulo.

CAPÍTULO 4 - A CRIAÇÃO DO MEMORIAL PROJETO RONDON NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

A idéia de criação do Memorial Projeto Rondon, sendo este um espaço museológico de caráter permanente, que visa salvaguardar a memória, as experiências e as ações dos rondonistas da UFSM no Projeto Rondon, partiu da necessidade de criação de um produto que servisse como avaliação ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Devido também a experiência vivenciada pela mestranda no Projeto Rondon, no ano de 2009, que a levou a realizar pesquisas mais consistentes sobre o referido Projeto. Tendo como incentivo o contato com rondonistas e coordenadores do Projeto Rondon na UFSM, e ainda o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, tornou-se viável a execução do Projeto.

O projeto que partiu de uma necessidade acadêmica, sendo criado no pela mestranda Daiane Tonato Spiazzi, e orientado pelo Professor Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, precisou ser registrado institucionalmente, para que através desta ação, fossem abertas possibilidades de pleitear verbas e realizar inscrições em programas governamentais, dos quais incentivam a produção de projetos culturais. Sendo assim, no dia 05 de abril de 2010, o Projeto do Memorial foi encaminhado pela Pró-Reitoria de Extensão à Pró-Reitoria de Planejamento, para a realização do registro, conforme consta no Memorando nº057/2010, em (anexo 3). Juntamente com o Memorando foram encaminhados, o “Trâmite e o Registro de Projeto Institucionais”, onde consta o tipo de Projeto, sua classificação, setor interessado, título completo do Projeto, área de abrangência, entre outros dados, conforme documentos em (anexo 4). Anexados a estes documentos, foram encaminhados: o Projeto do Memorial Projeto Rondon, e um orçamento estimado, para a criação do Memorial.

Então no dia 09 de abril de 2010, o Projeto do Memorial Projeto Rondon foi registrado, tendo como número de registro: 026335, conforme documento em (anexo 5). Sendo este um Projeto de Extensão, tendo a Pró-Reitoria de Extensão como executora e promotora e a Pró-Reitoria de Planejamento como responsável. Tendo como classificação do CNPq e área temática a educação e linha de extensão o desenvolvimento regional. Como participantes do projeto estão os Docentes: João Rodolpho Amaral Flores (Pró-Reitor de Extensão), Oscar Daniel Morales Mello (Pró-Reitor Adjunto de Extensão). Os Técnicos Administrativos da UFSM: Vanete Maria Alberici, Marcelo Gabriel Ercolani, Andréia Machado dos Santos e Anisio Dario Marramon Trindade. Como estagiária a Acadêmica de

Pró-Graduação Daiane Tonato Spiazzi. Coordenando o Projeto está o Professor e Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis Ubiratan Tupinambá da Costa, atual Coordenador do Projeto Rondon na Universidade Federal de Santa Maria.

Após o registro do Projeto institucionalmente, e tendo em vista a necessidade do desenvolvimento das atividades previstas e de um local apropriado para a realização das mesmas, foi cedido pela Pró-Reitoria de Extensão, uma sala provisória, no 9º andar da Reitoria no Campus da UFSM, nº 942, dividindo espaço com o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP). Nesta sala, foi montada a Exposição Itinerante “A UFSM no Projeto Rondon” e instalada uma mesa com computador, conforme (Figura 30).

Figura 30 – Sede Provisória do Memorial Projeto Rondon



Instalações provisórias do Memorial Projeto Rondon na UFSM.
Créditos: Manuela Ilha

Para atender as necessidades do Memorial, foram solicitados no dia 12 de abril de 2010, a instalação de ponto de internet, um ramal telefônico, o conserto de mobiliário, como constam nos memorandos: nº064/2010, nº065/2010, nº 066/2010, respectivamente (anexo 6). No mesmo dia foi encaminhado ao Professor do Curso de Desenho Industrial da UFSM e

rondonista, Ronaldo Martins Glufke, o Memorando nº068/2010, solicitando o apoio para a criação da Logomarca do Memorial Projeto Rondon, como consta no documento em (anexo 7) . O professor, atendendo a solicitação, passou a tarefa à acadêmica do Curso de Desenho Industrial – Habilitação em Programação Visual, Shaiani Duarte, que executou o projeto, como será visto mais adiante.

Entretanto, tendo em vista que a sala não apresentava as condições adequadas para a execução das funções museológicas que o Memorial Projeto Rondon se destina, tornou-se de fundamental importância encontrar um local mais apropriado, onde pudessem ser desenvolvidas todas as atividades previstas no Projeto, de acordo com as exigências do Estatuto dos Museus. Porém, levando-se em consideração as dificuldades em construir um local adequado para esse fim, no espaço físico do Campus da UFSM, foi sugerido pelo Pró-Reitor de Extensão, professor João Rodolpho, a reforma da “Casa do Guará”, localizada no Centro de Eventos da UFSM, conforme consta no Memorando nº218/2010.

Esses foram os primeiros passos dados na direção da Criação do Memorial Projeto Rondon, que deverá conforme o Plano Museológico pré-elaborado, ter como missão, salvaguardar a memória e a história dos rondonistas e do Projeto Rondon na Universidade Federal de Santa Maria, pois, acredita-se que esse espaço, se tornará um ponto de referência para todos que querem conhecer um pouco mais da realidade do Brasil, e conhecer os feitos dos acadêmicos e professores num projeto de importância nacional. Além de servir como ponto de encontro e relacionamento, entre acadêmicos, rondonistas, professores e a comunidade. E, através das atividades realizadas pelo Memorial, tais como exposições, programas educativos, desenvolvimento e incentivo a pesquisa, entre outras, estimular cada vez mais estudantes a buscarem qualificar seus currículos através de experiências práticas, em prol de comunidades carentes localizadas em todo o Brasil, e principalmente em suas comunidade, através de projetos de extensão.

Contudo, para a criação do Memorial Projeto Rondon, ainda demandam muitas etapas, conforme planejamento pré-estabelecido no Projeto de Criação do Memorial, e torna-se fundamental ressaltar os motivos pelos quais se propôs o projeto e sua metodologia.

4.1. Por que criar um Memorial do Projeto Rondon na UFSM?

A essa pergunta apresenta-se uma série de respostas, que justificam e deixam clara a importância dessa iniciativa. Começando pelo fato de o Rio Grande do Sul, por meio da Universidade Federal de Santa Maria, já se fazer presente na primeira Operação oficial do Projeto Rondon no ano de 1968. Sendo esta, a primeira universidade gaúcha a instalar um Campus Avançado, em 1969, iniciativa ousada para a época, já que esta sede estava a mais de 5 mil quilômetros de distância de Santa Maria, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Com o fim do Projeto Rondon em 1989, a UFSM seguiu suas atividades de extensão com o Projeto do Governo “Universidade Solidária”, que tinha os mesmos ideais do Projeto Rondon. E em 2005, com o retorno do Projeto Rondon, a UFSM volta então a atuar em Operações pelo Projeto, estando fora uma única vez no ano de 2008, somando com isso uma rica experiência e conhecimento a cerca da realidade brasileira.

Outro fator importante para a criação de um espaço museológico que contemple a história e a memória do Projeto Rondon na UFSM, é o fato de que no Estado do Rio Grande do Sul e mais especificamente na Universidade Federal de Santa Maria, não há nenhum local de referência no formato de museu ou memorial, destinado à pesquisa, divulgação e exposição das atividades ligadas ao Projeto Rondon, nem referentes à participação da UFSM no Projeto. Não havendo também um espaço que contemple as atividades de organização e planejamento das novas Operações das quais a UFSM vem participando constantemente, e ainda um local para o arquivamento dos materiais audiovisuais e documentais produzidos pela UFSM e pela imprensa sobre o Projeto Rondon.

Tendo também em vista que os pioneiros na organização e criação do Projeto Rondon ainda encontram-se vivos, porém em idade avançada. Em muitos casos não lhes possibilitando participar das atuais Operações do Projeto Rondon. Mas suas memórias são um rico patrimônio e servem como referência para as atividades propostas pelos Acadêmicos, que estão em busca de uma boa formação profissional. Contudo, esses rondonistas que não estão mais na ativa, mantêm vivas na memória as histórias e experiências que tiveram por todo Brasil a frente do Projeto Rondon. Possuem também guardados em seus arquivos pessoais informações e fotografias das regiões e populações por onde passaram.

Dessa forma para que não se perca essa rica experiência e essas valiosas histórias, é necessário registrar, documentar e recuperar todas as informações possíveis. Uma vez, que os professores, acadêmicos, militares e demais pessoas envolvidas no Projeto Rondon, mantêm

em sua propriedade os registros das Operações das quais participaram, sem a divulgação, correndo o risco de se perderem, assim como suas memórias, que merecem ser conhecidas, reconhecidas e valorizadas.

Assim, a criação de um Memorial destinado ao resgate e valorização da memória dos rondonistas e da UFSM no Projeto Rondon, sendo este único no Estado, poderia tornar-se referência de pesquisa não só das ações desenvolvidas pelo Projeto Rondon, como também pela própria UFSM, e ainda no que diz respeito às diversidades culturais e étnicas do Brasil, uma vez que o Projeto Rondon desenvolve ação em todas as regiões na Federação. E, por estar ligado a Pró-Reitoria de Extensão, estimula a participação dos acadêmicos e professores em projetos de extensão e nas Operações do Projeto Rondon.

Desta forma, os interessados em conhecer os feitos do Projeto Rondon e seus personagens, terão através do Memorial a oportunidade, por meio de depoimentos, fotos, imagens, objetos e vídeos, aproximarem-se um pouco mais de “outros Brasis” tão rico em diversidade cultural, geográfico, gastronômico, etc. Além da possibilidade de despertar nos futuros profissionais um sentimento altruísta, podendo estes, através do conhecimento, dedicar-se a ajudar ou, ainda, direcionar suas áreas de formação para o trabalho em comunidade carentes existentes em todo o Brasil.

O Memorial servirá, ainda, como um espaço para a interação dos acadêmicos e demais participantes do Projeto Rondon, que queiram deixar seus relatos e seus registros, sendo, portanto, um espaço de intensa renovação. Uma vez que este espaço servirá também, como sede da Coordenação do Projeto Rondon, onde ocorrerão reuniões das equipes com o coordenador do Projeto Rondon na UFSM, bem como, a organização destas equipes, pesquisas e construção de propostas e documentos voltados às Operações do Projeto Rondon.

4.2. Metodologia adotada para a criação do Memorial Projeto Rondon

Para nortear a criação do Memorial Projeto Rondon, foi pensada numa metodologia que atendesse as exigências previstas no Estatuto dos Museus, tendo como referência as orientações do Plano Museológico. Este estabelece a definição de variados elementos, tais como: características gerais e histórico da instituição; definição do acervo; descrição da sede, tipos de exposições; recursos educativos; forma de comunicação e divulgação adotadas, segurança, recursos humanos e recursos econômicos. Desta forma foram previstas quatro

etapas, das quais três encontram-se em fase de planejamento e execução, devidos aos tramites legais necessários para a implementação de tal projeto. Em algumas etapas estão previstos a realização de programas que as complementam.

1ª ETAPA – Criação do Projeto e verificação da viabilidade de criação do Memorial Projeto Rondon.

- Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o Projeto Rondon e sobre a participação da UFSM no projeto Rondon, para dar subsídios à criação de um Memorial na UFSM e para contribuir na elaboração do histórico, descrito nos capítulos I e II.
- Avaliou-se a viabilidade da criação de um Memorial destinado a valorizar a história do Projeto Rondon na UFSM, levando em consideração o interesse da instituição em registrar sua história, no ano em que completou 50 anos de sua criação.
- Realizou-se um levantamento de locais apropriados para a instalação do Memorial Projeto Rondon, considerando os entraves legais para tal ação, prevendo a viabilidade e as exigências previstas no Estatuto dos Museus.
- Registrou-se o Projeto do Memorial Projeto Rondon, como um Projeto institucional da UFSM, para fins legais.
- Estabeleceram-se as funções, os recursos, os serviços e a legislação, pelos quais o Memorial irá se orientar.

Da legislação e normas do Memorial

O Memorial seguirá um Estatuto Interno, registrado em Cartório, que regerá todos os pontos concernentes a esta instituição, bem como suas normas. Será dirigido por uma equipe de trabalho, a ser definida pela Pró-Reitoria de Extensão, que será responsável por elaborar a documentação necessária a sua regulamentação. Levando-se em consideração a obrigatoriedade da presença de um museólogo que oriente e seja responsável pelas ações do Memorial, será solicitado os serviços das museólogas registradas na UFSM, que são: Maria Isabel Mariano da Rocha e Luciana Oliveira Messeder Ballard, ambas responsáveis pelo Museu Gama D'êça. Pois segundo Horta (2000):

A começar pela 'gerencia' das coleções, dos critérios de aquisição e descarte, dos princípios técnicos da Museologia, pelo conhecimento das leis e decretos de proteção ao patrimônio, o preparo técnico do gerente de Museu (e do Patrimônio) atinge outras esferas mais amplas da atuação e da missão institucional, tais como as

definições das diretrizes para o desenvolvimento da instituição, a definição dos objetivos e metas a serem alcançadas, e sua implementação gradativa e sistemática, assunto que não pode eximir a competência técnica do dirigente e de seus colaboradores imediatos. A programação das exposições e demais atividades culturais, a determinação das prioridades na aplicação dos recursos, o controle da execução e da qualidade das atividades específicas, a alocação das tarefas e a avaliação das competências disponíveis na equipe, são responsabilidades eminentemente ‘técnicas’ que não podem dispensar a formação especializada e a competência correlata a essas funções e responsabilidades. (p.42)

O Memorial Projeto Rondon, nortear-se-á pela Minuta do Estatuto dos Museus, conforme estabelecem o Instituto Brasileiro de Museus, o Sistema Brasileiro de Museus e o Departamento de Museus. O Plano Museológico do Memorial Projeto Rondon será elaborado pelos membros criadores do Memorial e pela Diretoria, assim que instituída. De acordo com o Estatuto dos Museus, o Plano Museológico, que servirá para regulamentar o Memorial e torná-lo oficial perante aos Órgãos regulamentadores, permitindo também o seu registro no Sistema Municipal de Museus e nos demais Sistemas, assim como seu cadastro no Cadastro Nacional de Museus. Que lhe permitirá ter suas demandas atendidas pelos Programas Federais, e ainda possibilitando a qualificação dos seus membros através das atividades desenvolvidas pelos Sistemas, além dos benefícios estabelecidos pelas redes.

O Memorial Projeto Rondon deverá ser registrado na UFSM, sendo necessária a expedição de uma Portaria Universitária. Para isso, é primordial o atendimento as necessidades básicas, tal como: sede própria; recursos financeiros, para a compra de materiais necessários a sua instalação, e a criação dos documentos oficiais. Esses procedimentos encontram-se ainda em fase de planejamento e execução.

2ª ETAPA - O Acervo do Memorial Projeto Rondon

- Está sendo realizado um levantamento dos rondonistas, que coordenaram Projeto Rondon pela UFSM, e ainda àqueles que participaram como professores e/ou acadêmicos das Operações do Projeto Rondon, tanto na primeira fase, como na fase atual. Diante disso, estão sendo agendadas entrevistas, onde é utilizada a metodologia da História Oral. Estas serão arquivadas e preservadas, no formato digital e em papel, após suas transcrições.
- Foram e estão sendo realizadas, pesquisas em fontes bibliográficas, documentais, fotográficas e em documentação audiovisual, para aquisição de acervo e melhor estruturação do Memorial.
- Junto às entrevistas, está sendo solicitada, a doação e/ou o empréstimo para reprodução, dos arquivos pessoais, referentes ao Projeto Rondon, para comporem o acervo do Memorial.

Para que dessa forma, sejam preservados e compartilhados, através de exposições e pesquisas, com o público alvo do Memorial.

- Após as etapas anteriores deverá ser realizado o registro de todos os materiais, documentos e publicações referentes ao Projeto Rondon, coletado junto aos rondonistas. E ainda, será realizada uma pesquisa e posterior registro de todas as publicações referentes a participação da UFSM e de seus acadêmicos, professores e funcionários nas Operações do Projeto Rondon, contidos nos arquivos e bibliotecas da UFSM, e ainda em outras instituições, afim de criar um banco de dados, facilitando futuramente a pesquisa. Este material também deverá servir para dar início ao arquivo e a biblioteca do Memorial.

Para a aquisição e formação do acervo do Memorial deverão ser levados em consideração os seguintes Programas:

Programa de Constituição do Acervo

O Memorial Projeto Rondon adotará como forma de constituição do acervo, um Programa de Pesquisa, onde seus gestores se dedicarão a produzir conhecimento sobre o acervo existente e ainda, mapeando, localizando, reproduzindo ou adquirindo documentos significativos relacionados à especialidade do Memorial. Estas pesquisas deverão abranger as atividades de extensão desenvolvidas pela Universidade Federal de Santa Maria no Projeto Rondon, bem como as experiências dos rondonistas e ainda a respeito das diversidades culturais das localidades nas quais as equipes da UFSM atuaram.

Através desse programa, o Memorial deverá desenvolver um projeto de entrevistas orais, com o qual deverá formar um banco de entrevistas, que constituirá uma importante documentação que será integrada as coleções. Junto às entrevistas, será desenvolvida uma campanha de doação de acervo, já que os entrevistados possuem em seu domínio significativos documentos, como registros fotográficos, vídeos, projetos e relatórios das Operações, entre outros.

Segundo Possamai,

na aquisição de acervo, a pesquisa deveria balizar com informações precisas as decisões ligadas à aceitação de doações ou a compra de determinadas peças para comporem o acervo do museu. Na aquisição, a pesquisa pode assumir, pelo menos, duas formas distintas. Pode estar apenas buscando informações pontuais sobre determinada peça ou coleção – como procedência, época de fabricação e utilização, funções e significados – com o objetivo de subsidiar as decisões da comissão de acervo do museu. Ou pode, dentro do campo temático de atuação do museu, estar selecionando e elegendo peças ou coleções para complementarem o acervo da instituição. (2002, p.78,79)

O acervo do Memorial Projeto Rondon será constituído por coleções²¹, das quais serão adquiridas através de campanhas e projetos de aquisição de acervo. Essa aquisição ocorrerá através de doações de documentos originais, cópia dos documentos, e ainda por meio da produção documental. No acervo, será encontrada documentação bibliográfica, documentos arquivísticos, entrevistas transcritas e em formato digital, ou suporte magnético correspondente, vídeos em VHS e formato digital, fotografias em suporte papel e digitalizadas, mapas e objetos. Portanto, o acervo do Memorial será composto por uma variedade documental, impressa em diferentes tipos de suporte.

O Memorial possuirá três Coleções, que atenderão os objetivos de salvaguarda da história e da memória do Projeto Rondon na UFSM e do acesso a pesquisa a respeito das ações extensionistas desenvolvidas pelos rondonistas, bem como sobre as diversidades culturais das regiões onde os acadêmicos atuaram. Desta forma, as Coleções que irão compor o cerco do Memorial Projeto Rondon, serão divididas da seguinte maneira:

- História do Projeto Rondon e Memória dos Rondonistas;
- Ações extensionistas da Universidade Federal de Santa Maria no Projeto Rondon;
- O Brasil pelos olhos dos Rondonistas.

Programa de Pesquisa

A pesquisa é uma ação fundamental para garantir a dinamicidade das ações desenvolvidas pelo e no Memorial, assim como auxiliam para a constituição do acervo, para desenvolver programas educativos, e para contribuir na elaboração das Propostas de Ação produzidas pela UFSM para concorrer às Operações do Projeto Rondon. O Programa de pesquisa estará vinculado à especificidade do Memorial e seu acervo, assim como estará articulado aos outros programas: expositivo, educativo, de publicações, de extensão, sendo, portanto, a pesquisa uma ação indispensável para a produção de conhecimento e sua socialização.

Será estabelecido também, um programa de pesquisa destinado ao processo de documentação do acervo, pois, através dela, é possível obter informações necessárias para o

²¹ Coleções “são documentos reunidos de acordo com o interesse do Centro de Memória, ou do colecionador, podendo ser cópia e documentos advindos de diferentes locais de produção, integrados pela temática comum e não pelo produtor dos documentos, como no caso dos fundos.” Estes são documentos “originais, únicos e provenientes de uma só origem e, por isso exigem um cuidado específico no momento de organização.” (OLIVEIRA, Josiane Rosa de; CARBONERA, Mirian; ARGENTA, Denise. Pensar o Tempo, Pensar no Tempo: Possibilidades de um Centro de Memória. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). As várias fases do Patrimônio. Santa Maria: Pallotti, 2006.)

registro adequado do objeto no interior do museu. Segundo Possamai, essas informações podem ser subdivididas em intrínsecas e extrínsecas. As intrínsecas compreendem “aquelas informações obtidas pela análise das propriedades físico-químicas dos objetos” (2002, p.79), que podem, muitas vezes, serem registradas a partir da observação. Enquanto que as extrínsecas são “aquelas obtidas de outras fontes que não o objeto [...], permitem conhecer os contextos nos quais os objetos existiram, funcionaram e adquiriram significado e geralmente são fornecidas quando da entrada dos objetos no museu e/ou através das fontes bibliográficas e documentais” (POSSAMAI, 2002, p.79).

Esses programas deverão ser desenvolvidos pelos gestores do Memorial, pelos acadêmicos participantes do Projeto Rondon, pelos alunos estagiários e bolsistas e por toda a comunidade acadêmica interessada na temática. As linhas de pesquisa desenvolvidas pelo Memorial terão como foco: a história e memória dos rondonistas, a história e as ações da UFSM no Projeto Rondon, as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos nas Operações do Projeto Rondon e o quanto essas ações contribuem para o seu desenvolvimento social e profissional, as diversidades culturais e populacionais do Brasil, assim como as diferenciadas formas de atuação da UFSM em comunidades carentes. Além daquelas, desenvolvidas no sentido de favorecer o processo de documentação e registro do acervo, como especificado anteriormente.

3ª ETAPA – Estruturação do Memorial Projeto

Esta etapa encontra-se em processo de planejamento e elaboração em função dos tramites burocráticos para a execução das obras, aquisição de recursos financeiros e ainda devido a demora na execução dos projetos arquitetônicos e orçamentários. Esta etapa, assim como as anteriores, será pautada pelos seguintes planejamentos: Planejamento da Identidade Visual do Memorial Projeto Rondon e Planejamento Arquitetônico. Os Programas de Segurança, Recursos Humanos e Recursos Econômicos, deverão ser elaborados, posteriormente, pela equipe que irá gerenciar e coordenar o Memorial. Entretanto no que se refere à segurança, foram pensadas as seguintes medidas: instalação de grades nas janelas e portas, alarme, e ainda deve-se levar em consideração que há vigilância no local vinte e quatro horas, além das câmeras de segurança instaladas e monitoradas em todo o Campus da UFSM.

Já referente aos recursos humanos, conforme indicado anteriormente, o Memorial será coordenado pelo Professor Ubiratan Tupinambá da Costa, sobre a supervisão de uma museóloga e dos membros da Pró-Reitoria de Extensão. Deverá contar ainda com a participação de estagiários de variados cursos, tais como Arquivologia, História, Desenho

Industrial, Sistema de Informação, entre outros, que darão continuidade às atividades museológicas propostas. Além destes, o Memorial irá contar com os acadêmicos que irão desenvolver atividades ligadas ao Projeto Rondon, e que contribuirão para a renovação contínua do acervo.

E, no que tange aos Recursos Econômicos, estes deverão ser provenientes de programas governamentais, dos quais segundo Letícia Julião, os museus vêm pleiteando, por meio das leis de incentivo à cultura, em âmbitos municipal, estadual e federal. Esses recursos são “provenientes da renúncia fiscal do Estado, que vêm permitindo a sobrevivência e/ou a revitalização de muitos museus, bem como a realização de projetos arrojados de preservação do patrimônio cultural”. Entretanto, de acordo com a autora, “se, por um lado, as leis de incentivo tornaram-se alternativas legítimas e, em parte, bem sucedidas de sustentação de políticas culturais, por outro, têm obrigado os museus a se adequarem à lógica do mercado, às exigências do marketing e do consumo cultural.” (JULIÃO In: MINISTÉRIO..., 2006, p.29).

Além desses recursos pleiteados através de projetos e editais de programas governamentais, deverão ser utilizada verbas e recursos próprios da UFSM. Tendo ainda como alternativa, as campanhas de doações e através da criação de uma associação dos amigos do museu.

Planejamento da Identidade Visual do Memorial Projeto Rondon

Criar uma marca que identifique e que faça referência aos objetivos de uma empresa, é de fundamental importância na medida em que esta passa a determinar a forma como as pessoas identificam a empresa. No caso de uma instituição, que entre seus demais desígnios, tende a criar laços de identificação com o público, na intenção que estes se sintam representados e pertencentes àquele espaço, apropriando-se e usufruindo dos seus serviços, torna-se ainda mais eminente a necessidade de criar uma imagem visual que cause essas sensações. Pensando nisso, e levando em consideração que o Memorial Projeto Rondon, está vinculado a duas instituições de peso e relevância no cenário nacional, foi sugerida a criação de uma marca que fizesse referência as duas, mas que, ao mesmo tempo imprimisse um significado particular, levando em consideração a missão do Memorial.

Desta forma foi criado um briefing, com as principais informações e intenções do Memorial, onde foram também salientados: a importância do Projeto Rondon na história da UFSM; o significado da criação do Memorial no ano em que a UFSM completou 50 anos de existência, considerando a valor que as ações extensionistas possuem desde a criação da Universidade; a extensão do trabalho e do significado do Projeto Rondon no cenário nacional.

Junto a essas informações foram encaminhadas as marcas que ao longo da história do Projeto Rondon, identificaram as suas ações e Operações, conforme (FIGURA 31).

Figura 31 – Marcas utilizadas pelo Projeto Rondon



Imagens Visuais ligadas a Primeira Fase do Projeto Rondon



Imagens Visuais ligadas a Segunda Fase do Projeto Rondon

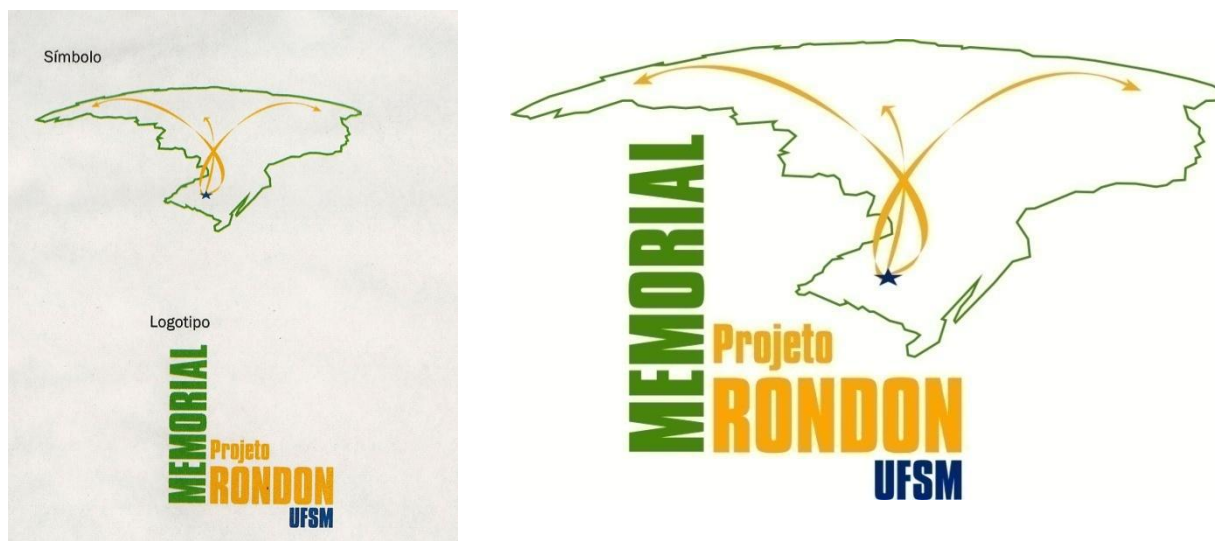
Imagens Visuais do Projeto Rondon, encaminhadas ao Professor Ronaldo Martins Grufke, para a Elaboração da marca do Memorial Projeto Rondon.

Fonte: Imagem confeccionada pela Acadêmica de Pós-Graduação Daiane Spiazzi. Imagens do arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa.

Este material foi encaminhado ao Professor do Curso de Desenho Industrial da UFSM, Ronaldo Marins Grufke, que além de ser um profissional capacitado para o serviço, é conhecedor das atividades desenvolvidas no Projeto Rondon, pois participou por duas vezes de Operações Nacionais, nos anos de 2009 e 2010, onde participou como Segundo Professor, e Professor Coordenador, respectivamente. Portanto, sua experiência como professor da UFSM, na área de designer, e como rondonista, lhe habilitaram para a elaboração da marca do Memorial Projeto Rondon, levando-se em consideração também a sua disponibilidade e disposição em contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

Entretanto, o professor preferiu apenas coordenar a atividade, atribuído à função a sua estagiária, a acadêmica do Curso de Desenho Industrial – Habilitação em Programação Visual, Shaiani Duarte. Sendo assim, de porte das informações fornecidas e sobre a supervisão e orientação do professor Ronaldo, criou o Projeto em (anexo 8) para a criação da marca do Memorial que é composta por símbolo e logotipo, conforme imagens (FIGURA 32).

Figura 32 – Marca do Memorial Projeto Rondon



Projeto Gráfico desenvolvido pela acadêmica Shaiane Duarte e coordenado pelo Professor Ronaldo Marins Grufke, a pedido do Professor e coordenador do Projeto Ubiratan da Costa e da mestrandia Daiane Spiazzi.
 Fonte: DUARTE, Shaiani. Projeto de Programação Visual da Marca do Memorial Projeto Rondon. UFSM, 2010.

No memorial descritivo, Duarte coloca que o símbolo “representado pela síntese gráfica do mapa do Brasil tem, em seu interior, três flechas indicativas saindo de um mesmo local, a estrela” (2010, p.2), que apresentada em azul, representa simbolicamente a UFSM e a instalação do Memorial Projeto Rondon na Instituição. Ela salienta que as três flechas referenciam às três vertentes do Projeto Rondon, que segundo ela são: “o esforço de Governos e Instituições de Ensino Superior, a aliança entre estudantes e comunidade e, por último, a busca por soluções que contribuam com o desenvolvimento sustentável e bem-estar de uma comunidade” (2010, p.2).

Entretanto, preferiu-se reformular essas atribuições dadas às três vertentes apontadas por Duarte, buscando uma torná-las mais claras. Sendo assim, as três flechas representadas no símbolo foram associadas às seguintes vertentes, que julga-se serem mais adequadas: O trabalho das Instituições de Ensino Superior, através de seus professores e acadêmicos; a Coordenação e Organização do Projeto Rondon, por meios de sua equipe e dos Ministérios que o compõe, principalmente o Ministério da Defesa; e por último, as Comunidade, por meio de suas Prefeituras, que solicitam e garantem as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos rondonistas.

Já, o logotipo, segundo Duarte, em caixa alta, fonte Compacta Bt e nas três cores escolhidas, tem peso e impacto. Foi diagramado junto à marca para criar uma uniformidade e uma solidez do símbolo junto ao logotipo, causando assim, a harmonia visual desejada. Já as

cores escolhidas, amarelo e verde, fazem referência à bandeira do Brasil, também muito evidenciada nas marcas utilizadas pelo Projeto Rondon, e o azul está diretamente ligada ao azul institucional da UFSM.

A marca criada para o Memorial Projeto Rondon deverá ser utilizada na representação, identificação e divulgação de todas as ações realizadas pelo Memorial. Portanto, com o objetivo de fortalecer a imagem do Memorial, a marca será usada em: panfletos, cartazes, banners, vídeos institucionais, camisetas, brindes e ainda na fachada do Memorial.

Planejamento Arquitetônico

Pensando em criar um espaço adequado, que seja compatível com as necessidades básicas e com as exigências para a implantação de um espaço museológico, foi realizado junto a Pró-Reitoria de Extensão, um estudo dos locais pertencentes a esta instância, que permitissem a instalação, mesmo que provisória do Memorial Projeto Rondon. Detectou-se inicialmente, que não haviam salas disponíveis na Reitoria que comportasse tal intenção. Porém, na falta de um lugar próprio, foi sugerido pelo Professor e Pró-Reitor de Extensão, João Rodolpho, que para iniciar as atividades do Projeto e para gerar uma pressão na busca por um lugar mais adequado, seria necessário dividir espaço com o NEP, ocupando a sala onde eram expostos os banners do Memorial do Japão. Para isso, foram solicitadas condições básicas para dar início as atividades, tais como, uma mesa, um computador, ponto de internet e telefone, e um mural onde fosse possível montar uma exposição temporária, conforme (FIGURA 30), apresentada no início desse capítulo.

Todavia, devido às dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades propostas, em função da falta de espaço físico, da ausência de um lugar para a guarda e reprodução dos materiais que irão compor o acervo, e ainda, por causa da falta de privacidade, devido ao fluxo constante dos estagiários do NEP e das necessidades do mesmo, não foi possível manter por muito tempo esta parceria. Neste momento, tornou-se fundamental para o prosseguimento do projeto encontrar outro lugar.

Conforme o Projeto do Memorial Projeto Rondon, seria necessário um local que comportasse: mesa de reunião, arquivo, estante de livros, espaço para projeção de imagens, vídeos, exposição de material iconográfico, para a montagem de exposição permanente e temporária, além do espaço necessário para o atendimento ao público, palestras, trabalhos de pesquisa e conservação e ainda uma reserva técnica.

Sendo assim, e tendo em vista a reestruturação do Centro de Eventos da UFSM, o Professor João Rodolpho, sugeriu que fosse ocupada, caso fosse possível, uma das casas do

local. Desta forma de acordo com o professor **Saul Fontoura da Silva**, coordenador do **Centro de Eventos da UFSM**, a “Casa do Guará” havia sido devolvida a UFSM e estaria em melhores condies para a instalao do Memorial, conforme (FIGURA 33). Diante disso, foi solicitada a Pr-Reitoria de Planejamento (PROINFRA), por meio do Memorando n218/2010, a reforma do local. Esta incluiria: drenagem do terreno, troca do piso e da forrao, fechamento de portas e janelas, modificaes na estrutura interna, e ainda pintura e fortalecimento do sistema elétrico e hidráulico.

Figura 33 – Casa do Guará, futura sede do Memorial Projeto Rondon



Créditos: Daiane Tonato Spiazzi.

Para agilizar esse processo, foi solicitado a arquiteta Carolina Saraiva Flores, filha do Pr-Reitor de Extensão, que fizesse um esboço da planta baixa do Memorial, prevendo as mudanças necessárias e os espaços sugeridos. A planta sugerida pela arquiteta, encontrada no (anexo 9), foi encaminhada a PROINFRA, sendo assim, a criao do Projeto Arquitetnico ficou a cargo da Arquiteta Maria de Lourdes Afonso dos Santos.

Desta forma, conforme combinado com a Arquiteta, e planta em (anexo 10), o Memorial apresentar: uma recepo/secretaria e espaço para dois arquivos; sala de exposio e projeo de imagens, onde serão também desenvolvidas atividades educativas e palestras; banheiro adaptado a pessoas com necessidades especiais; sala para reuniões, pesquisa, tratamento do acervo e reserva técnica, onde funcionará também a coordenao das atividades do Projeto Rondon; cozinha e área de socializao. Podendo, ainda ter sua estrutura ampliada na direo leste e sul, para a construo da reserva técnica, conforme sugere Candido:

Os objetos, quando não estiverem em exposição, devem ser guardados nas reservas técnicas. Estas devem ser espaço seguro, sem janelas externas e com ampla porta de acesso, em aço, para a locomoção de peças de grandes dimensões. A estabilidade climática em seu interior deve ser mantida. Os pisos e revestimentos deverão ser de fácil limpeza e não inflamáveis. As paredes externas expostas à insolação devem ser equipadas com câmaras de ar, de forma a se criar uma segunda parede próxima à primeira, ou protegidas por materiais termoisolantes. Não devem ter canalização de água e cabos de alta tensão. Seu mobiliário deve permitir perfeita aeração. (CÂNDIDO In: MINISTÉRIO..., p.122)

No Projeto atual a reserva técnica dividirá espaço com a sala de reuniões e pesquisa, sendo realizada a guarda do acervo em armários e arquivos, que deverão suprir temporariamente as exigências técnicas.

Junto ao Projeto arquitetônico desenvolvido pela Arquiteta, foi feito um orçamento estimativo conforme (anexo 11), dos custos para a realização da reforma da “Casa do Guará”, que compreende um espaço físico de 86,40m². Foi estimado o valor de 40 mil reais.

De posse do Projeto Arquitetônico e do orçamento estimado, será possível pleitear verbas para tal obra, conforme os tramites legais da UFSM, a serem ainda definidos pela Pró-Reitoria de Extensão.

4ª ETAPA – Ações do Memorial Projeto Rondon

Esta etapa configura-se nos planejamentos que deverão nortear as atividades do Memorial após sua instalação em sede própria. Sendo assim, para atender as exigências finais do Plano Museológico, serão apresentados os seguintes Programas: Museológico, Educativo e de Comunicação.

Programa Museológico e/ou expositivo

A elaboração de um Plano Museológico é fundamental para a realização de uma boa exposição, pois, possibilita a visibilidade do acervo de forma que o público possa compreender e apreender as informações contidas em cada peça. Proporciona também, que haja na exposição, uma boa circulação pelo acervo. Deste modo, possibilitará o desenvolvimento de outras atividades previstas nos programas adotados pelo Memorial, tais como palestras, ações educativas e/ou projeção de imagens e vídeos.

Para a elaboração do Plano Museal, será montada uma equipe que deverá ser interdisciplinar, incluindo professores e acadêmicos das áreas de arquitetura, engenharia, designer, educação, historia e museologia, entre outros. Isto em função da adequação dos diferentes saberes e para que a linguagem e a mensagem transmitida pela exposição sejam acessíveis a todos os públicos que o Memorial pretende atingir.

As exposições do Memorial Projeto Rondon deveram ter variados arranjos temáticos conforme o tipo de exposição e o público que se quer atingir. Entretanto, o Memorial terá uma exposição permanente, que comportará objetos, (espaço criados com maquetes), mapas e imagens e fotografias, além de um setor para audição e visualização dos depoimentos orais.

Também deverão ser realizadas exposições itinerantes em eventos, escolas e universidades de Santa Maria. Estas exposições terão por finalidade dar visibilidade ao Memorial e divulgar os programas a ser desenvolvidos.

Programa Educativo:

O Programa Educativo do Memorial Projeto Rondon, terá como principal público alvo os acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria, os alunos das demais Universidades e Faculdades de Santa Maria. Logo após, a comunidade universitária, os educandos das escolas públicas e particulares da cidade, priorizando o Ensino Médio, e posteriormente o Fundamental e Infantil. Esta escala de públicos deve-se ao fato que o Memorial ter por objetivo o incentivo a novas participações em Operações do Projeto Rondon, e a prática de ações extensionistas em comunidades carentes. Portanto, as ações educativas deverão seguir um caminho inverso ao tradicional, começando pelos de maior formação até chegar à Educação Infantil, por meio da sensibilização para um Brasil multicultural e multirracial.

As ações educativas voltadas para o público acadêmico, deverá ter como foco, a ação e as atividades desenvolvidas pelos rondonistas em Operações do Projeto Rondon, bem como as oportunidades que os projetos de extensão proporcionam para a formação profissional, além de garantir uma experiência em comunidades que realmente precisam de atendimento e capacitação de seus multiplicadores. Serão abordadas também, as diversidades e dificuldades encontradas em todo o território brasileiro, preparando os futuros profissionais para atuarem de forma consciente e eficiente em qualquer parte do Brasil.

A proposta de Ação Educativa para esse público deverá ocorrer tanto no Memorial, quanto nos Centros, em salas de aula ou anfiteatros, de acordo com os espaços disponíveis. Poderá ocorrer em momentos programados pelo Memorial, inseridos em Semanas Acadêmicas ou demais eventos, tais como o “Extensão Conta”, evento desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFSM, que ocorre junto com a “Jornada Acadêmica Integrada” (JAI), ou ainda quando solicitado. As atividades deverão variar desde visitas a exposição, palestras, iterações dialogadas com rondonistas, projeção de vídeos, oficinas, apresentação de trabalhos por parte dos rondonistas e participação em atividades Pré-Rondon.

Já para a Comunidade Acadêmica, que comporta tanto os alunos quanto, funcionários, professores, pais entre outros, serão desenvolvidas atividades no Memorial, através da projeção de imagens e vídeos, da visita guiada pela exposição, palestras, interação com os rondonistas. Para esse público será priorizado as ações da UFSM no Rondon e as diversidades brasileiras.

Para o público escolar, serão desenvolvidas atividade de Educação Patrimonial nas escolas, primando pelo conhecimento, reconhecimento e valorização do Brasil, em suas múltiplas realidades, bem como nas formas de atuação que os profissionais podem exercer para fazer do país um lugar mais digno de se viver. Deverão ser salientados também, os meios de desenvolver nas escolas projetos de extensão, que contribuam para o desenvolvimento das comunidades em que a escola está inserida. Outra forma de atuação junto à comunidade escolar será através da visita dos mesmos ao Memorial, onde serão desenvolvidas atividades lúdicas, e de sensibilização, por meio de exposições especiais, que proporcione a apropriação dos conhecimentos adquiridos.

Poderá ser utilizado, também, nas escolas da cidade, o Projeto “Caixas de Memória” que consiste em organizar um kit de materiais, contendo objetos do acervo, para ser utilizado em sala de aula. O kit deverá ser constituído por dois tipos de materiais: um conjunto destinado à observação, registro, exploração e apropriação pelo aluno, com a mediação do professor; e outro, para instrumentalização do docente (MACHADO, 2002, p.299), conforme metodologia da Educação Patrimonial explicitada por Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.11). Pois conforme Machado,

enquanto ‘instrumento de alfabetização cultural’, a educação patrimonial postula o aprender a ver, a educação do olhar sobre um objeto, um documento, um espaço. Essa capacidade de desvelar o contexto da produção do elemento cultural é que contribui para o processo de apropriação e valorização, sendo imprescindível para a estruturação do sentimento de identidade e cidadania. É a leitura do mundo, do universo cultural e do contexto em que foram produzidos os objetos culturais que estamos explorando, que permite identificar as permanências e transformações da dinâmica social. Muito mais que quantidade de informações, é a qualidade política destas que a educação patrimonial privilegia: é a consciência crítica postulada por Freire (1997). (2002, p.302)

Esta prática tem por objetivo democratizar o acesso e a fruição aos elementos culturais expostos no Memorial. Este Projeto, segundo Machado, “procura romper com essa limitação física, oportunizando um contato direto com elementos culturais, envolvendo uma parcela maior da população escolar sem, no entanto, diminuir a importância da visita ao Museu”, ao contrário, “a exploração do material, quando realizada de forma consciente, enriquece a

visita e a exploração do acervo museológico e arquivístico e, principalmente, subsidia as futuras gerações para lidar com competência política em relação às questões patrimoniais” (2002, p.298).

Programa de Comunicação e Divulgação:

Levando-se em conta a importância do trabalho que será desenvolvido pelo Memorial Projeto Rondon, seja através dos programas educativos, de pesquisa, de extensão, de preservação do acervo, e ainda como espaço de exposição e coordenação das atividades do Rondon na UFSM, é imprescindível a criação de um Programa de Comunicação e Divulgação, para dar maior visibilidade às ações desenvolvidas. Sendo assim, o programa visa a divulgação das pesquisas e seus resultados, dos trabalhos produzidos e realizados, do acervo, e das atividades preservacionistas utilizadas pelo Memorial, para garantir maior acessibilidade à comunidade acadêmica e demais interessados.

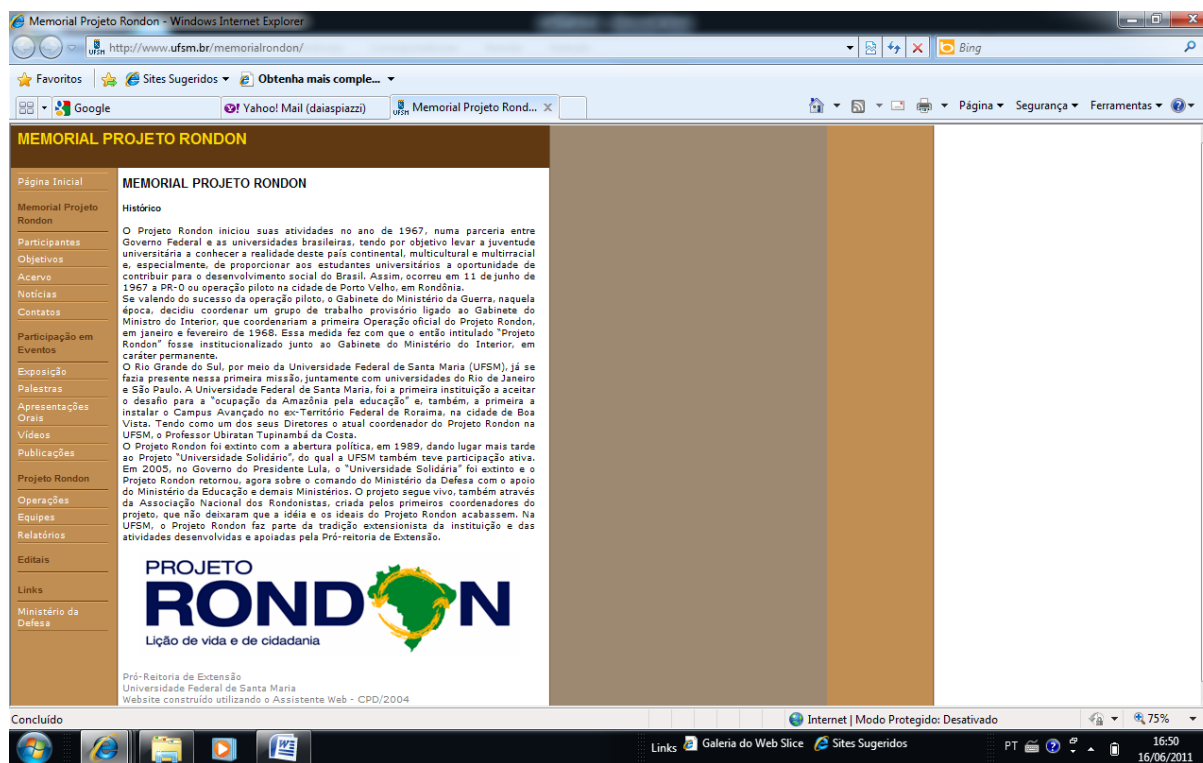
Para tanto, inicialmente será utilizadas as seguintes estratégias de divulgação:

1. A implantação de um espaço Virtual.
2. A Campanha de Lançamento do Memorial Projeto Rondon.
3. Apresentação e publicação dos trabalhos desenvolvidos pelos rondonistas e pelo Memorial.
4. Divulgação das ações educativas previstas pelo Memorial

O espaço virtual do Memorial (FIGURA 34) será composto por uma página oficial, criada através do Servidor da UFSM, tendo como endereço o seguinte site: www.ufsm.br/memorialrondon, que está ligada a página da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM. O espaço virtual também será composto por um Blog, onde poderão ser postadas as opiniões, e onde ocorrerão enquetes, primando pela participação e interação do público. Posteriormente serão criados outros espaços virtuais do Memorial, tais como Facebook e Twitter, ampliando assim a rede de influência e de relacionamento do mesmo.

Para a “Campanha de Lançamento do Memorial Projeto Rondon”, serão utilizadas algumas linhas editoriais, tais como: publicação de uma matéria sobre o Memorial em um jornal local, criação de panfletos, faixas e banners, que serão fixados e distribuídos em pontos estratégicos na UFSM e em outras instituições educacionais de Santa Maria, a fim de atingir o público alvo do Memorial. Serão produzidas peças publicitárias, que serão divulgadas nas páginas de relacionamento do Memorial e no site oficial do mesmo. Mediante a possibilidade, será programada uma entrevista para a TV Campus, a fim de divulgar para um maior número de pessoas.

Figura 34 – Página Oficial do Memorial Projeto Rondon



Fonte: Encontrado no site: www.ufsm.br/memorialrondon. Último acesso em 16 de junho de 2011.

Em detrimento do lançamento do Memorial, está previsto, um evento, que mesclará exposição permanente no Memorial e itinerantes em outras partes da UFSM, palestras, mesa redonda com rondonistas de destaque na comunidade santa-mariense, apresentação de trabalhos e oficinas. O evento de lançamento do Memorial Projeto Rondon, deverá acontecer nos espaços físicos da UFSM, não tendo ainda precisão dos mesmos. Para os convidados oficiais, deverá ser oferecido um coquetel, durante a cerimônia oficial de lançamento do Espaço. Porém a realização deste, ainda não tem data marcada, devido a imprevisibilidade da conclusão das obras no prédio onde será instalado o Memorial.

Para dar mais acesso as produções realizadas pelos rondonistas e pelo Memorial, pretende-se realizar publicações em anais de eventos, revistas especializadas e na Internet, no site do Memorial. Tendo também por meta, a elaboração e publicação do livro, denominado “A História da UFSM no Projeto Rondon e suas Memórias”. Os acadêmicos envolvidos com o Projeto Rondon, e/ou estagiários do Memorial, também serão incentivados a apresentar seus trabalhos e suas experiências em eventos universitários, divulgando desta forma os feitos da UFSM em outras instituições e contribuindo com suas formações acadêmicas.

Tendo em vista as ações educativas previstas pelo Memorial, será lançada uma campanha de divulgação dessas ações, por meio de chamadas dos sites de relacionamento do Memorial e cartazes que serão fixados nos murais de cursos, nas variadas Instituições de Ensino Superior da cidade, e em Escola públicas e privadas de Santa Maria. Será criado um sistema de comunicação entre o Memorial e os docentes e professores, para facilitar a compreensão das necessidades e estabelecimento das ações, travando assim um relacionamento horizontal. Onde nenhuma ação seja imposta ou mal aproveitada.

Tendo em vista que a criação de um espaço museológico não consiste em uma ação simples, pois, deriva de inúmeras práticas, nem todas de rápida solução, como é o caso de reformas arquitetônicas, este trabalho conclui-se com a apresentação das etapas iniciais, deixando, no entanto indicações para a realização das demais. Porém, embora o Memorial não tenha sido oficialmente criado, necessitando ainda de alguns procedimentos legais como apontado anteriormente, e ainda não tenha sede própria, funcionando apenas no formato on-line, já estão sendo realizadas algumas ações para sua divulgação, tais como palestras e exposições itinerantes, conforma (FIGURA 35), realizadas em eventos promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão e quando solicitadas pelos cursos da UFSM e do Centro Superior de Ensino Norte – RS (CESNORS), conforme (FIGURA 36).

Figura 35 – Exposição Itinerante no SEURS 2009



Créditos: Daiane Tonato Spiazzi

Figura 36- Palestra em Palmeira das Missões



Na ocasião o Professor Ubiratan da Costa (em pé a direita), juntamente com o Técnico administrativo Marcelo Ercolani (em pé a esquerda) e a mestranda Daiane Spiazzi, apresentavam o Projeto Rondon e o Memorial Projeto Rondon aos acadêmicos do Campus de Palmeira das Missões.

Créditos: Daiane Tonato Spiazzi

No intuito de divulgar o Projeto do Memorial Projeto Rondon e ganhar força para sua implantação, foi produzido um banner e um vídeo de relatos, dos quais foram apresentados em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Essas ações de comunicação e divulgação realizadas desde antes da oficialização do Memorial, visam demonstrar que a realização desse projeto e a implantação do Memorial constituem-se como um desejo, não só dos envolvidos com o Projeto Rondon, mas de todos aqueles que compraram esse empreendimento. Visto que a Pró-Reitoria de Extensão tem apoiado e supervisionado cada ação desenvolvida até aqui, estando disposta a dar prosseguimento aos próximos passos até a concretização desse ideal, que é a criação do Memorial Projeto Rondon e o desenvolvimento das ações previstas nesse trabalho.

CONCLUSÃO

Tendo em vista a filosofia adotada pelo Reitor Mariano da Rocha Filho, para a criação da primeira Universidade pública no interior do Estado, que era democratizar e tornar acessível o ensino superior a todas as camadas da população, e ainda expandir sua ação para promover o desenvolvimento de toda sua área de influencia, tornou-se necessário criar um espaço museológico que tivesse o mesmo ideal de socialização do conhecimento. Para tanto, foi pensado na criação de um memorial, que além de socializar os conhecimentos, fizesse uma homenagem a todos os esforços realizados pela UFSM no Projeto Rondon. Projeto esse, que fez da Universidade pioneira na instalação de um Campus Avançado que ultrapassava os limites de sua área geo-educacional e atendia a uma região que estava localizada a mais de 5 mil quilômetros de distância.

A atuação no Projeto Rondon, assim como nas demais extensões mantidas pela UFSM, trouxe para a Instituição e conseqüentemente para seus funcionários, professores e alunos, uma experiência, que lhes garante na atualidade ser referência quando se fala em projetos de extensão. No Projeto Rondon atual, a UFSM, se mantém como conselheira e como símbolo de um trabalho desenvolvido com eficiência e responsabilidade. Isso se deve a todo o trabalho desenvolvido por seus antecessores, que merecem reconhecimento e valorização de seus feitos.

A idéia de criação de um Memorial que servisse como um espaço museológico, norteado pelos princípios da Nova Museologia e que seguisse as exigências previstas no Estatuto dos Museus, teve como objetivos, cumprir as exigências do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, que prevê a criação de um produto cultural. Isto é, a concretude resultante de um trabalho acadêmico, que além de proporcionar ao mestrado a prática em suas ações, ainda proporciona a sociabilização dos conhecimentos adquiridos no mestrado. Proporcionando ainda, ao público, o beneficiamento das criações.

O projeto de criação do Memorial Projeto Rondon, iniciou no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, sendo posteriormente sugerido a Pró-Reitoria de Extensão. Que vendo a importância desse, apoiou registrou como um Projeto institucional, dando mais força a execução das atividades. Garantindo também a legitimidade e a credibilidade, que todos os projetos da UFSM possuem perante a sociedade.

Sendo assim, o Memorial Projeto Rondon foi criado com a intenção de criar um espaço onde a memória e a história do Projeto Rondon na UFSM pudessem ser preservadas, valorizadas e socializadas. Devendo este espaço ser uma referência das atividades realizadas pela UFSM no Projeto Rondon, abrigando também a atual Coordenação do Projeto Rondon na Instituição e também servir como um centro de interação e convivência entre os rondonistas e comunidade acadêmica. Pois, a criação do Memorial Projeto Rondon, só terá significado se os rondonistas, acadêmicos e a comunidade tomarem conta desse espaço, sentindo-se pertencentes a ele, como de fato o são.

Pois, o Memorial Projeto Rondon, objetiva ser um centro de memória de caráter permanente, dialético e social. Que por meio de seus programas e projetos pretende manter com ao público alvo uma relação de proximidade e de interação constante. Porque, tendo a comunidade como raio de ação, será possível inserir-se nela e agir em prol de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o Memorial Projeto Rondon, tem por meta, servir como um instrumento de incentivo aos acadêmicos para que esses possam dar prosseguimento às ações sociais praticadas pelos rondonistas. Tendo em vista isto, o Memorial buscará perpassar seus muros, tornando-se um museu aberto, onde a comunidade se identifique e se expresse.

Sendo assim, o Memorial, na prática museológica a qual se destina, deverá servir como um espaço voltado ao estudo, a pesquisa, a comunicação e acima de tudo às práticas sociais que por tantos anos norteiam as Operações do Projeto Rondon e as ações da UFSM. Não deverá se preocupar apenas com o conteúdo expositivo, mas com o contexto que desvela através do que expõe, politizando sua exposição e criando diálogos com o público, gerando ações que estimulem a busca por novos conhecimentos.

Entretanto para que as ações do Memorial Projeto Rondon sejam de fato efetivadas, será necessária a sua instalação em sede própria, da qual está em processo de licitação para sua reforma. Para isso, ainda é necessário passar por procedimentos legais que ultrapassam as responsabilidades desse trabalho. Cabe aos órgãos da Universidade e do Governo Federal aprovar e colocar em prática, pois os primeiros passos para a criação do Memorial Projeto Rondon já foram dados, como relatados no Capítulo 4.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Gabriela. **Museus e Inclusão Social**. In: Revista da Fapa, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, Jan – Jun 2002. p. 53 – 62.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS RONDONISTAS. **Rondon Notícias**. Edição Especial – 40 Anos de História – 1967/2007. Brasília: Gráfica do Correio Braziliense S/A, 2007.

BARRETO, Luiz Henrique Moura. **Projeto Rondon: Planejamento, Opiniões e Motivações: janeiro e fevereiro de 2007**. Salvador: Ed. do Autor, 2008.

BARBOSA, Isabel Cristina Michel. O campus avançado da UFSM em Roraima. **Monografia** (Especialização em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria. 2000. 130p.

BARICHELLO, Eugenia M.M.R. **Universidade e comunicação: Identidade institucional, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnocultural**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **Memória e História (3) - lugares de memória**. 2011. Encontrado em: <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/memoria-e-historia-3-lugares>. Último acesso em 20 de maio de 2011.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. **A Função Social dos Museus Históricos**. In: Revista da Fapa, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 27, Jan – Jun 2000. p. 143 – 150.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BENITES, Paulo Danton Ferreira. **Expansão do Ensino Superior: Experiências de uma via alternativa exitosa**. Arquivo Pessoal, s.d..

BENITES, Paulo Danton Ferreira. **Informação sobre as Extensões**. Pró-Reitoria de Extensão. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 1976.

BRASIL. **Política nacional de museus. Bases para a Política Nacional de Museus**. 2007. Encontrado em <http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2007/09/bases-para-a-politica-nacional-de-museus.pdf>. Último acesso em 8 de junho de 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Uma visão do Campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília: MEC/DDD, 1980.

BRUNO, Cristina. **Museus e Pedagogia Museológica: os Caminhos para a administração dos indicadores da Memória**. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *As várias fases do Patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, 2006.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: MINISTÉRIO da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais; Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Museus. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília, Belo Horizonte: Bárbara Bela Editora Gráfica, 2006. 2ª Edição.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: Tendências e Perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

DEFESA, Ministério da Defesa. **Projeto Rondon**. In: https://www.defesa.gov.br/projeto_rondon/index.php?page=projeto_rondon. (Último acesso em 26 de outubro de 2008).

DUARTE, Shaiani. **Projeto de Programação Visual da Marca do Memorial Projeto Rondon**. UFSM, 2010.

DUARTE CANDIDO, Manuelina Maria. **Mini-Curso: Patrimônio Cultural e Participação Popular: perspectivas da museologia**. Santa Catarina: UNIVALE, 2006.

DUARTE CANDIDO, Manuelina Maria. **Conceitos e Proposições presentes em Vagues, a Antologia da Nova Museologia**. In: Revista da Fapa, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, Jan – Jun 2002, p.63 – 75.

EQUIPE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Operação Centenário da Comissão Rondon**. In: <http://jararaca.ufsm.br/websites/prex/download/OIAPOQUE2007.pdf>, 2007. (Último acesso em 29 de outubro de 2008).

FOLHA WEB. **Integrantes do Projeto Rondon chegam ao Estado e querem reiniciar atividades**. In: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?editoria=cidades&Id=46824>, 2008. (Último acesso em 27 de outubro de 2008).

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **A Gestão dos Museus e o Patrimônio Cultural**. In: Revista da Fapa, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, Jan – Jun 2000. p. 33 – 52.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do Museu**. In: MINISTÉRIO da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais; Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Museus. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília, Belo Horizonte: Bárbara Bela Editora Gráfica, 2006. 2ª Edição.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Caixas de Memória**. In: Revista da Fapa, Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 31, Jan – Jun. 2002. p. 297 – 305.

MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993.

MINISTÉRIO da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais; Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Museus. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília, Belo Horizonte: Bárbara Bela Editora Gráfica, 2006. 2ª Edição.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura; UNIVERSIDADE Federal de Santa Maria; COORDENAÇÃO do Campus Avançado de Boa Vista / Roraima. **Campus Avançado de Boa Vista / Roraima – Evolução dos Principais Acontecimentos**. Relato, mês a mês, de três anos de batalha. Santa Maria: Ed. UFSM, 1972.

MINISTÉRIO DO INTERIOR; FUNDAÇÃO PROJETO RONDON. **Participação e Desenvolvimento** – Ação Rondon 86/90. Brasília, 1990.

MONTEIRO, Simone Flores. **Estatuto Brasileiro de Museus**. Aula apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

_____. **Instituto Brasileiro de Museus**. Aula apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

_____. **Museologia**. Aula apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

_____. **Sistema Brasileiro de Museus**. Aula apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

MORAES, Nilson Alves de. **Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil**. In: *Museologia e Patrimônio* - vol.II nº 1 - jan/jun de 2009. (p.54-69). Encontrado em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Último acesso em 30 de maio de 2011.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006. Tomo 1.

_____. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. Tomo 2.

OLIVEIRA, Josiane Rosa de; CARBONERA, Mirian; ARGENTA, Denise. **Pensar o Tempo, Pensar no Tempo: Possibilidades de um Centro de Memória**. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *As várias fases do Patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIOVESAN, Linceo. **Projeto Rondon – RS e Jeunesse Canadá Monde: uma parceria que deu certo**. Taquara: FACCAT, 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. **A Pesquisa no Museu**. In: *Revista da Fapa, Ciências e Letras*. Porto Alegre, nº 31, Jan – Jun. 2002. p. 77 – 86.

RODRIGUES, Mário Costa. **Apresentação**. Encontrado em: http://www.ufrgs.br/projetorondon/h_apresentacao.htm, (Último acesso em 26 de outubro de 2008).

RONDON, Equipe do Projeto. **O jovem deve saber tudo sobre o Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A. e MEC, 1972.

RONDON, Notícias. **40 anos de História**. Edição Especial. Brasília: Projeto Rondon® Associação Nacional dos Rondonistas, 2007

STEFANELLO, Liriana Zanon. História, Museu e Patrimônio Cultural: A Imigração Italiana e o Município de Nova Palma. **Trabalho final de Graduação**. Universidade Federal de Santa Maria / UFSM. Santa Maria, 2008.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Políticas Públicas para Museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro**. In: Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental - Vol. 7, No 1 - Jan/Jun 2008. (p.9-28)

UNISAM – Primeiro Seminário sobre a Universidade Federal de Santa Maria e a Amazônia. Santa Maria: Ed. UFSM, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Campus Avançado de Boa Vista/Roraima: Evolução dos Principais Acontecimentos**. Santa Maria: Imprensa Universitária – UFSM, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UNISAM – Primeiro Seminário sobre a Universidade Federal de Santa Maria e a Amazônia**. Santa Maria: Imprensa Universitária – UFSM, 1972.

VANIRE, Hugues de. **Patrimônio e Cidadania**. In: CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Mini-Curso: Patrimônio Cultural e Participação Popular: perspectivas da museologia. Santa Catarina: UNIVALE, 2006.

FONTES ORAIS

BENITES, Paulo Danton Ferreira. Entrevista concedida no dia 28 de março de 2011.

DA COSTA, Ubiratan Tupinambá. Entrevista concedida no dia 19 de outubro de 2010.

SOARES, Gilson Hiram Machado. Entrevista concedida no dia 25 de junho de 2011.

FONTES FOTOGRÁFICAS

ASSINATURA do Convenio com as Extensões Universitárias da UFSM. In: MANUELA ILHA. Info Campus: **UFSM vai além de Santa Maria**. Acervo fotográfico do Museu Educativo Gama D'Eça da UFSM. Encontrado em: <http://w3.ufsm.br/infocampus/?p=2106>. Último acesso em 10 de outubro de 2011.

ASSINATURA do termo de compromisso para a criação do campus avançado em Boa Vista/RR. In: MANUELA ILHA. Info Campus: **UFSM no Projeto Rondon**. Departamento de Arquivo Geral da UFSM. Encontrado em: <http://w3.ufsm.br/infocampus/?p=829>. Último acesso em 10 de outubro de 2011.

CERIMÔNIA de abertura do 3ª Fórum Nacional de Museus, realizado em Florianópolis, 2008. In: MONTEIRO, Simone Flores. Instituto Brasileiro de Museus. **Aula apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, 2009.

CERIMÔNIA de Formatura realizada no Campus Avançado de Roraima. Arquivo particular de Ubiratan Tupinambá da Costa, s.d..

COLÉGIO Agrícola de Frederico Westphalen. In: MANUELA ILHA. Info Campus: **Educar para o Campo**. Departamento de Arquivo Geral da UFSM. Encontrado em: <http://w3.ufsm.br/infocampus/?p=2829>. Último acesso em 10 de outubro de 2011.

DA COSTA, Ubiratan Tupinambá. **Caminhões do Exército Brasileiro para transporte dos Rondonistas**. Arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa, 2006.

___ **Fachada da Sede Urbana do Campus Avançado de Boa Vista**. Arquivo particular de Ubiratan Tupinambá da Costa, 1978.

___ **Instalações do Campus Avançado de Roraima**. Arquivo particular de Ubiratan Tupinambá da Costa, 1978.

___ **Meio de Comunicação entre o Campus Avançado de Roraima e a UFSM**. Arquivo particular de Ubiratan Tupinambá da Costa, 1978.

___ **Militar indicado para ser Anjo da Equipe da UFSM no Projeto Rondon**. Arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa, 2005.

DESFILÉ das Equipes no Sete de Setembro. Acervo particular de Gilson Hiram Machado Soares. s.d.

EQUIPE da UFSM no Universidade Solidária. Arquivo particular de Ubiratan Tupinambá da Costa. 2001.

EQUIPE da UFSM no Unisol na cidade de Laranjeiras/SE. Arquivo particular de Ubiratan Tupinambá da Costa. 2000.

HASTEAMENTO da Bandeira do Projeto Rondon. Acervo particular de Gilson Hiram Machado Soares. s.d.

ILHA, Manuela. **Sede Provisória do Memorial Projeto Rondon.** Arquivo particular de Daiane Tonato Spiazzi, 2010.

INAUGURAÇÃO da placa com o nome: “Cidade Universitária Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho”. In: MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento.** Santa Maria: Pallotti, 1993. p. 102.

JOSÉ Mariano da Rocha Filho ao lado do Deputado Tarso Dutra. In: ILHA, Manuela. Info Campus: **O segundo homem da UFSM.** Departamento de Arquivo Geral da UFSM. Encontrado em: <http://w3.ufsm.br/infocampus/?p=955>. Último acesso em 10 de outubro de 2011.

PRIMEIRA Equipe enviada ao Campus Avançado de Boa Vista/RR. In: MANUELA ILHA. Info Campus: **UFSM no Projeto Rondon** . Departamento de Arquivo Geral da UFSM. Encontrado em: <http://w3.ufsm.br/infocampus/?p=829>. Último acesso em 10 de outubro de 2011.

PRIMEIRA Reunião da Nova Fase do Projeto Rondon realizada em Tabatinga. Arquivo pessoal de Ubiratan Tupinambá da Costa, 2005.

PREPARAÇÃO das Equipes da Região Central do Rio Grande do Sul. Acervo particular de Gilson Hiram Machado Soares. s.d.

REUNIÃO na Coordenação Geral das Extensões. In: MANUELA ILHA. Info Campus: **UFSM vai além de Santa Maria.** Acervo fotográfico do Museu Educativo Gama D'Eça da UFSM. Encontrado em: <http://w3.ufsm.br/infocampus/?p=2106>. Último acesso em 10 de outubro de 2011.

SOLENIDADE Oficial de Lançamento da Operação Nacional da Amazônia do Projeto Rondon. In: RONDON, Notícias. **40 anos de História.** Edição Especial. Brasília: Projeto Rondon® Associação Nacional dos Rondonistas, 2007.

SPIAZZI, Daiane Tonato. **Aviões da Força Aérea Brasileira.** Arquivo pessoal de Daiane Tonato Spiazzi, 2009.

___ **Embarcação da Marinha do Brasil.** Arquivo pessoal de Daiane Tonato Spiazzi, 2009.

___ **Exposição Itinerante no SEURS.** Arquivo particular de Daiane Tonato Spiazzi, 2009.

___ **Casa do Guará, futura sede do Memorial Projeto Rondon.** Arquivo particular de Daiane Tonato Spiazzi, 2011.

___ **Palestra em Palmeira das Missões.** Arquivo particular de Daiane Tonato Spiazzi, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1

Lei nº 3.834-C de 14 de dezembro de 1960

Fonte:

<http://w3.ufsm.br/proplan/images/stories/file/LEI%20N%203.834%20C,%20cria%20a%20UFG%20e%20UFS%20M.pdf>

LEI N. 3.834-C - DE 14 DE DEZEMBRO DE 1960

Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências

Art. 1º É criada a Universidade Federal de Goiás, com sede em Goiás, capital do Estado de Goiás, integrada no Ministério da Educação e Cultura e incluída na categoria constante do item I do artigo 3.º da Lei n. 1.254 (*), de 4 de dezembro de 1950.

Parágrafo único. A Universidade Federal de Goiás terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa, e disciplinar, na forma da lei.

Art. 2º A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade de Direito de Goiás (Lei n. 604 (*), de 3 de janeiro de 1949);
- b) Faculdade de Medicina de Goiás (Decreto n. 48.081 (*), de 7 de abril de 1960);
- c) Escola de Engenharia do Brasil Central (Decreto n. 45.183, de 29 de dezembro de 1958;
- d) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás (Decreto n. 30.180 (*), de 20 de novembro de 1951);
- e) Conservatório Goiano de Música (Decreto n. 45.285 (*), de 28 de janeiro de 1959) .

§ 1º As Faculdades, Escolas e Conservatórios mencionados neste artigo passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Faculdade de Farmácia e Odontologia e Conservatório de Música da Universidade Federal de Goiás.

§ 2º A agregação de outro curso ou de outro estabelecimento de ensino depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo na forma da lei e, bem assim a desagregação.

§ 3º O Poder Executivo promoverá, dentro do prazo de três anos a criação ou agregação à Universidade Federal de Goiás, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 3º O patrimônio da Universidade Federal de Goiás será formado por:

- a) bens móveis e imóveis pertencentes ao Patrimônio da União e ora utilizada pelos estabelecimentos de ensino superior, mencionados no artigo anterior e que lhe são transferidos, na forma da lei;
- b) bens e direitos que adquirir ou que lhe sejam transferidos, na forma da lei;
- c) saldos da receita própria e dos recursos orçamentários, ou de outra que lhe forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação desses saldos depende de deliberação do Conselho Universitário e somente poderá sê-lo em bens patrimoniais ou em equipamentos, instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização Presidente da República.

Art. 4º Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços provirão das dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União, das rendas patrimoniais, das receitas de taxas escolares, da retribuição e atividades remuneradas de laboratórios e das doações, auxílios subvenções e eventuais.

Parágrafo único. A receita e a despesa da Universidade contarão de seu orçamento e a comprovação dos gastos se fará nos termos da legislação vigente, obrigados os depósitos no Banco do Brasil S. A., cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

Art. 5º Independentemente de qualquer indenização, são incorporados ao patrimônio da Universidade, mediante escritura pública, todos os bens móveis, imóveis e direitos ora na posse ou utilizados pelas Faculdades, Escola e Conservatório referente nas alíneas b, c, d e e do artigo 2º.

Art. 6º É assegurado o aproveitamento, no serviço público federal, a partir da data da publicação desta lei, ao pessoal administrativo das Faculdades, Escola e Conservatório referidos nas alíneas b, c, d e e do artigo 2º, como funcionários em quadro que será criado, para esse fim, contando-se o tempo de serviço para efeito Artigo 182, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Poderão ser aproveitados, como interinos os professores e fundadores dos aludidos estabelecimentos que ocupam interinamente ou por contrato, cátedras dos mesmos.

Art. 7º Para o cumprimento do que dispõe o artigo anterior, a administração das referidas Faculdades, Escola e Conservatório apresentarão à Diretoria do Ensino superior relação acompanhada do currículo de seus professores e servidores, especificando a forma da investidura, a natureza do serviço que desempenham, a de admissão e a remuneração.

Parágrafo único. Serão expedidos pelas autoridades competentes, os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado nesta lei, depois e a contar da data da última das escrituras públicas referidas no artigo 5º.

Art. 8º Para execução do que determina o artigo 1º desta lei, são criados, no quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, um cargo de Reitor, símbolo 2-C, duas funções gratificadas, sendo uma de Secretário 3-F, e outra de Chefe de Portaria, 22-F.

Art. 9º Para execução do disposto no art. 2.º, alíneas b, c, d e e, e no parágrafo único do artigo 6.º, são criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura e Cultura, 22 (vinte e dois) cargos de Professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de Portaria, 20-F, para a Faculdade de Medicina; 32 (trinta e dois) cargos de Professor Catedrático, uma função de Diretor 5-C, uma de Secretário, 3-F e uma de Chefe de Portaria 20-f para a Escola de Engenharia; 24 (vinte e quatro) cargos

de Professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário 3-F e uma de Chefe de ; portaria 20-F, para a Faculdade de Farmácia e Odontologia; e 12 (doze) cargos de professor Catedrático, uma função gratificada de Diretor 5-C, uma de Secretário e uma de Chefe de Portaria, 20-F, para o Conservatório de Música.

§1o Os cargos de Professor Catedrático na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, serão reduzidos progressivamente a 18 (dezoito) , à medida que forem vagando, por extinção das respectivas cátedras, na forma a ser prevista no Regimento da Escola, que deverá ser aprovado dentro de 60 (sessenta) dias após a instalação da Universidade.

§2o O disposto no parágrafo anterior será aplicado às cátedras vagas na data da publicação desta lei, as quais não deverão ser providas em caráter efetivo, até a aprovação do Regimento.

§3o Para provimento, em caráter interino, de cátedras de novos cursos, que forem instalados em qualquer escola integrante da Universidade Federal de Goiás, somente poderão ser contratados Docentes Livres, ou Professores Catedráticos das mesmas disciplinas ou disciplinas afins.

Art. 10. Para cumprimento das disposições desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de 114.072.000,00 (cento e quatorze milhões e setenta e dois mil cruzeiros), sendo 5.304.000,00 (cinco milhões, trezentos e quatro mil) para funções gratificadas; 78.268.000,00 (setenta e oito milhões e duzentos e sessenta e oito mil cruzeiros) para pessoal permanente; 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para material e 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para diversos.

Art. 11. Os cargos dos institutos de ensino que integram a Universidade Federal de Goiás serão preenchidos à medida do desenvolvimento dos cursos e das necessidades das respectivas administrações.

Art. 12. Os cargos e funções de que trata a presente lei serão enquadrados e ajustados automaticamente ao sistema da Lei de Classificação dos Cargos e Funções.

Art. 13. O Estatuto da Universidade Federal de Goiás, que obedecerá aos moldes dos das Universidades Federais, será expedido pelo Poder Executivo, dentro de 120 dia a contar dá data da publicação desta. lei.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de 17.000.000,00 (dezessete milhões de cruzeiros, sendo 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) destinados à manutenção de restaurantes universitários e 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) à aquisição de veículos para transporte universitários de Goiânia e Anápolis, tudo a cargo da União Estadual dos Estudantes (UEE), de Goiás.

Art. 15. Fica igualmente criada a Universidade de Santa Maria, situada em Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul, e que será integrada no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 16. A Universidade de Santa Maria será constituída dos seguintes estabelecimentos federais de ensino superior, com sede na referida cidade:

- a) Faculdade de Medicina
- b) Faculdade de Farmácia;
- c) Faculdade de Odontologia;
- d) Instituto Eletrotécnico, do Centro Politécnico.

Art. 17. A Universidade de Santa Maria será integrada, ainda, dos seguintes estabelecimentos particulares de ensino superior ou de alto padrão, na situação de agregados:

- a) Faculdade de Direito
- b) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição;
- c) Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas;
- d) Escola de Enfermagem N. S. Medianeira.

Art. 18. Até serem previstas legalmente ás dotações próprias da Universidade de Santa Maria todos os encargos dos Institutos federais continuarão sendo custeados pela Universidade do Rio Grande do Sul, na forma do Orçamento desta autarquia educacional.

Parágrafo único. Dentro de sessenta dias o Ministro da Educação e Cultura designará uma Comissão constituída de três membros, sendo um indicado pela Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul, outro pela direção das Faculdades federais de Santa Maria e o terceiro, pela Divisão de Orçamento do Ministério para levantar verbas que, a serem destacadas da Universidade do Rio Grande do Sul devem ser transferidos para a Universidade de Santa Maria.

Art. 19. Enquanto a Universidade de Santa Maria não tiver estatuto próprio reger-se-á, no que couber, pelo estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul, qual serão desmembrados alguns dos institutos de ensino de que trata a presente Lei.

Parágrafo único. Até ser criado e provido o cargo de Reitor da Universidade de Santa Maria, as respectivas funções serão exercidas pelo Diretor mais antigo dos atuais estabelecimentos federais ali sediados e as direções destes serão desempenhadas pelos professores designados, pelo Reitor.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

(*) V. LEX, Leg. Fed. 1950, pág. 353; 1949, pág. 1; 1960, Pág. 436; 1951, Pág. 444; 1959, pág. 106.

ANEXO 2

Relação dos Municípios componentes da Zona Geo-Educacional da UFSM

Fonte: MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o Desenvolvimento**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993. p.70-71

**MUNICÍPIOS COMPONENTES DA ZONA GEO-EDUCACIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA EM 1972**

- | | |
|--------------------------------|---------------------------|
| 1 - Agudo | 46 - 46 - São Nicolau |
| 2 - Arroio do Tigre | 47 - Alecrim |
| 3 - Candelária | 48 - Boa Vista do Buricá |
| 4 - Dona Francisca | 49 - Campina das Missões |
| 5 - Faxinal do Soturno | 50 - Cândido Godói |
| 6 - Nova Palma | 51 - Cerro Largo |
| 7 - Santa Cruz do Sul | 52 - Crissiumal |
| 8 - Sobradinho | 53 - Guarani das Missões |
| 9 - Vera Cruz | 54 - Horizontina |
| 10 - Cachoeira do Sul | 55 - Humaitá |
| 11 - Formigueiro | 56 - Independência |
| 12 - Jaguari | 57 - Porto Lucena |
| 13 - Mata | 58 - Porto Xavier |
| 14 - Restinga Seca | 59 - Roque Gonzales |
| 15 - Santa Maria | 60 - Santa Rosa |
| 16 - São Pedro do Sul | 61 - Santo Cristo |
| 17 - São Vicente do Sul | 62 - Tenente Portela |
| 18 - Caçapava do Sul | 63 - Três de Maio |
| 19 - Lavras do Sul | 64 - Três Passos |
| 20 - São Sepé | 65 - Tucunduva |
| 21 - Alegrete | 66 - Tuparendi |
| 22 - Bagé | 67 - Alpestre |
| 23 - Cacequi | 68 - Braga |
| 24 - Dom Pedrito | 69 - Caiçara |
| 25 - Itaqui | 70 - Campo Novo |
| 26 - Quaraí | 71 - Constantina |
| 27 - Rosário do Sul | 72 - Herval Seco |
| 28 - Santana do Livramento | 73 - Frederico Westphalen |
| 29 - Santo Antônio das Missões | 74 - Iraí |
| 30 - São Borja | 75 - Liberato Salzano |
| 31 - Uruguaiana | 76 - Miraguaí |
| 32 - São Gabriel | 77 - Nonoai |
| 33 - Cruz Alta | 78 - Palmitinho |
| 34 - Ibirubá | 79 - Planalto |
| 35 - Júlio de Castilhos | 80 - Redentora |
| 36 - Santa Bárbara do Sul | 81 - Rodeio Bonito |
| 37 - Santiago | 82 - Ronda Alta |
| 38 - São Francisco de Assis | 83 - Rondinha |
| 39 - Tupanciretã | 84 - São Martinho |
| 40 - Bossoroca | 85 - Sarandi |
| 41 - Caibaté | 86 - Seberi |
| 42 - Catuípe | 87 - Vicente Dutra |
| 43 - Giruá | 88 - Aratiba |
| 44 - Santo Ângelo. | |
| 45 - São Luiz Gonzaga | |